

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**AS ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO:  
TRADIÇÃO TEXTUAL E MUDANÇA LINGÜÍSTICA**

**Natália Gilvaz Pontes**

**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

AS ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO:  
TRADIÇÃO TEXTUAL E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

**Natália Gilvaz Pontes**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Doutora Célia Regina dos Santos Lopes .

**Rio de Janeiro  
Agosto de 2008**

As estratégias de indeterminação do sujeito: tradição textual e  
mudança lingüística

Natália Gilvaz Pontes  
Orientadora: Célia Regina dos Santos Lopes

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Examinada por:

---

Presidente, Professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes – UFRJ

---

Professora Doutora Silvia Regina de Oliveira Cavalcante – UFF

---

Professora Doutora Cláudia de Souza Cunha – UFRJ

---

Professora Doutora Marcia dos Santos Machado Vieira – UFRJ, Suplente

---

Professora Doutora Leticia Rebollo Couto – UFRJ, Suplente

Rio de Janeiro  
Agosto de 2008

Pontes, Natália Gilvaz.

As estratégias de indeterminação do sujeito: tradição textual e mudança lingüística./ Natália Gilvaz Pontes. Rio de Janeiro: UFRJ/ FL,2008.

xiii, 108 f.:il.; 31 cm.

Orientador: Célia Regina dos Santos Lopes

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ FL/ Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2008.

Referências Bibliográficas: 103-108

1. Tradição Discursiva      2. Mudança Lingüística      3. Indeterminação do sujeito      4. Fábulas de Esopo

I. dos Santos Lopes, Célia Regina. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. III.

Título.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por sempre me dar força, paciência e coragem em busca de meus sonhos.

A meus pais Jamir e Sandra, pelo incentivo e palavras amorosas.

À vovó Lourdes, pelo carinho e orações.

A Diego, pelo apoio, pelos conselhos e pela companhia incansável nessa trajetória.

A CAPES, por viabilizar essa pesquisa.

Às amigas Larissa Pignate, Maria Juliana Carvalho e Neuza Solares, pela amizade desde a graduação e pela torcida sempre sincera e amiga.

À Giselle Aparecida Toledo Esteves, pela amizade iniciada no Mestrado, pelas longas conversas ao telefone e pela troca constante.

### AGRADECIMENTO ESPECIAL

À professora Célia Regina dos Santos Lopes, por ter me acolhido tão gentilmente como orientanda, pela paciência, pela dedicação, pelo apoio nas horas difíceis, pela confiança em mim depositada e pelas valiosas orientações.

Obrigada!

Parte desta pesquisa foi desenvolvida  
com financiamento da CAPES  
(08/2007 – 08/2008)



## **SINOPSE**

Análise, à luz da Tradição Discursiva e da mudança lingüística, das estratégias de indeterminação do sujeito encontradas na moral de fábulas de Esopo do português arcaico e do português contemporâneo e, de forma complementar, também do francês (medieval e contemporâneo).

## RESUMO

### AS ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: TRADIÇÃO TEXTUAL E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Natália Gilvaz Pontes  
Orientadora: Célia Regina dos Santos Lopes

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

A presente dissertação propõe o estudo das estratégias de indeterminação do sujeito encontradas na moral de distintas versões de fábulas de Esopo. Inicialmente, faz-se uma análise quantitativa de duas sincronias distintas: português arcaico e contemporâneo. Posteriormente, há um estudo contrastivo das estratégias de indeterminação do sujeito entre o português e o francês. Investiga-se a correlação de certos usos lingüísticos aos tipos de textos em que aparecem a partir do conceito de Tradição Discursiva postulado por Kabatek (2006).

O objetivo fundamental desse estudo é mostrar se as formas de indeterminação do sujeito são representativas da língua de cada período ou da tradição discursiva fábula. Os resultados demonstraram que tanto a tradição textual quanto a evolução lingüística influenciaram a norma utilizada pelos autores das diversas versões de fábulas analisadas.

Palavras-chave: *Tradição Discursiva, Mudança Lingüística, indeterminação, fábulas.*

Rio de Janeiro  
Agosto de 2008

## LE RÉSUMÉ

### LES FORMES DE L'INDÉTERMINATION DU SUJET: LA TRADITION TEXTUELLE ET LE CHANGEMENT LINGUISTIQUE

Natália Gilvaz Pontes

Orientadora: Célia Regina dos Santos Lopes

*LE RÉSUMÉ* da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

La présente dissertation propose l'étude des formes de l'indétermination du sujet trouvées dans la morale de différentes versions de fables d'Ésope. Au début, on fait une analyse quantitative de deux périodes distinctes : le portugais archaïque et contemporain. Après, il y a une étude comparée des formes de l'indétermination du sujet entre le portugais et le français. On fait des recherches sur la corrélation de certains usages linguistiques aux types de textes dans lesquels ils apparaissent à partir du concept de la Tradition Discursive proposé par Kabatek (2006).

L'objectif fondamental de cette étude est montrer si les formes de l'indétermination du sujet sont représentatives de la langue de chaque période ou de la tradition discursive de la fable. Les résultats ont démontré que tant la tradition textuelle quant l'évolution linguistique ont influencé la norme utilisée par les auteurs de plusieurs versions de fables analysées.

Les mots principaux: La Tradition Discursive, Le Changement Linguistique, l'indétermination, les fables.

Rio de Janeiro  
Agosto de 2008

## SUMÁRIO

ÍNDICE DE GRÁFICOS, ESQUEMAS E TABELAS.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
1. REFERENCIAL TEÓRICO: A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO.....	7
1.1. A indeterminação do sujeito nas gramáticas de língua portuguesa .....	7
1.2. Os resultados de estudos lingüísticos sobre a indeterminação do sujeito.....	13
1.2.1. A escrita.....	13
1.2.2. A fala.....	18
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	23
2.1. O Funcionalismo: brevíssimas considerações.....	23
2.2. Tradições discursivas e mudança lingüística.....	25
2.2.1. Conceito de Tradição discursiva.....	25
2.2.2. Aplicação da Tradição Discursiva na gramática histórica.....	29
2.3. A caracterização da fábula e sua estrutura básica.....	31
- A origem e evolução da fábula como tradição discursiva.....	35
2.4. Os <i>corpora</i> utilizados no estudo.....	39
3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	41
3.1. As estratégias de indeterminação do sujeito.....	41
- Hipóteses gerais do trabalho e distribuição dos resultados.....	45
3.2. Graus de indeterminação do sujeito.....	49
- Estratégias [+ indeterminadas] nas duas fases: <i>se</i> , <i>P6</i> e <i>nós</i> .....	54
- Estratégias [- indeterminadas] nas duas fases: formas nominais e “aqueles que”..	57
- O <i>homem</i> indefinido no português arcaico.....	58
3.3. Posição no Sintagma Nominal.....	60
3.4. Tempo Verbal.....	69
3.5. Representação nula e plena das estratégias de indeterminação do sujeito.....	74
4. A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS.....	79
4.1. A indeterminação do sujeito no português arcaico e no espanhol medieval.....	79
- A origem latina de <i>homo</i> indefinido: duas hipóteses.....	79
- A gramaticalização interrompida de <i>homem</i> no português arcaico.....	81

- <i>Omne</i> indefinido no espanhol e seus valores interpretativos.....	83
- Analisando os dados de <i>homem</i> no português arcaico.....	84
- A indeterminação no francês.....	89
4.2. Outras estratégias de indeterminação no francês e no português: análise comparativa complementar.....	94
- Estratégias do português contemporâneo: análise complementar.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103

# ÍNDICE DE GRÁFICOS, ESQUEMAS E TABELAS

## GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Estratégias de indeterminação do sujeito nas fábulas de Esopo	<b>47</b>
---	-----------

## ESQUEMAS

<b>Esquema 1 (2.2.1):</b> Tradições Discursivas	<b>26</b>
<b>Esquema 2 (2.2.1):</b> Evocação	<b>28</b>
<b>Esquema 3 (2.2.1):</b> Tradição Textual e história da língua	<b>29</b>
<b>Esquema 4 (2.3):</b> Categorias da Narrativa	<b>32</b>

## TABELAS

<b>Tabela 3.1:</b> Distribuição geral das estratégias de indeterminação do sujeito no português	<b>46</b>
<b>Tabela 3.2:</b> Graus de indeterminação do sujeito	<b>53</b>
<b>Tabela 3.3:</b> Posição no SN	<b>64</b>
<b>Tabela 3.4:</b> Tempo Verbal	<b>70</b>
<b>Tabela 3.5:</b> Representação nula e plena das estratégias	<b>76</b>
<b>Tabela 4.2:</b> Distribuição geral das estratégias de indeterminação do sujeito no francês	<b>94</b>
<b>Tabela 4.3:</b> Estratégias de indeterminação do sujeito na amostra complementar	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe estudar as estratégias de indeterminação do sujeito no português arcaico<sup>1</sup> e no contemporâneo com base na análise de distintas versões das *fábulas de Esopo*. Parte-se de um estudo quantitativo em que se comparam os resultados de duas sincronias, levando-se em conta as hipóteses discutidas pelos diversos trabalhos sobre o tema<sup>2</sup> à luz de alguns dos postulados do paradigma das *Tradições Discursivas* (Koch, 1997; Kabatek, 2001, 2006, 2008, Company, 2008).

Conforme alguns estudos apontam (Cavalcante, 1999, entre outros), nossas gramáticas normativas de língua portuguesa tratam somente de algumas formas de indeterminação do sujeito e sequer mencionam outras consideradas em diversas análises lingüísticas da língua falada e escrita do Português Brasileiro (vide nota 2).

Esses estudos lingüísticos recentes mostram usos cada vez mais freqüentes de formas pronominais (1-3) como estratégias para indeterminar o sujeito, ao lado daquelas previstas pela tradição gramatical, tais como: (i) verbos intransitivos (4) ou transitivos indiretos (5) acompanhados da partícula *se* (índice de indeterminação do sujeito); (ii) verbos na terceira pessoa do plural sem referência anterior (6):

- (1) **(Nós) vivemos** com medo no Rio de Janeiro
- (2) **A gente** vive com medo no Rio de Janeiro
- (3) **Você** vive com medo no Rio de Janeiro
- (4) **Vive-se** com medo no Rio de Janeiro.
- (5) **Precisa-se** de vendedores.
- (6) **Apelaram** da sentença.

---

<sup>1</sup> Mesmo estando consciente das várias propostas de periodização para a história da língua portuguesa, optou-se, neste estudo, por adotar, como afirma Mattos e Silva (2006, p. 25) “uma designação abrangente, como *português arcaico* (batismo do mestre Leite de Vasconcelos)” que “recubra o período que vai do primeiro documento escrito – o *Testamento de Afonso II* – até, por exemplo, 1536/1540, datas das primeiras reflexões sistemáticas e com intenção normatizadora”.

<sup>2</sup> Almeida, 1992; Cunha, 1993; Duarte, 1995; Cavalcante, 1999, 2002; Duarte, 2002, Lopes, 2003.

Ainda há a questão do clítico *se* (Nunes, 1990; Cavalcante, 1999; etc) com os verbos transitivos diretos que não são considerados pelos gramáticos<sup>3</sup> como formas de indeterminação do sujeito, pois para eles, nesse caso, há um sujeito paciente que deve manter a concordância com o verbo:

- (1) Alugam-se **[apartamentos]** *subj* nessa região.
- (8) Compram-se **[flores]** *subj* para as mães em maio.

Em um estudo feito com base em cartas de leitores e redatores do século XIX, Duarte (2002) mostrou, por exemplo, que as formas *se* e *nós* eram estratégias concorrentes e as mais freqüentemente utilizadas para indeterminar o agente no período. Além disso, a autora também confirma as suas hipóteses de que nas sentenças finitas com o clítico *se* a não-concordância entre verbo e argumento interno no plural era significativa e nas sentenças infinitivas o uso de *se* tanto como apassivador quanto como indeterminador era corrente no período, numa sugestão de que já havia a necessidade de marcar a posição do sujeito.

Outros estudos diacrônicos (Duarte, Kato e Barbosa, 2003; Cavalcante, 2002; Lopes, 2002) apontaram que o preenchimento da posição de sujeito teve repercussões na indeterminação. Pode-se dizer, então, que a indeterminação do sujeito no português brasileiro (PB) é também influenciada pela tendência de perda de propriedades de uma língua de sujeito nulo.

Em momentos ainda mais recuados da história do português é possível identificar o emprego do vocábulo *homem* como uma estratégia pronominal para indeterminar o sujeito. Tal uso não era exclusivo do português arcaico, mas sim uma herança que as línguas românicas tomaram para si do Baixo Latim (Ribeiro, 1884). A partir do século XVI, o *homem* indefinido, em português, e suas variantes neolatinas<sup>4</sup> deixaram de ser utilizadas como pronome, interrompendo aparentemente o processo de gramaticalização do substantivo. Interessante observar que o francês foi a única língua românica que manteve esse uso no período atual (*on*).

---

<sup>3</sup> Uma discussão mais completa de outras estratégias de indeterminação será feita no capítulo um.

<sup>4</sup> *Hombre/ome* (espanhol), *uomo* (italiano), *omul* (valaquio), *om/hom* (provençal).



A discussão que interessa, em particular, diz respeito ao fato de os recursos utilizados para indeterminar o sujeito terem se alterado com o tempo. Pretende-se mostrar, por essa razão, quais eram/são as estratégias nominais e pronominais de indeterminação do sujeito na moral de fábulas de Esopo em duas sincronias. O intuito inicial é verificar se i) as estratégias seriam diferentes por se tratar de um estudo realizado em dois momentos no tempo; ii) as novas formas de indeterminação do sujeito identificadas nos estudos recentes (*a gente, você*, etc) apareceriam na versão contemporânea da fábula; iii) o fato de analisar o mesmo gênero textual (fábula) interferiria nos resultados.

Sabe-se que estudos de sincronias pretéritas têm seus limites impostos pela própria dificuldade na escolha das fontes lingüísticas a serem utilizadas. As discussões, que recentemente têm sido travadas no viés do modelo das *Tradições Discursivas*, podem ser frutíferas na tentativa de minimizar algumas das dificuldades encontradas pelos que se interessam pelos estudos de mudança lingüística. Como afirma Kabatek (2008, p. 8) “a história de uma língua não apresenta variação apenas em nível dos dialetos, socioletos ou estilos, senão que a língua varia também de acordo com as tradições dos textos”. Certos usos lingüísticos podem estar correlacionados ao tipo de texto em que são localizados. Existem fórmulas fixas que se repetem em determinado gênero particular. Como saber se determinada estratégia de indeterminação identificada em jornais do século XIX (ou mesmo na parte referente à moral de uma fábula) pode evidenciar uma etapa de um processo de mudança sistêmica da língua ou se tratar apenas de uma peculiaridade daquele tipo de texto? (Kabatek 2001:97, *apud* Lopes, 2006). Até que ponto um autor, ao produzir um texto ou atualizar uma versão de uma fábula, por exemplo, segue a norma lingüística do momento histórico em que está inserido ou adota as propriedades formais e características típicas daquele gênero particular? Até que ponto as tradições discursivas podem condicionar determinados usos lingüísticos ou mesmo interferir na mudança lingüística?

Não se tem a pretensão de resolver todas essas questões aqui nos limites deste trabalho, mas nos parece elucidativo, pelo menos, levantar essas questões que precisam ser repensadas pelos que se interessam pelos estudos diacrônicos.

Adotando tal perspectiva, optou-se por analisar apenas uma tradição discursiva (a fábula), uma vez que trabalhar com diferentes tipos de texto em estudos diacrônicos pode se tornar problemático, considerando que está se levando em conta que diferentes Tradições Discursivas contribuem para a variação dos meios lingüísticos adequados a cada tipo textual.

Considerando que o nosso objeto de estudo não é recorrente em toda a fábula, mas apenas na parte referente à moral, resolveu-se analisar somente tal trecho. Tal restrição foi motivada pelo fato de a “moral da história” apresentar normas de conduta que são contextos propícios ao emprego das estratégias de indeterminação do sujeito. Partiu-se da hipótese de Company (2006) de que há o favorecimento de sujeitos indeterminados quase impessoais em textos de caráter didático-moral.

Para compor o *corpus* das duas sincronias (português arcaico e contemporâneo), foram utilizadas 63 fábulas de dois livros intitulados “Livro de Esopo” (português arcaico) - composto de versões publicadas conforme um manuscrito do século XV, datadas por José Leite de Vasconcellos como do século XIV - e “As fábulas de Esopo”<sup>5</sup> do autor Manuel Aveleza de Sousa (português contemporâneo). O primeiro contém fábulas à moda esopiana, enquanto o segundo é uma tradução direta do grego.

Algumas de nossas hipóteses específicas ao tema da indeterminação consistem no fato de que as estratégias de indeterminação pronominais tendem a ser mais indeterminadas que as de base nominal, já que as últimas admitem anteposição e/ou posposição de elementos ao núcleo nominal, determinando assim sua referencialidade. Para tanto, propôs-se no estudo uma escala de graus de indeterminação do sujeito com base no trabalho de Cunha (1993). Parte-se também da hipótese de Duarte (1995) sobre a preferência por formas de indeterminação plenas em detrimento das nulas no português brasileiro contemporâneo.

Além do estudo contrastivo feito com base nas versões arcaica e contemporânea das fábulas em português, propõe-se uma análise complementar em que se discute o comportamento de *homem* como indefinido

---

<sup>5</sup> Esopo foi o mais conhecido fabulista na Antigüidade como autor e narrador dessas pequenas histórias. Alguns estudiosos de sua vida dizem que foi um homem de muita cultura e muita criatividade que teria sido levado como escravo para Grécia, onde foi muito prestigiado pelos atenienses.

no português arcaico, contrapondo-o à variante *on* do francês. Descrevem-se inclusive dados do francês medieval e do francês contemporâneo utilizando os mesmos critérios adotados na análise geral.

O trabalho foi organizado da seguinte forma:

No capítulo 1, faz-se uma breve descrição do que as gramáticas normativas da língua portuguesa consideram como estratégias de indeterminação do sujeito. A seguir, apontam-se os resultados de estudos lingüísticos acerca do tema tanto na fala quanto na escrita, mostrando a divergência das considerações dos estudos em relação às gramáticas normativas.

No capítulo 2, apresentam-se os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa, tentando conceituar o que se entende por *Tradição Discursiva*, determinando suas aplicações dentro da gramática histórica e mostrando a origem e evolução da fábula enquanto uma *Tradição Discursiva*. Caracteriza-se o *corpus* utilizado nesse estudo (a fábula) e, a partir de Travaglia (1991), se estabelece a sua estrutura composicional de texto narrativo. Por fim, há uma descrição detalhada de todos os *corpora* escolhidos para a elaboração dessa pesquisa.

No capítulo seguinte, descrevem-se e analisam-se os dados quantificados, listando as estratégias de indeterminação do sujeito de base pronominal e nominal encontradas no *corpus*. São apresentadas as hipóteses gerais e específicas da pesquisa ao longo de todo o capítulo, à medida que os fatores lingüísticos vão sendo analisados.

No último capítulo, analisa-se com base em Pozas Loyo (2007) a estratégia de indeterminação do sujeito *homem/ omne/ on* comum ao português arcaico, espanhol medieval e francês. São apresentadas as hipóteses relacionadas à sua origem latina, apontando seus valores interpretativos no português arcaico e estabelecendo uma comparação com os resultados de Pozas Loyo (2007) para o espanhol medieval. É feita uma breve revisão acerca da indeterminação do sujeito no francês medieval, a fim de estabelecer os aspectos divergentes comportamentais dessa estratégia entre as três línguas no período medieval. Como resultados complementares, por fim, faz-se uma análise contrastiva entre o português e francês contemporâneos, partindo da hipótese de Kabatek (2006) de que usos

lingüísticos particulares do gênero, no caso a fábula, independem da língua em que são escritos.

Ao final da dissertação, expõem-se algumas conclusões preliminares a que a pesquisa nos permitiu alcançar.

## CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO: A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

A seguir, será abordado o tema sobre indeterminação do sujeito em diferentes gramáticas normativas e em diversos estudos lingüísticos tanto de amostras de fala quanto de escrita.

### 1.1 - A indeterminação do sujeito nas gramáticas de língua portuguesa

Nas gramáticas de língua portuguesa, o sistema pronominal é apresentado como aquele que opõe seis formas distintas, o que faz com que a recuperação do sujeito oculto seja possível através das desinências verbais. Sabe-se, no entanto, que há outras formas pronominais na língua portuguesa além das apresentadas pelas gramáticas normativas: *a gente* e *você*. A primeira, sequer aparece na maioria das gramáticas. Uma exceção é representada por Bechara (2003:166), que afirma o seguinte:

*“o substantivo gente, precedido do artigo a e em referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a esta sozinha, **passa a pronome** e se emprega fora da linguagem cerimoniosa. Em ambos os casos o verbo fica na 3ª pessoa do singular.” [ênfase acrescida]*  
(BECHARA, 2003:166)

A forma *você* ainda é descrita pela maioria das gramáticas como forma de tratamento com exceção de Rocha Lima (2002:316), que classifica *you* como “**pronome** que pertence realmente à 2ª pessoa, isto é, àquela *com quem se fala*, posto que o verbo com ele concorde na forma de 3ª pessoa.” [ênfase acrescida]. Bechara (2003:166) acrescenta que “*Você*, hoje usado familiarmente, é a redução da forma de reverência *Vossa Mercê*. Caindo o pronome *vós* em desuso, só usado nas orações e estilo solene, emprega-se *you*s como o plural de *tu*.”

Com relação ao sujeito indeterminado pronominal, encontram-se algumas diferenças entre as gramáticas normativas assim como ocorre em

relação ao sistema pronominal já explicitado. Em princípio, temos a noção de “agente” indeterminado associada à de “sujeito” indeterminado proposta por Ribeiro (1884). O gramático cita que uma das formas de indeterminar o agente de um verbo era dar por sujeito a esse verbo o substantivo *homo*, em Latim, *homem*, em Português, *on*, em Francês, entre outros. Segundo o autor, “taes substantivos assumem neste caso verdadeiro caracter pronominal, e equivalem exactamente ao *man* allemão”. Acrescenta ainda que o francês é a única língua românica que mantém no período atual este modo de expressão.

Como outras estratégias de indeterminação, Ribeiro (1884) apresenta a palavra *gente* em português e o uso do verbo na 3ª pessoa do plural sem sujeito expresso. Para ele, a primeira presta-se a uso idêntico do *on* do francês: “Quando a gente tem tutor ou padrinho...”

A recomendação pela omissão dos pronomes pessoais quando o verbo se conjuga na 3ª pessoa do plural perdura até os dias atuais. Por outro lado, o que se distingue é a mudança de nomenclatura, uma vez que já não se usa mais indeterminação do **agente** conforme dito em Ribeiro (1884), mas indeterminação do **sujeito**. Sujeito esse que é classificado como indeterminado em oposição ao determinado, claro ou oculto. O que o torna indeterminado é a intenção do falante (ou emissor), que não sabe ou não quer apontar o agente, o autor da ação.

Para indeterminar então o sujeito deve-se (i) empregar o verbo na 3ª pessoa do plural, **sem referência anterior** ao pronome *eles* ou *elas*, e a substantivo no plural ou (ii) usá-lo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula *se* - intitulada de índice de indeterminação do sujeito - desde que o verbo seja intransitivo, ou traga complemento preposicional. Para ilustrar, verificam-se os seguintes exemplos retirados de Cunha & Cintra (2001) e Rocha Lima (2002:235):

- (1) [ ] **Reputavam**-no o maior comilão da cidade.
- (2) [ ] **Falam** mal daquela moça.
- (3) Ainda [ ] **se vivia** num mundo de certezas.
- (4) [ ] **Precisa-se** de professores.

Ao contrário dos outros gramáticos, Bechara (2006) acrescenta em sua *Gramática da Língua Portuguesa* que se pode também indeterminar o sujeito colocando o verbo no infinitivo ou na 3ª pessoa do singular com valor de 3ª pessoa do plural, sem apresentar nenhuma unidade lingüística para ocupar a casa ou função de sujeito. Como exemplo, apresenta-se:

(5) É bom [ ] **resolver** o problema.

(6) [ ] **Diz** que o fato não aconteceu assim. (diz = dizem)

Em sentenças infinitivas, segundo as gramáticas normativas, não há necessidade de marca, pois o infinitivo não se refere a sujeito algum (5) e em sentenças gerundivas, há apenas a menção desta forma acompanhada de se precedido por preposição (7).

(7) **Em se lhe dando** corda, ressurgia nele o tagarela da cidade. (Cunha & Cintra, 2001:481)

Dentre os autores de gramáticas normativas, apenas Adriano da Gama Kury (1972:26) e Gladstone Chaves de Melo (1980:122) reconhecem a possibilidade do uso de pronomes de 1ª e 2ª pessoas e a expressão *a gente* para a indeterminação do discurso. Mira Mateus *et alii* (2003), em sua *Gramática da Língua Portuguesa*, reconhece a 2ª pessoa do singular em frases com interpretação genérica também como uma possibilidade de indeterminação do discurso, como por exemplo:

(1) **Ajudas** sempre os amigos e apesar disso eles criticam-te.

Quanto ao uso de *se* junto a verbos transitivos diretos e transitivos diretos e indiretos, a norma prescreve que há sujeito, já que se trata de passiva sintética, em que se tem um sujeito paciente. Assim, os verbos transitivos diretos e transitivos diretos e indiretos devem ficar no plural, se no plural estiver o sujeito paciente, havendo concordância entre verbo e sujeito, como por exemplo:

(2) **Aceitam-se** encomendas.

Por outro lado, Chaves de Mello (1980:122) classifica o *se* como índice de indeterminação do sujeito, mesmo tendo ressaltado a concordância verbal. Verifiquemos esta afirmação conforme exemplos e observação do autor:

- (3) “Tinha os olhos negros e um pouco amortecidos; **adivin hava-se** porém que deviam ter sido vivos e ardentes.”
- (4) “em toda a parte **se pode** orar e ser virtuosa, menos neste convento.”
- (5) “**Procuraram-se** os tais livros, e **topou-se** com um baú cheio de obras...”

*“Em todos os casos destes exemplos o se é índice de indeterminação do sujeito. A boa e tradicional sintaxe portuguesa manda, no entanto, que fique no plural o verbo transitivo direto, se no plural estiver o substantivo que teoricamente lhe possa servir de sujeito (...). Agora, se dito substantivo vier preposicionado, então o verbo ficará sempre no singular: (...).” (CHAVES DE MELLO, 1980:122)*

Essa defesa do uso de *se* como índice de indeterminação do sujeito proposta por Chaves de Mello (1980) já estava presente em Ribeiro (1884). Segundo o autor, o latim passou a exprimir a voz média por meio do pronome reflexivo *se* de uma distinção entre três vozes verbais na língua ariana (ativa, média e passiva). O mesmo *se* dá nas línguas românicas: a voz média passa à passiva, exprimindo nas terceiras pessoas a indeterminação de um agente que não se especifica.

Ribeiro então postula que formas sintaticamente distintas sejam consideradas construções de agente indeterminado, distinguindo dois casos:

- 1) Expressão Impessoal – construções com verbos transitivos e intransitivos: “Diz-se.” “Crê-se.” “Sabe-se.” / “Vai-se.” “Vem-se.” “Vive-se.” (Ribeiro, 1884:332)



- 2) Expressão Pessoal – construções com verbos que só podem ser transitivos: “Dá-se um baile.” “Plantam-se árvores.” (Ribeiro, 1884:333)

Como se pode perceber nos exemplos, o sujeito sintático é diferente do agente indeterminado. No item 2, os sujeitos sintáticos são *baile* e *árvores*, enquanto que se pressupõem agentes indeterminados que exercem as ações expressas pelos verbos.

Mateus *et alii* (2003) também comenta o fato de que se pode indeterminar o sujeito com *verbo transitivo direto + se* como por exemplo em:

- (6) Aluga-se casas.

Para a autora, o sujeito associado a este clítico é interpretado como indefinido e não-específico, sendo parafraseável por expressões nominais como *alguém*.

- (7) Alguém aluga casas.

Ela ainda comenta que nas construções passivas como, por exemplo, em (8) *Aceitam-se encomendas*, embora o sujeito sintático seja *encomendas*, o argumento externo apresenta-se indeterminado, ou seja, recebe uma interpretação arbitrária.

Acrescenta ainda que as construções de *se* com um verbo transitivo ou ditransitivo<sup>6</sup> na 3ª pessoa do singular como as exemplificadas a seguir são ambíguas entre uma interpretação de passiva de - *se* e de frase ativa com - *se* nominativo.

- (8) Descobriu-se uma fuga no reactor nuclear.

Interpretação 1: Foi descoberta uma fuga no reactor nuclear.

Interpretação 2: Alguém descobriu uma fuga no reactor nuclear.

---

<sup>6</sup> Para Mateus *et alii* (2003), os verbos ditransitivos formam uma subclasse dos verbos principais. Denominados transitivos diretos e indiretos em Cunha e Cintra (1984), são verbos de três lugares que selecionam um argumento externo, um argumento interno direto com relação gramatical de objeto direto e um argumento interno preposicionado com relação gramatical de objeto indireto como, por exemplo, em: “Todos os convidados trouxeram flores à anfitriã” (Mateus *et alii*, 2003).

(9) Assaltou-se uma carrinha de transporte de valores.

Interpretação 1: Foi assaltada uma carrinha de transporte de valores.

Interpretação 2: Alguém assaltou uma carrinha de transporte de valores.

Como se vê, a maioria dos autores comentados nesta revisão prevê uma posição vazia para o sujeito indeterminado. É preciso notar que as estratégias de indeterminação do sujeito apontadas pela maioria dos gramáticos não abarcam as diversas possibilidades utilizadas pelos falantes de língua portuguesa. Sabemos que há outras formas de indeterminação do sujeito tanto pronominais quanto nominais, se considerarmos o grande número de pesquisas já realizadas sobre indeterminação do sujeito no Português Brasileiro (PB).

Vejamos então a seguir o que alguns estudos lingüísticos tratam desses recursos de indeterminação.

## 1.2 - Os resultados de estudos lingüísticos sobre a indeterminação do sujeito

Elaborada a revisão do que as gramáticas de língua portuguesa abordam sobre a indeterminação do sujeito, vejamos a seguir alguns resultados de trabalhos tanto da escrita quanto da fala sobre o tema.

### 1.2.1 – A escrita

O estudo lingüístico pioneiro sobre as construções com *se* considerado é o de Naro (1976). O clítico *se* tanto *pronome apassivador* quanto *impessoal* é abordado pelo autor e a trajetória dessas construções do período clássico até o moderno em textos desde o século XIII até o século XX também merece destaque.

Para traçar essa trajetória, Naro (1976) divide seu estudo em três etapas distintas: (i) uma análise sincrônica do *se impessoal* moderno; (ii) uma análise sincrônica do *se apassivador* e (iii) um exame das construções com *se* no período clássico.

O *se apassivador*, para o autor, é a mais antiga das construções com *se* e admite concordância entre o verbo e o sujeito superficial (cf exemplo 17). Já a construção com *se impessoal*, embora não aceita pelos gramáticos normativos de língua portuguesa, é considerada por Naro como aquela em que não há concordância entre verbo e argumento interno (cf exemplo 18). Vejamos os exemplos para ilustrar as duas construções com *se*:

(17) Vendem-se casas.

(18) Vende-se estas casas.

Naro (1976) afirma que a construção com *se impessoal* surge no sistema a partir de meados do século XVI. Esta construção impessoal é confirmada por Nunes (1990) e chega a superar a construção passiva no século XIX. Assim, surgem no sistema construções infinitivas com o uso de *se* - conforme exemplo 19 retirado de Cavalcante (1999) - como construções finitas

sem *se* (categoria vazia) a partir do século XIX de acordo com o exemplo (20) retirado de Duarte (1995):

(19) É impossível **se** trabalhar mais.

O aumento do uso de *se indeterminador* da segunda metade do século XIX deve estar relacionada ao fenômeno da perda gradativa do sujeito nulo.

De acordo com Cavalcante (1999), em seu estudo sobre as estratégias de indeterminação do sujeito em textos jornalísticos (editoriais, textos de opinião e crônicas) que circulavam na cidade do Rio de Janeiro em cinco períodos distintos (entre 1848 e 1998), houve um significativo aumento do uso do clítico *se* em detrimento da estratégia *nós*.

Com relação aos tipos de texto, a autora concluiu que a mudança na representação dos sujeitos de referência arbitrária começa a *se* implementar nas crônicas e *se* propaga pelos artigos de opinião nos anos 90 do século XX. Os editoriais foram o tipo de texto que mais *se* aproximou das prescrições das gramáticas normativas.

Cavalcante (1999) observa também que os jornais ainda refletem as normas prescritas pelas gramáticas de língua portuguesa, mas, por outro lado, há indícios de implementação de mudança para as formas pronominais nas crônicas e até mesmo nos editoriais, apesar dos baixos percentuais no último. Critica o fato dos autores de gramáticas normativas *se* basearem numa norma escrita no século passado, uma vez que ignoram estudos (como o da autora) que mostram ocorrências da não-concordância em construções com *se* realizadas por falantes cultos da língua portuguesa. Assim como Nunes (1990), a autora corrobora que a forma com concordância em construções com *se* deve a sua sobrevivência às gramáticas normativas.

Duarte (2002) confirma com os resultados do seu trabalho a hipótese de que a construção passiva (cf. exemplo 20) encontrava-se em variação com a construção de indeterminação, isto é, sem a concordância com o argumento interno de verbos transitivos (exemplo 21). Foram analisados anúncios de jornais publicados durante o século XIX nos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

(20) Vendem-se as máquinas.

(21) Vende-se as máquinas.

Na escrita de editoriais e matérias assinadas de jornais, os infinitivos e gerúndios aparecem com *se*, estratégia que concorre com a categoria vazia de acordo com as gramáticas normativas – o sujeito dos infinitivos e gerúndios na falta de um antecedente tem referência indeterminada sem que seja necessário qualquer índice de indeterminação, exceto os casos de gerúndio precedido de preposição:

(22) Para \_\_\_ **obter** os resultados... (Duarte, 2002)

Nos anúncios publicados em jornais do século XIX apontados por Duarte (2002), aqueles que apresentavam agente indeterminado raramente usavam a 3ª pessoa do plural, sendo preferido o pronome *se* como ilustra o seguinte exemplo da autora:

(23) ATENÇÃO Na antiga agencia do leiloeiro Nobrega de Almeida, **continua-se a receber**, e \_\_\_\_\_ a comprar trastes novos e uzados, pagando-se de prompto conforme o convencionado, entre comprador e vendedor nesta conformidade as vendas serão feitas muito convenientemente ao srs. Pretendentes por isso que, nada elles tem a pagar de comissão de compra.

**Correio Paulistano**, 03.09.1879 (SP)

De acordo com os resultados de Duarte (2002), no século XIX, o fenômeno de concordância era variável e os usos de *se apassivador* (com concordância) e *indeterminador* (sem concordância) concorriam em igualdade de condições. Dos 227 dados analisados, 114 (50,2%) exibiam concordância e 113 (49,8%) a não-concordância.

O Rio de Janeiro (centro cultural da época) era a região que menos favorecia a não-concordância, enquanto que nos estados do Sul, de colonização não portuguesa, havia o predomínio da não-concordância.

Dentre os fatores de natureza lingüística selecionados pela autora, tomando como valor de aplicação a não-concordância, estão presentes: a posição do clítico, a estrutura do SN e a posição do SN.

Suspeita-se que o SN anteposto é sentido pelo usuário como um sujeito e, ao contrário, o posposto é sentido como complemento, uma vez que há uma relação (de acordo com os dados encontrados) entre a posposição e a não-concordância e a anteposição e a concordância conforme os exemplos seguintes:

(24) anteposição → concordância

**PIANOS** M .N. Moreira Paranhos mudou seu estabelecimento da rua Sete de Setembro número 68 para a mesma rua número 155 próximo à travessa de São Francisco, onde aguarda seus amigos e freguezes; **vendem-se, alugão-se, trocão-se, concertão-se e afinão-se** com toda a perfeição.

**Jornal do Brazil**, 4 de setembro de 1891 (RJ)

(25) posposição → não - concordância

**Vende-se** nesta typographia: **PRIMEIRA e segunda colleção de cartas para meninos e meninas aprenderem a ler... 160 LINGUAGEM das flores, folhas fructos e ervas... 100 COLLECÇÕES de bordades e matizados, para uso dos collegios... 1:000**

**O 19 de dezembro**, 22 de julho de 1854 (PR)

Foram encontradas também ocorrências de se em sentenças não-finitas. Há o predomínio do uso de se em orações reduzidas de gerúndio em todos os estados analisados, como por exemplo:

(26) Drogas a preço fixo com grande redução, **garantindo-se** sua legitimidade, na rua 1º de Março número 12 Granado & Companhia.

**Diário de Noticias**, 02 de junho de 1889 (RJ)

Já nas orações reduzidas de infinitivo, as construções sem se predominam de acordo com o exemplo:

(27) Duas vacas paridas de proximo muito boas leiteras com crias ambas, em fora de portas de frente do beco largo, ou na Typografia desta folha, para **tratar** do seo ajuste.

**O Cruzeiro**, 05 de maio de 1829 (PE)

De acordo com a autora e confirmando os resultados de Cavalcante (1999), o uso de *se* é favorecido em contextos seguidos de preposição, representados por orações adverbiais (28), completivas nominais (29) e relativas não canônicas (30).

(28) **Afim de evitar-se** aglomeração de pessoas, serão attendidos os Srs. acionistas das lettras A e E nos dias 17 e 18 (...)

**Jornal do Brazil**, 12 de julho de 1891 (RJ)

(29) QUESTIONARIO DA ARTE TACHYGRAPHICA ENSINADA NO BRASIL PELO PROFESSOR SEBASTIÃO MESTRINHO 1 O que é a Tachygrafia? – É a **Arte de escreverse** tão veloz como se falla. (...)

**Correio Paulistano**, 24 de abril de 1889 (SP)

(30) NO ENGENHO do fallecido Evaristo, há **dous colxões de pennas para vender-se**.

**O 19 de dezembro**, 15 de abril de 1854 (PR)

Lopes, Machado & Vianna (2003) também observaram diferentes recursos para indeterminar o sujeito em um tipo de texto jornalístico – anúncios publicitários (séculos XIX e XX) – mais apelativo, aproximando-se da modalidade falada. Segundo as autoras, observou-se a partir do início do século XIX até a década de 40 o uso de pronomes indefinidos e da forma de imperativo como as formas mais usuais de indeterminação do sujeito e/ou de referência ao leitor, conforme ilustram os exemplos seguintes.

(31) **Quem** quizer uma Carruagem Ingleza de 4 rodas, muito ligeira, com caixa amarela, lanternas de patente, forrada de pano côr de pérola, com almofadas de marroquim encarnado e com os seus arreio competentes falle com Jorge Thomaz standfast morador na Rua Direita Número 33, que tão bem tem huns poucos de Barris de Manteiga, e queijos da primeira qualidade para vender. (Código no VARPORT- E-B-81-Ja-013)

(32) **Lembramos** ao corpo eleitoral da corte os nomes dos seguintes distintos cidadãos para deputados á futura assembléa geral legislativa. Os seus serviços cívicos honram por de mais importantes charecteres e *estamos* convencidos de que a nossa lembrança merecerá a devida acquiescencia dos respeitaveis senhores eleitores. (Código no VARPORT – E-B-82-Ja-070)

(33) Porquanto, se **pretendeis** nutrir vigorosamente a vossos filhinhos com plena confiança de não arruinar-lhes os tenros intestinos, *quizerdes* comprar gêneros de 1ª qualidade e baratissimos, *fazei* as vossas compras nos armazens da Companhia Cooperativa Popular, na Rua da Carioca número 75. (Código no VARPORT – E-B-83-Ja-069)

Da metade do século XIX até o início do século XX, verificou-se uma ascendência do uso de *se* devido à lusitanização da norma culta brasileira (cf. Pagotto, 1998). Dos anos 50 em diante, o uso de *você* torna-se mais utilizado que as demais estratégias nos anúncios publicitários:

(34) **Você** compra um PageNet, usa e, se depois de 4 meses **você** não estiver satisfeito, a gente compra o seu PageNet de volta. (Código no VARPORT – E-B-94-Ja-017)

### 1.2.2 – A fala

Neste item serão apontados os resultados de diversos estudos lingüísticos sobre indeterminação do sujeito referentes a amostras da fala brasileira.

Diversos trabalhos realizados com base em amostras de língua oral (cf. Almeida 1992, Cunha 1993, Duarte 1995, entre outros) identificaram as principais estratégias de indeterminação do sujeito no português freqüentes na fala como as formas pronominais *você*, *a gente*, *verbo na 3ª pessoa do plural* e *nós*. O uso de *se* apresenta, nessa modalidade, baixos índices de ocorrência.

Duarte (1995), a partir de entrevistas do acervo de “Recontato” (anos 90) do projeto NURC-RJ<sup>7</sup>, observa que o Português do Brasil (doravante PB) mostra preferência pelos sujeitos plenos. Esta preferência é ainda maior, segundo Duarte (2003), na fala popular com base em duas amostras da fala

---

<sup>7</sup> Projeto Norma Lingüística Urbana Culta – RJ



carioca colhidas pelo Projeto PEUL<sup>8</sup>. Os resultados desses trabalhos mostram que os índices de preenchimento do sujeito são mais altos quando há mudança de referência e traço [+ animado]. Assim, temos uma tendência ao preenchimento da posição de sujeito no PB, confirmando que a mudança atinge também os sujeitos referenciais indeterminados.

Dentre os sujeitos de referência arbitrária, as construções com o clítico *se* (indeterminador/ apassivador) são cada vez menos freqüentes no português falado no Brasil e ocorrem apenas na fala de informantes pertencentes a uma faixa etária mais alta (acima de 50 anos) e com nível superior. As estratégias levantadas para tal função são *você, a gente, nós, eles, tu* (nulas ou plenas) ou até mesmo uma categoria vazia à qual se atribui uma referência arbitrária por não estar ligada a um Sintagma Nominal (doravante SN) previamente mencionado. Vejamos alguns exemplos das estratégias citadas acima.

(35) Antigamente jogava-**se** futebol na rua Visconde Silva. (NURC)

(36) Normalmente na parte da manhã **se** faz melhor pescaria. (PEUL)

(37) **Você** quando **você** viaja, **você** passa a ser turista. Então **você** passa a fazer coisas que **você** nunca faria no Brasil. (NURC)

(38) **Você**, a partir dos 29 anos, **você** é considerada velha aqui no Brasil pra arrumar emprego. (PEUL)

(39) **Eles** deixavam na vila olímpica um monte de bicicletas. (NURC)

(40) Hoje em dia, quando **a gente** levanta as coisas, é que **a gente** vê tudo o que aconteceu. Mas na época **a gente** não podia acreditar. **A gente** não acreditava nisso, primeiro porque **a gente** era novo. (NURC)

(41) **A gente** tem que seguir o que **a gente** sabe e da forma que **a gente** foi criado. (PEUL)

(42) Agora mesmo **nós** estamos em época de festividades... (NURC)

(43) Este semestre agora que **nós** tamos: trancado de novo. [Ø] Estamos vivendo em um mundo de cão. (PEUL)

(44) **Você** tem que sair (...) Tudo isso **você** tem que fazer, [Ø] não pode parar assim. **Tu** não morreu, pô! [Ø] Aposentou, mas **tu** ta vivo, pô! (PEUL)

---

<sup>8</sup> Programa de Estudos sobre o Uso da Língua

(45) [Ø] Não **vê** mais amolador de faca. (NURC)

(46) [Ø] **Põe** um pouquinho de “Só no Alho”, aí [Ø] **põe** óleo e [Ø] **põe** um pouquinho de cebola, [Ø] **pica** a cebola, [Ø] **faz** uma macarronada. (PEUL)

A forma pronominal *nós* na fala brasileira apresenta baixos índices de ocorrência, tanto para referência definida quanto para a arbitrária (cf. Duarte 2006, Omena 1986, Lopes 1993, entre outros). A forma *tu* também apresenta índices muito baixos (nas amostras de Duarte aparece apenas na amostra PEUL, com percentuais muito baixos), porém renasce na fala carioca em variação com *ocê* (cf. Paredes Silva 2003).

Rollemborg *et alii* (1991) relaciona a indeterminação do sujeito com as variáveis categoria de texto e faixa etária do informante. Com base em dados de falantes cultos de Salvador, a autora observa que *ocê* é o recurso mais utilizado, seguido respectivamente por *nós*, *a gente* e *eles*. Nos textos informais, o falante prefere a forma *a gente* e nos formais, a forma *nós*. Quanto à faixa etária, *ocê* e *a gente* são as formas preferidas dos mais jovens enquanto que *nós* e *eles* são preferidas pelos idosos.

Almeida (1992) elaborou um estudo focando o fenômeno da indeterminação do sujeito no português falado no Rio de Janeiro, visto como escalar e procurando conceituá-lo a partir das vertentes da indefinição e referencialidade. A autora utilizou o *corpus* “Censo”<sup>9</sup> originalmente composto de 48 entrevistas realizadas com falantes de ambos os sexos, com nível básico e médio de escolaridade, tipicamente cariocas.

Os recursos de indeterminação do sujeito considerados pela autora foram: *eu*, *a gente*, *ocê*, *tu*, *nós*, *3ª pessoa do plural e singular* (expressas ou não), clítico *se* (expresso ou não), SNs ditos “*camaleônicos*” como “*os caras*”, “*o pessoal*”, “*as pessoas*”, entre outros.

Os resultados de Almeida (1992) indicam que a forma de indeterminação do sujeito mais recorrente no *corpus* foi a *3ª pessoa do singular* (21,4%), seguida de *infinitivo* (13,7%), *ocê* (11,8%), *a gente* (10,6%), *eles* (6,9%) e outras formas menos recorrentes.

Cunha (1993) elaborou um estudo de indeterminação pronominal do sujeito também na modalidade falada. Para isso, utilizou um *corpus* de 18

---

<sup>9</sup> Projeto Censo da Variação Lingüística do Rio de Janeiro

gravações do acervo sonoro do Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta da cidade do Rio de Janeiro (NURC-RJ) igualmente distribuídas por ambos os sexos, três faixas etárias (25-35 anos, 36-55 anos e 56 em diante) e três modalidades de fala (EF, DID e D2)<sup>10</sup>.

Ao longo de seu estudo, a autora observou construções com se apassivador e indeterminador, *verbo na 3ª pessoa do plural e do singular*, pronome *ele(s)*, *você(s)*, *a gente*, *nós* e *eu*. Porém, para a análise quantitativa, reduziu-se o *corpus* à observação de três pronomes: *nós*, *a gente* e *você*.

A autora conclui que 67% dos enunciados cujo pronome é parcialmente indeterminado<sup>11</sup> têm como sujeito o pronome *nós*, 30% desses enunciados tem *a gente* como sujeito e em apenas 3% aparece *você*. Já na indeterminação completa<sup>12</sup>, *você* aparece com 72%, *a gente* com 19% e *nós* com 9%.

Parece que o falante prefere a forma *nós* em enunciados em que ele se vê incluso de alguma forma e à medida que a referência se afasta do *eu*, as formas *a gente* (intermediária – inclui a primeira pessoa e conserva traços de generalização) e *você* (centralizada no outro) começam a preencher o seu espaço.

A indeterminação pronominal no estudo de Cunha (1993) expressa pelas formas *nós*, *você* e *a gente* mostrou-se sensível a condicionamentos lingüísticos e extralingüísticos. A variação de *nós* e *a gente*, segundo a autora, também se dá quando as formas são indeterminadas.

A escolha do pronome é influenciada por fatores de natureza discursiva, os fatores sociais ocupam posição secundária e os fatores estritamente gramaticais não se mostraram relevantes. Uma vez escolhida a forma, esta é repetida até que o contexto determine o uso de outra.

---

<sup>10</sup> EF – Elocução Formal; DID – Diálogo entre Informante e Documentador; D2 – Diálogo entre Dois Informantes

<sup>11</sup> Segundo Cunha (1993), o grau de indeterminação pode ser parcial com referência explícita quando os pronomes se relacionam com um determinado item lexical presente no texto e com referência implícita quando os pronomes se relacionam com elementos imersos no discurso, ou seja, a referência do pronome é depreendida a partir do contexto por meio de inferência.

<sup>12</sup> A indeterminação é completa, para a autora, quando não há elementos no contexto para indicar qualquer referência do pronome nem explicitamente nem implicitamente. O pronome pode ser substituído por “verbo + se”, o que reforça o esvaziamento da referência.

Em relação ao sexo e à faixa etária, os resultados de Cunha (1993) apontam para a preferência das mulheres pelas formas *nós* e *a gente*, enquanto a forma preferida dos homens mais jovens é *você*.

Neste capítulo, observou-se o que as gramáticas normativas e alguns estudos lingüísticos de língua portuguesa apresentam sobre o tema indeterminação do sujeito.

É importante salientar, como já foi visto, a divergência existente entre as prescrições das gramáticas e os estudos. Os gramáticos, preocupados em descrever a língua portuguesa padrão, não inserem no tema indeterminação do sujeito diversas estratégias encontradas por estudiosos da língua (principalmente as encontradas em amostras de fala).

Mas por que não focar essas estratégias se elas também são utilizadas por falantes cultos da língua portuguesa? Será que o uso real da língua realizado por falantes cultos não merece destaque nas gramáticas?

O fato é que as gramáticas ainda não retratam todas as estratégias de indeterminação que aparecem nos estudos sobre o tema. Um dos objetivos do trabalho aqui proposto é investigar quais estratégias de indeterminação do sujeito aparecem num *corpus* peculiar: a **fábula**, principalmente, em duas sincronias distintas (português arcaico e contemporâneo). A partir dessa investigação, verificaremos se as estratégias encontradas e suas respectivas freqüências de uso são ou não comuns aos dois períodos analisados.

Para tanto, partimos dos resultados de distintos trabalhos sobre a indeterminação do sujeito já citados neste capítulo com base em *corpora* diferenciados. Notamos que o Português Brasileiro falado está em processo de mudança avançada, já que vai em direção de uma língua negativamente marcada em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo, tanto de referência definida quanto de referência arbitrária.

Sob essa perspectiva, os estudos têm evidenciado a implementação de *a gente* e *você* como estratégias de indeterminação do sujeito e o aumento do uso de *se* indeterminador no lugar do *se* apassivador.

Dessa forma, objetivamos tecer conclusões se as estratégias de indeterminação do sujeito são representativas de usos da língua de cada período ou se são típicas de uma tradição discursiva (a fábula). Assim, espera-se, pois, agregar importantes considerações, principalmente, ao tema da

indeterminação do sujeito na língua portuguesa, aplicando o conceito de Tradição Discursiva postulado por Kabatek (2006).

## **CAPÍTULO 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

### **2.1 - O Funcionalismo: brevíssimas considerações**

Para Dirven e Fried (1987), o funcionalismo está mais bem representado na Escola de Praga e nos modelos de gramática de Halliday e de Dik. De forma menos sistemática, está presente na Escola de Londres e em Reichling e implicitamente, em Saussure.

A base da teoria funcionalista está no trinômio sistema-função-comunicação. De forma geral, todo e qualquer elemento lingüístico, para os funcionalistas, exerce uma função dentro do discurso dependendo da relação desse elemento com outros e variando com a intenção dos integrantes da interação.

O modelo funcionalista lança um olhar diferenciado sobre a língua, sob a qual forma e conteúdo são analisados juntamente com suas funções e usos. A língua existe em virtude de seu uso com a finalidade de promover a interação entre os seres humanos e sua principal função é a de promover o estabelecimento de comunicação entre os usuários.

Além do entendimento da língua como instrumento de comunicação, a teoria funcionalista postula que esta não pode ser considerada como um objeto autônomo, mas uma estrutura submetida às pressões provenientes das situações comunicativas, que exercem grande influência sobre sua estrutura lingüística.

Desse modo, o funcionalismo analisa a estrutura gramatical tomando como referência a situação comunicativa inteira: o propósito do ato de fala, seus participantes e seu contexto discursivo. Entendemos que a escolha das estratégias de indeterminação do sujeito, utilizadas pelo autor das fábulas analisadas nesse estudo, também depende desses fatores conjugados. Para se compreender um fato lingüístico, é necessário que se leve em conta o sistema ao qual ele pertence.

A produção do enunciado implica uma troca (interação lingüística) e diversos fatores como a força da situação de comunicação, o planejamento, as

imagens que o falante constrói do interlocutor (no nosso caso autor e leitor), entre outros, influem nessa interação.

Halliday (1974, 1975, 1976, 1985) propõe uma teoria funcionalista sistêmica. O autor busca estabelecer relações entre todas as escolhas semanticamente relevantes feitas na língua como um todo, procurando responder o porquê de um falante escolher, para elaborar um enunciado, determinados itens dentre os tantos disponíveis na língua.

Os funcionalistas frisam a importância do papel do contexto, em particular, o social, para a compreensão da natureza lingüística. A língua (vista como um todo) e a relação entre ela e as interações sociais são preocupações inerentes a essa perspectiva. Dessa forma, as expressões lingüísticas só podem ser compreendidas propriamente quando consideradas nos contextos de uso.

Dik (1987) afirma que as expressões lingüísticas não são objetos funcionais arbitrários no paradigma funcional, mas têm propriedades sensíveis e co-determinadas por determinantes pragmáticos da interação verbal humana. A pragmática se comporta como um quadro abrangente no qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. Os domínios então são interdependentes.

Labov (1987) aponta que trabalhos de cunho funcional lançam mão de contextos maiores para suas explicações. Dentro do nosso estudo, há uma análise de todo o contexto da moral das fábulas escolhidas, para que se possa estabelecer dentro de que grau de indeterminação as estratégias estão inseridas.

Segundo Givón (1983: 36), "(...) todos os domínios funcionais exibem espaços contínuos, discretos." A partir desse pressuposto do princípio de escalaridade de Givón, tentaremos propor o *continuum* para controlar os diferentes usos funcionais das estratégias de indeterminação do sujeito.

Assim, nessa perspectiva, o interesse básico concentra-se no funcionamento efetivo das formas e expressões lingüísticas, bem como suas funções em uma língua específica e as relações entre a língua e as diferentes modalidades de interação comunicativa.

## 2.2 – Tradições discursivas e mudança lingüística

### 2.2.1 – Conceito de Tradição discursiva

O conceito de Tradição Discursiva (ou TD) nasce na lingüística românica alemã. A maioria dos romanistas alemães considera fundamental a distinção estabelecida por Eugenio Coseriu entre três níveis do falar: três aspectos da atividade lingüística cuja diferenciação é considerada requisito prévio imprescindível para qualquer questão do estudo da linguagem.

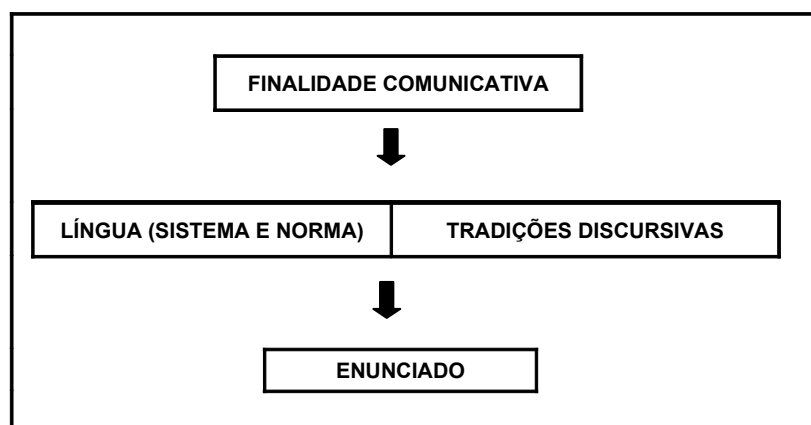
A distinção mencionada baseia-se em três níveis relativamente autônomos: o nível *universal*, o *histórico* e o *individual*. O plano *universal* corresponde ao falar em geral, comum a todos os seres humanos. A comunicação humana é realizada através de signos lingüísticos designadores do mundo da experiência. O segundo nível é o *histórico*, plano que trata as línguas como sistemas de significação historicamente dados, submetidos a constantes atualizações determinadas pelo plano *individual*. Este último constitui o plano dos *textos* ou discursos concretos, estabelecendo um elo entre o indivíduo que utiliza uma língua determinada em uma situação de comunicação. Esses três níveis podem ser empregados simultaneamente quando há uma situação concreta, como explica Kabatek (2006:2):

*Os três níveis estão concomitantes quando se fala e unicamente se podem derivar de atos concretos, já que não se pode falar "universalmente" sem falar uma língua e sem produzir textos, e não se pode falar uma língua como sistema de signos sem que seja mediante textos. (Kabatek, 2006:2)*

Ainda segundo Kabatek (2006), no ano de 1983, Brigitte Schieben-Lange, que havia estudado com Coseriu e combinado diferentes aspectos da sociolingüística e da pragmática com a teoria coseriana, apresentou uma proposta de uma *Pragmática histórica* em um livro que relacionava oralidade e “escrituralidade”. Nesse livro, há idéias que, mais tarde, seriam fundamentais para o conceito das TDs como, por exemplo, a de que existe uma história dos textos independente da história das línguas. Após alguns anos, um nome foi dado a essas tradições além das línguas, as Tradições Discursivas (TDs).



Koch & Oesterreicher (1997 *apud* Kabatek, 2006) definem o conceito das TDs a partir da reduplicação do nível histórico coseriano: postula-se a existência de dois fatores no nível histórico: a língua como sistema gramatical e lexical e as tradições discursivas. Isso quer dizer que a atividade do falar (o plano *individual*) atravessa dois filtros concomitantes até chegar ao produto do ato comunicativo: um primeiro filtro corresponde à língua e outro, correspondente às tradições discursivas.



Esquema 1 (2.2.1): Tradições discursivas.

Considerando a existência dos dois filtros apontados no esquema — o das línguas em particular e o das TDs — inseridos no plano *histórico*, torna-se necessária uma ampliação do conceito de *historicidade*, a fim de que se possa perceber que as TDs, assim como as línguas, também apresentam uma historicidade própria. É importante ressaltar, entretanto, que, para Kabatek (2001), há uma historicidade particular das línguas, que é a mesma historicidade do homem como ser social, mas que se difere da historicidade das TDs que é de outra natureza.

*Se trata, en realidad, de dos tipos de "historicidad" diferentes, siendo la historicidad de la lengua la del propio individuo como sujeto, como miembro de una comunidad histórica de la forma que parte a través de su lengua materna y con la que está inseparablemente unido (es aquí donde el sujeto se funde con el objeto "lengua"). Lo histórico de la lengua es, de algún modo, su carácter "ahistórico": la lengua no tiene fecha, se crea y recrea en una sucesión interminable de actos que no tienen*

*principio delimitable. Las tradiciones discursivas, en cambio, sí tienen carácter "histórico", es decir que son delimitables en el eje temporal. (Kabatek, 2001:99)*

Podemos dizer então que as TDs são modos tradicionais de se dizer as coisas, modos que podem ir desde uma fórmula simples, como a saudação ou o agradecimento, até um gênero ou forma literária complexa, como o soneto. Esses modos tradicionais possuem uma historicidade própria.

Analisando o esquema 1, percebemos que um indivíduo se submete ao filtro da língua e da TD para se comunicar e ao elaborar um enunciado, ele produz um texto seguindo à tradição histórica da língua e o cria de acordo com uma determinada TD.

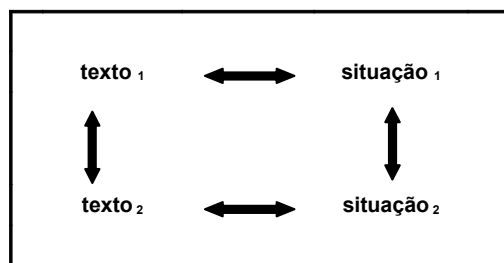
Uma TD consiste em qualquer relação que se possa estabelecer semioticamente entre dois enunciados, seja em relação ao seu ato de enunciação, seja quanto a elementos lingüísticos referenciais, a determinadas características da forma textual ou, ainda, aos elementos lingüísticos empregados. Inicialmente, para o estudo das TDs faz-se necessária, segundo Koch (1997), a distinção entre duas estratégias distintas: a *intertextualidade*, que é a retomada dos conteúdos temáticos narrativos presentes em diversos textos, representando a alusão a textos particulares; e a *interdiscursividade*, que é a retomada da estrutura fundamental de determinados textos, ou seja, de um discurso, de um enunciado específico que aparece em uma ou mais tradições discursivas, orientando-se, portanto, por regras pragmáticas.

É comum associar TD a gênero textual, no entanto, como afirma Kabatek (2006:5), “os gêneros são tradições de falar, mas nem todas as tradições de falar são gêneros”.

O aparecimento dos gêneros, para Bakhtin (1992), está ligado ao uso da linguagem nas diferentes esferas da atividade humana, o que explica a existência de diversos enunciados com características próprias. Os gêneros se caracterizam por exercer uma função social específica de natureza comunicativa (Travaglia, 1991). Como entidades sócio-discursivas maleáveis e dinâmicas, (Marcuschi, 2002, *apud* Dionísio *et alli*, 2005), os gêneros sofrem os reflexos das inovações tecnológicas, acompanhando e se integrando às mudanças culturais que operam na sociedade ao longo do tempo.

Para o estabelecimento de uma TD, como composição de um gênero textual, são necessários traços fundamentais: a *repetição* que ocorre quando um texto estabelece uma relação com outros textos em um determinado momento da história; e a *evocação* que se dá com a repetição dos conteúdos temáticos que são tratados nos textos (ex.: sermões sempre evocam textos bíblicos ou outros textos religiosos).

O esquema a seguir, apresentado por Kabatek (2006), procura ilustrar como se opera a evocação: o eixo horizontal representa a *evocação* em si, o eixo vertical, a repetição (a passagem do tempo entre os dois textos):



Esquema 2 (2.2.1): Evocação.

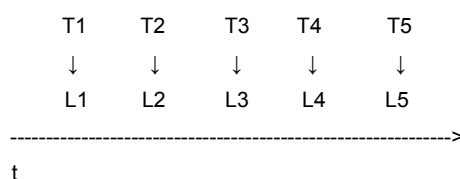
Kabatek (2006) esclarece que, mesmo em caso de ausência de um dos quatro elementos, é possível ainda evocar uma TD. O autor cita como exemplo um encontro pela rua que evoca uma saudação; a evocação funciona independentemente do pronunciamento da saudação. Nesse caso, o "não-saudar" causará estranhamento e a pessoa não saudada perguntará talvez se aconteceu alguma coisa entre os dois para provocar tal silêncio. O silêncio então adquire significado em relação a uma tradição discursiva evocada, mas não enunciada.

Como apontam Kewitz e Simões (2007), "a preocupação quando se fala em conceitos como *repetição*, *evocação*, *atualização* e *tradição* é a de, por um lado, (i) não só analisar a composicionalidade dos textos, a exemplo do que se tem feito comumente nas várias correntes da Lingüística Textual, sejam eles processos de construção do texto, ou seja, suas propriedades formais e funcionais, mas também, (ii) observar em que medida a norma de uma língua particular é afetada em decorrência das transposições, atualizações ou

permanências de tradições discursivas, promovendo assim a mudança lingüística *stricto sensu*.”

### 2.2.2 – Aplicação da Tradição Discursiva na gramática histórica

Uma das aplicações do estudo das tradições discursivas é a relação com a gramática histórica, aplicação essa que permite que vejamos com mais rigor as evoluções da língua e os processos de mudança lingüística. Na realidade, quando se estuda a história de uma língua, o que se estuda não é a língua senão textos de diferentes épocas que parecem representativos dos respectivos estados de língua (*états de langue* na terminologia de Saussure), segundo o esquema seguinte de Kabatek (2006:11):



Esq.3 (2.2.1) : Tradição textual e história da língua

Freqüentemente, em estudos diacrônicos, diferentes textos são escolhidos para a construção de uma sucessão histórica das gramáticas. Entretanto, essa metodologia é problemática, haja vista que diferentes TDs também condicionam o emprego dos meios lingüísticos adequados, e que pode haver variação desses meios segundo a TD, como ilustra o fragmento abaixo:

*“O historiador da língua que pretende descobrir a evolução diacrônica dos sistemas lingüísticos se vê freqüentemente diante do fato de que certos fenômenos ‘textuais’ parecem perturbar a verdadeira diacronia: tradições discursivas de um gênero particular que, com uma forma fixada ou com uma fórmula que resiste à mudança, limitam as possibilidades de expressão.” (Kabatek, 2001: p.97)*

A fim de evitar desvios provocados pelos diferentes textos existe a possibilidade de se basear o estudo histórico unicamente em uma tradição

discursiva. Essa possibilidade, entretanto, também pode ocasionar desvios na leitura dos resultados, visto que certos usos lingüísticos podem estar correlacionados ao tipo de texto em que foram localizados. Nesse caso, não estudamos a história da língua, senão a história dessa tradição discursiva.

Como solução para esse problema, talvez seja pertinente a adoção de *corpora* diversificados em termos de tradições discursivas, para que se tenha uma visão mais ampla do objeto de estudo. Segundo Kabatek (2006), a história da língua deve focalizar diferentes tradições, não se limitando a uma só. Assim sendo, teríamos uma reconstrução histórica da língua que permitiria observar em quais tradições discursivas uma inovação é criada, como ela se difunde ao longo das TDs, onde existem TDs resistentes à mudança, TDs que preservam elementos que em outra não se usam mais – promovendo uma visão menos monolítica da história da língua.

No que se refere ao presente estudo, a questão da TD nos interessa, em particular, pelo fato de termos optado por um único gênero textual, a fábula, que se constitui por fórmulas comunicativas recorrentes, tradicionais e próprias, cujos limites se sobrepõem aos contornos que distinguem uma língua histórica. As fábulas são reconhecidas por sua estrutura, organização textual e por usos lingüísticos peculiares independentemente da língua particular em que são escritas, sejam em grego, francês, português, espanhol, etc. Mesmo com *inovações* e *tradições* (atualizações e permanências), a fábula é reconhecida como tal em qualquer recorte de tempo que se faça. Se de certa forma a “história dos textos independe da história das línguas”, de que maneira a norma de uma língua particular pode ser afetada pelos efeitos das tradições discursivas, ou seja, pelos efeitos das suas *atualizações/inovações* e *permanências/conservações*, levando à mudança lingüística? De que forma as tradições discursivas podem condicionar certos usos lingüísticos?

Além disso, as estratégias de indeterminação do sujeito, nosso objeto de estudo, são recorrentes na parte referente à moral da fábula que sumarizam normas de condutas universais. O caráter didático-moral desse trecho da fábula *evoca* o emprego de determinadas formas lingüísticas e não outras. No caso em questão, têm-se os recursos para indeterminar o sujeito: fórmulas lingüísticas que se *repetem* e são *evocadas* por uma determinada situação discursiva, qual seja, expressar verdades gerais e atemporais, elencando

normas de conduta. Antes de avançarmos nessas discussões faz-se necessário tentar caracterizar a composicionalidade do texto fábula em termos de suas propriedades formais e funcionais.

### 2.3 – A caracterização da fábula e sua estrutura básica

A fábula teria nascido provavelmente na Ásia Menor e dela teria passado pelas ilhas gregas até atingir o continente helênico. Sua criação é atribuída à Grécia, já que é neste país que a fábula passa a ser considerada como um tipo específico de criatividade dentro da teoria literária.

O primeiro sentido da palavra fábula foi "conversaço", "invençã", "narraçã fictícia ou mentirosa". No decorrer do tempo, este sentido foi sendo modificado.

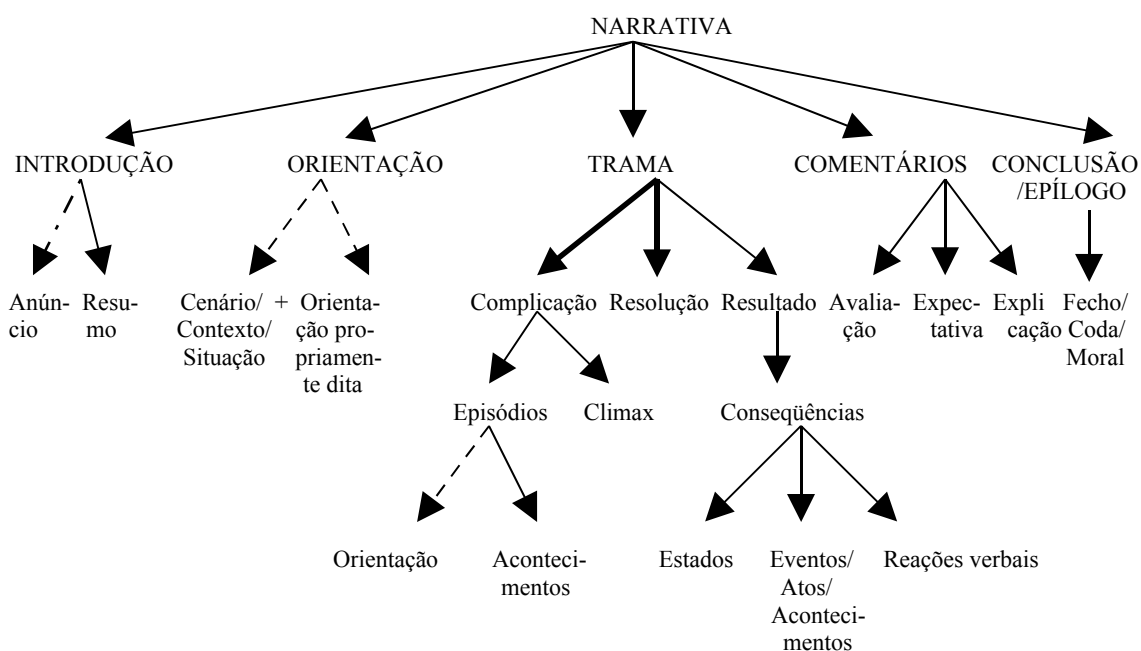
Milliet (1957) define **fábula** como uma “narrativa alegórica de que se terá uma moralidade” e complementa dizendo que a fábula nunca deve desviar de seu objeto moral, ilustrando um código de ética.

Silveira Bueno (1996) acrescenta que fábula é uma "narraçã alegórica, cujos personagens são geralmente animais, e que encerra uma liçã moral".

Na enciclopédia Barsa (1975), a definição de fábula apresentada é a de uma “narrativa alegórica cujos personagens são geralmente animais, e que conclui uma liçã moral. [...] O espírito geral é realista e irônico”.

Em suma, podemos conceituar as fábulas como textos que relatam fatos por meio de um narrador e de seus personagens, de preferência, animais. Sua peculiaridade reside basicamente na elucidaçã das virtudes e defeitos humanos que são exemplificados pelo comportamento antropomórfico dos animais. Embora possa ser realista e irônica, seus temas são variados. A bondade deve superar a astúcia, a inteligência se sobrepõe à força. Trata-se de um gênero enquadrado no tipo narrativo que encerra uma moral. Na fábula, o produtor do texto objetiva persuadir, convencer o seu interlocutor através de seu direcionamento para as morais implícitas ou explícitas. Esse viés argumentativo, entretanto, não aparece necessariamente na superfície textual, mas pode estar embutido no próprio enredo narrativo ou aparecer na parte referente à “moral da história”.

Como um texto narrativo da “espécie<sup>13</sup> *história*, segundo a tipologia de Travaglia (1991), a fábula apresenta uma superestrutura composta das seguintes categorias: situação inicial, complicação/ clímax, resolução, situação final e a moral (também denominada coda, por alguns autores). A seguir, apresenta-se o esquema geral da superestrutura narrativa proposta por Travaglia (1991), embora nos interesse comentar, em particular, as categorias consideradas obrigatórias na estruturação da fábula.



Fonte: Travaglia (1991).

Legenda:

- obrigatória
- quase sempre
- - - facultativa
- - - pode ser recorrente

Esquema 4 (2.3): Categorias da Narrativa

A *introdução*, subdividida em *anúncio* seguido por um *resumo* são elementos facultativos no esquema da narrativa e quase nunca aparecem nas

<sup>13</sup> Para Travaglia (1991), a espécie se caracteriza por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura) e da superfície lingüística e/ou por aspectos de conteúdo. As espécies vinculadas ao tipo narrativo são "história" e "não-história". A primeira ocorre quando os episódios se encadeiam, caminhando em direção a uma solução e a um resultado com informações que não precisam ser verdadeiras no mundo real (fábula, conto, piada, novela, romance), enquanto a segunda ocorre quando os episódios não se encadeiam rumo a um resultado (ata, reportagem, biografia, autos jurídicos).

fábulas. A parte referente à *orientação*, constituída por cenário, contexto ou situação, já é recorrente nas fábulas. Nela são apresentados os personagens, o lugar, o tempo e a ação (quem fazia o quê no momento em que a trama se iniciou). Tal categoria é responsável por dar referências ao interlocutor para que a narrativa seja compreendida.

Na categoria *trama*, os elementos que a compõem são a *complicação*, a *resolução* e o *resultado*. A *complicação* comporta a sucessão de acontecimentos os quais evoluem à *resolução*: ambos são obrigatórios na fábula. Os *resultados* compreendem as conseqüências da *complicação* e da *resolução*. O que varia nas fábulas é o meio como esses *resultados* são apresentados: estados ou eventos ou reações verbais.

#### (1) O garoto ladrão e sua mãe

Um dia, na escola, um menino roubou a lousa de um colega e a levou para a mãe. Esta, em vez de ralhar com o filho, lhe deu os parabéns, de modo que da próxima vez ele trouxe uma peça de roupa; por esse novo roubo ele recebeu cumprimentos ainda maiores. Ao longo dos anos, já rapaz passou a roubar mais e mais. Um dia, porém, foi pego em flagrante: amarraram-lhe as mãos e o conduziram ao carrasco. Ao ver que a mãe o acompanhava, ele disse que queria confiar-lhe um segredo. Quando ela se aproximou, ele agarrou-lhe a orelha e a rasgou com os dentes.

- Ímpio – disse-lhe ela -, já não bastaram os malfeitos que cometeste e ainda ultrajas tua mãe!

O filho respondeu:

- Se a senhora tivesse me dado uma surra no dia em que eu lhe levei a lousa roubada, eu não teria chegado ao ponto a que cheguei: não estaria a caminho da morte.

(Texto retirado do livro “Fábulas de Esopo” – Tradução de Antônio Carlos Vianna)

Considerando o exemplo acima, podemos estabelecer que a *complicação* é o fato da mãe dar os parabéns ao filho pelo roubo da lousa. Essa *complicação* desencadeia outros acontecimentos até a *resolução*. Nesse exemplo, a *resolução* consiste no fato do menino ser pego em flagrante enquanto praticava outros roubos. Os *resultados* abrangem a morte do menino em razão dos roubos.

Os *comentários*, segundo o esquema, podem ser de três tipos: *avaliação*, *expectativas* e *explicação*. No primeiro, o narrador expõe o seu



ponto de vista e seu sentimento em relação ao que narra; no segundo, o narrador refere-se a acontecimentos futuros possíveis e no terceiro, ele expõe um comentário a respeito do significado e da razão das atitudes dos personagens. Na fábula os *comentários* aparecem quase sempre, podendo variar de forma. Neste gênero específico, os *comentários* aparecem no lugar da moral explícita. Isto quer dizer que se a moral for explícita e apresentada na conclusão da fábula, os *comentários* não aparecerão. Se houver comentários, isso significa que a moral não está em destaque, mas implícita neles:

Percebemos a partir do exemplo (1) que a moral não está em destaque, ela apresenta-se diluída (implícita) no comentário do filho à mãe a respeito da surra que ele deveria ter levado na primeira vez em que roubou algo. O *comentário* presente na fábula é do tipo *avaliação*, à medida que o narrador através do personagem do filho analisa o que deveria ter sido feito em relação ao episódio do roubo.

A *conclusão* da estrutura narrativa também pode ser de três tipos: a *coda*, a *moral* e o *fecho*. Para Travaglia (1991), a *coda* apresenta um caráter dissertativo encerrando o discurso narrativo voltando ao momento da enunciação. A *moral* também de caráter dissertativo aponta uma lição de vida e o *fecho*, de caráter narrativo, declara de forma explícita encerrada a narração. Como estamos estudando o gênero fábula e, nesse gênero, só pode haver *conclusão* do tipo moral, vejamos agora um exemplo dessa *conclusão* no gênero:

(2) A cabra e o asno

Viviam no mesmo quintal. A cabra ficou com ciúme, porque o asno recebia mais comida. Fingindo estar preocupada, disse:

- Que vida a sua! Quando não está no moinho, está carregando fardo. Quer um conselho? Finja um mal-estar e caia num buraco.

O asno concordou, mas, ao se jogar no buraco, quebrou uma porção de ossos. O dono procurou socorro.

Se lhe der um bom chá de pulmão de cabra, logo estará bom – disse o veterinário.

A cabra foi sacrificada e o asno ficou curado.

**Quem conspira contra os outros termina fazendo mal a si próprio.**

(Texto retirado do livro "Ler e Compreender os sentidos do texto")

O exemplo anterior contém uma moral explícita, que está em destaque. Explícita ou implícita (conforme o exemplo 1), a fábula sempre apresenta o tipo moral como *conclusão*.

Estruturalmente, a fábula, em síntese, se caracteriza por apresentar duas partes muito nítidas. Uma parte mais objetiva construída a partir da narrativa em si com foco nos personagens e na ação propriamente dita. E outra, constituída pela moralidade que, ao final, recupera num tom mais subjetivo os conceitos ou ensinamentos depreendidos a partir das façanhas narradas na primeira parte: as verdades que devem ser ditas aos homens.

### **- A origem e evolução da fábula como tradição discursiva**

Em termos evolutivos, a fábula foi inicialmente estruturada em versos e após algum tempo passou a ser escrita em prosa. Ela surgiu a partir do conto, porém há certa diferença entre esses dois gêneros textuais. Alguns dizem que a diferença entre eles é que o conto relata fatos humanos e a fábula, histórias de animais. No entanto, a diferença consiste justamente na fábula apresentar uma lição de moral, uma vez que há muitos contos que falam também de animais e fábulas que relatam acontecimentos de homem, deuses e objetos em geral.

Smolka (2004:7) ressalta a importância dada às lições de moral das fábulas:

*“É interessante salientar que a importância que se dava à lição de moral das fábulas era tamanha, que os copistas da Idade Média costumavam escrevê-la com letras vermelhas e douradas, enquanto o texto era em preto. Algumas vezes, entretanto, o copista deixava em branco o espaço destinado à lição de moral, começando novo texto em preto para, depois, usar a tinta vermelha ou dourada de uma só vez. Com isso, em raríssimos casos de esquecimento, foram omitidas em algumas fábulas as respectivas lições de moral.”*

A fábula teve com o tempo sua estrutura alterada. Nas primeiras versões em grego, e até mesmo nas variedades vulgares (português, francês), a moral aparecia em destaque no fim da fábula. Nas versões mais antigas, clássicas e

medievais, a parte filosófica era essencial, por isso vinha separada. A ação narrativa podia ser sacrificada para enfatizar mais diretamente a moral: alvo mais relevante. Em versões mais contemporâneas, a narrativa é valorizada, podendo a moral estar diluída nas entrelinhas.

*“Assim, a evolução da fábula pode ser cifrada na inversão do papel desses dois elementos: quanto mais se avança na história, mais se vê decrescer o tom sentencioso, em proveito da ação. A presença da moral, no entanto, nunca desapareceu de todo da fábula. Explicitada no começo ou no fim, ou implícita no corpo da narrativa, é a moralidade que diferencia a fábula das formas narrativas próximas, como o mito, a lenda e o canto popular. Situada por alguns entre o poema e o provérbio, a fábula estaria a meio caminho na viagem do concreto para o abstrato”<sup>14</sup>.*

Como discutido anteriormente, a regularidade no emprego de certos textos é simultânea à sua própria evolução, uma vez que o uso que a sociedade faz dela muda de acordo com a época e as novas necessidades comunicativas (Bakhtin).

As tradições discursivas e os próprios gêneros não são estáveis e sem contato entre si. Sempre há dinamicidade e a transformação, pois uma nova tradição discursiva deriva de outra(s) e pendula entre a inovação e a tradição (dinamismo e conservadorismo).

Do conto, a fábula herdou a estrutura narrativa, dele difere pela explicitação de condutas a serem seguidas (a moral). Tal parte constitutiva, que lhe é peculiar, também sofreu modificações com o tempo. Antes o tom moralizante deveria estar explícito, agora pode estar subjacente. A diferença dessas duas partes essenciais para caracterização do gênero também se faz sentir nas formas lingüísticas empregadas. Em passagens essencialmente narrativas, os personagens ganham vida e os diálogos procuram reproduzir uma linguagem mais coloquial e viva. Formas interlocutivas de segunda pessoa podem, por exemplo, ocorrer mesmo na boca da lebre, da raposa ou do leão na antropomorfia do texto, como se vê em (3) e (4). Em (3), a raposa trata o lobo com certa deferência, optando pelo respeitoso e distante *vós* (*vos, convosco*), ao passo que o lobo se dirige a ela com tom mais agressivo,

---

<sup>14</sup> <http://www.pontodosaber.com/discutindo25.html>

assimétrico, marcando com o direto *tu* (*tu cuidas, nom me enganarás, etc*) sua situação de poder. Em (4), a raposa usa *tu* quando se dirige ao bode (*pretendas, teus pés, teus chifres, tivesses, terias* descido). Na parte referente à moral, as escolhas lingüísticas são de outra natureza, nela prevalecem estratégias mais impessoais como o emprego do substantivo *homens* em (4).

(1) O lobo, o bode e a raposa

[P]om este poeta em exemplo, e diz que huu lobo furtou huu bode e leuou-ho a huu gram ssiluido e aly o comia a sseu gram ssabor. E a rraposa, que todo esto muy bem vio, foi-sse pera elle e saudou-ho e disse:

- Deus te mantenha, meu compadre! Gram tempo que eu nom **vos** vy! Prazer-m'-ia de me rrazoar e ffalar huu pouco **comvosco** cousas que me muyto comprem.

Ho lobo lhe rrespomdeo:

-**Tu**, ffalssa comadre, me **cuydas** d'enganar com tuas doces palauras, por comeres comiguo d'este cabram muy ssaborido! Por certo d'esta uez tu nom me **emguanarás!**

A rraposa, veendo que o nom podia emganar, ffoy-sse ao que guardaua o gaado, e acusou o lobo, dizemdo aquelle lugar onde acharia o lobo que lhe furtára o bode e lh'o jazia hi comendo. Ho guardador do gaado ffoy e achou o lobo no sylluado, assy como a rraposa lhe dissera, e matou-ho.

A rraposa foy pera comer a carne do cabrom que ficaua do lobo, e ho pastor a matou.

E per esta guysa morreo o lobo e a rraposa.

Este poeta, quemdo-nos amaestrar, pom este emxemplo ssuso dicto, e diz que nós [nom] deuemos viuer de rrapina, porque aquell que de rrapina viue, muytas vezes lhe acontece que perde o corpo. Diz ajmda que muytos perdem o corpo pollo dapno d'outrem. Diz ajmda mays, que ho homem que ffaz furto he perdido, e pello comtrayro aquell que per sseu trabalho uyue he ssaluo, porque per nosso trabalho mandou Deus que viuessemos e ssaluariamos nossas almas.

(4) A raposa e o bode

Uma raposa caiu em um poço e foi obrigada a permanecer ali. Um bode, levado pela sede, aproximou-se do mesmo poço e, vendo a raposa, perguntou-lhe se a água estava boa. E ela, regozijando-se pela circunstância, pôs-se a elogiar a água, dizendo que estava excelente e o aconselhou a descer. Depois que, sem pensar e levado pelo desejo, o bode desceu junto com a raposa e matou a sede, perguntou-lhe como sair. A raposa tomou a palavra e disse: “Conheço um jeito, desde que **pretendas** que nos salvemos juntos. Apóia, pois, **teus** pés da frente contra a parede e deixa **teus** chifres retos. Eu subo por aí e te guindarei”. Tendo o bode se prestado de boa vontade à proposta dela, a raposa, subindo pelas pernas dele, por seus ombros e seus chifres, encontrou-se na boca do poço, saltou e se afastou. Como o bode a censurasse por não cumprir o combinado, a raposa voltou-se e disse ao bode: “Ó camarada, se **tivesses** tantas idéias como fios de barba no queixo, não **terias descido** sem antes verificar como sair”.

Assim também, é preciso que **os homens sensatos** primeiro verifiquem o resultado de uma ação antes de pô-la em prática.

Fábula retirada do livro “Fábulas Completas” – Tradução de Neide Smolka

Pelas razões expostas, optamos por selecionar os dados na parte que explicita a moral das fábulas e não em sua totalidade. Isso porque, é na moral que há uma tendência maior do uso de formas lingüísticas de indeterminação do sujeito. Ao intencionar transmitir preceitos morais, o produtor do texto pode fazer uso de ferramentas lingüísticas generalizantes a fim de integrar o leitor no grupo mencionado, persuadindo-o a seguir seu aconselhamento. A probabilidade de que isso aconteça na estrutura narrativa da fábula é ínfima, o que nos fez optar pelo estudo somente da parte moralizante.

## 2.4 – Os *corpora* utilizados no estudo

Estabelecemos dois tipos de *corpus*: uma amostra base, utilizada para obter o controle quantitativo das freqüências das estratégias de indeterminação do sujeito e uma amostra complementar, da qual foi realizada uma análise qualitativa do fenômeno estudado.

A amostra base é constituída de 63 fábulas contidas no Fabulário Português (Livro do Esopo) – datado pelo autor como do século XIV – conforme um manuscrito do século XV. O Livro contém fábulas que, de acordo com Vasconcellos, não são traduções de Esopo, são à moda esopiana. Também são utilizadas na amostra base 63 fábulas contidas no livro “As Fábulas de Esopo” em texto bilíngüe grego-português. Essas versões contemporâneas das fábulas de Esopo são traduções diretas do grego realizadas pelo professor da Faculdade de Letras da UFRJ Manuel Aveleza de Sousa. É muito importante ressaltar que foi comparado o mesmo número de fábulas nos dois períodos analisados. Como o Livro do Esopo é composto de 63 fábulas, analisamos o mesmo número de fábulas da versão contemporânea.

Outra observação fundamental a ser descrita é que como no Livro do Esopo há apenas fábulas que apresentam morais explícitas, para manter certa uniformidade comparativa, procuramos livros para compor as nossas amostras que contivessem também apenas fábulas com morais explícitas. Dessa forma, os *corpora* apresentam uma constituição equivalente para qualquer enviesamento dos dados encontrados.

Houve também uma tentativa de propor um estudo exatamente das mesmas fábulas nas duas sincronias (português arcaico e contemporâneo), porém não foi possível encontrar, na versão contemporânea, as estudadas no período arcaico. Decidimos então propor um estudo de fábulas em geral e não exatamente das mesmas.

A amostra complementar é composta de fábulas de versões contemporâneas retiradas de um livro intitulado “Fábulas Completas” da autora Neide Smolka, Doutora em Língua e Literatura Grega pela Universidade de São Paulo. As fábulas compõem uma coletânea completa dos textos de Esopo e foram traduzidas diretamente do grego. Também fazem parte da amostra complementar e compõem os *corpora* referentes à língua francesa, fábulas de

Esopo retiradas do site [www.gallica.bnf.fr](http://www.gallica.bnf.fr)<sup>15</sup> e fábulas retiradas do livro “Esope Fables” do autor Daniel Loayza.

O primeiro *corpus* referente ao francês trata de versões das fábulas de Esopo traduzidas diretamente do grego para o francês publicadas em Paris no século XVI. O segundo é uma edição bilingüe em que as fábulas também foram traduzidas diretamente do grego para o francês.

Como tínhamos a intenção de estabelecer uma comparação das estratégias de indeterminação do sujeito utilizadas nas fábulas de Esopo, tanto em português quanto em francês, decidimos escolher nas duas línguas um *corpus* de períodos equivalentes.

Após detalharmos o *corpus* da pesquisa e os pressupostos teórico-metodológicos, dando enfoque à fábula como uma tradição discursiva, partiremos para a descrição e análise dos dados encontrados, levantando os aspectos lingüísticos testados em outros trabalhos sobre o tema e suas respectivas hipóteses. Será feita uma análise quantitativa para descrever os resultados encontrados em termos de freqüências de uso nas duas sincronias.

---

<sup>15</sup> **(Titre(s))** : Les fables et la vie d'Ésope,... [Texte imprimé] / [par Planude] ; traduites de nouveau en françois selon la vérité grecque, nouvellement augmentées et enrichies de plusieurs figures... **Publication** : Paris : chez H. de Marnef et la veufve de G. Cavellat, 1582 **Autre(s) auteur(s)** : Planude, Maxime (1260?-1310). Éditeur scientifique).

## CAPÍTULO 3 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 3.1 - As estratégias de indeterminação do sujeito

Neste capítulo, primeiramente, são apresentados os fatores lingüísticos e extralingüísticos controlados e as hipóteses postuladas. A seguir, os resultados obtidos serão analisados e interpretados.

Como um dos objetivos deste trabalho foi comparar as estratégias de indeterminação do sujeito presentes na moral das fábulas de Esopo do português arcaico e do contemporâneo, apresentamos inicialmente a distribuição geral das estratégias encontradas nos *corpora* em termos dos valores percentuais de freqüência.

Acreditamos que as estratégias serão de certa forma diferentes por se tratar de um estudo de sincronias distintas ainda que de um mesmo gênero textual. Quanto à variedade, esperamos ainda encontrar novas formas de indeterminar o sujeito no português contemporâneo, tais como *a gente* e *você*.

Nesse estudo, controlamos as estratégias de base pronominal, como *nós*, *se* e verbo na terceira pessoa do plural ou P6<sup>16</sup> e as de base nominal, como *homem substantivo*, *a(s) pessoa(s)*, *o(s) indivíduo(s)*. Há ainda os casos de *homem* empregado como pronome indefinido no português arcaico e a expressão *aquele que* analisada como uma estrutura em vias de se cristalizar. Como se verá adiante, estamos considerando “*aquele que*” uma construção fixa em que o relativo “*que*” formaria um constituinte contínuo com o termo “*aquele*”.

---

<sup>16</sup> Câmara Jr. (1970) considera 06 pessoas gramaticais no lugar de três pessoas como o ensino tradicional. Para o autor a primeira pessoa do plural (*nós*) não é o verdadeiro plural do eu, pois não é possível imaginar que *nós* corresponderia a eu + eu. O pronome se refere ao “eu ampliado”, pois engloba o elemento *alía* (eu + você, ele, todo mundo ou qualquer um). Assim, a primeira pessoa do plural seria P4, a segunda do plural, P5 e a terceira, P6.



## Estratégias de base pronominal e ambíguas:

### 1) *se*

Consideramos, assim como Cavalcante (1999), as duas estruturas sintáticas distintas de *se* passivo e *se* nominativo (cf. Nunes, 1990) porque ambas indeterminam o agente verbal e, assim, o argumento externo da oração. O *se* passivo pode ou não apresentar agente expresso e nele é aplicada a concordância entre verbo e sujeito superficial como *se* pode perceber no exemplo (1). Os verbos *tomar* e *dever* estão no singular, pois concordam com o sujeito superficial *pobreza*, também no singular. Já o *se* nominativo é aquele que não apresenta agente expresso e não há concordância entre o verbo e o argumento interno da oração (exemplo 2).

(1) “Em aquesta estoria o doctor louua a proveza, e diz que quamdo a probeza **sse toma** com alegria de coração nom **sse deue** chamar probeza, mas riqueza, porque a pobreza he a mays ssegura cousa que no mundo sseja; quo melhor he a proveza que a rriqueza ” Fábula “O rato da cidade e o da aldeia” – Arcaico

(2) “(...) E a alma he aquella que afremosenta o corpo; e quando **sse parte**<sup>17</sup>, fica o corpo terra.” Fábula “O lobo e a cabeça do homem morto” – Arcaico

2) *nós*: pressupõe a presença do falante e mais alguém (*eu + você, ele, todo mundo ou qualquer um*). Leva-se em conta nessa estratégia tanto o pronome *nós* preenchido quanto o não-preenchido como em (3):

(3) “Em aquesta estoria o doctor nos emsina que nom **deuemos** ajudar os maaos homees quamdo os **veemos** em alguus prijgos porque, sse alguu bem lhe **fazemos** ssempre d’elles **aueremos** maaos merecimentos como fez esta coobra, que deu mao gualardom àquele que a liurou do prijgo da morte.” Fábula “O villão que recolhe a serpente” - Arcaico

---

<sup>17</sup> Nos casos de *se* nominativo, não foram encontrados no *corpus* dados de *se* sem concordância com o plural.

3) *3ª pessoa do plural*: verbo na terceira pessoa do plural sem referência anterior ao pronome *eles, elas*. Trata-se de um recurso tradicionalmente empregado para indeterminar o sujeito.

(4) “Comta-nos o poeta esta hultima estoria e diz que per afaagos que nos **façam** nom deuemos deixar as cousas que nos ssom compridoyras e de nosso proueyto, e nom deuemos tomar nem buscar aquelas cousas pellas quaaes podemos aver dapno ou uergonça (...)” Fábula “O pastor e o lobo” - Arcaico

4) *homem indefinido (ambíguo)*: o emprego no português arcaico, principalmente isolado no sintagma nominal, favorecia a interpretação de *homem* como indefinido, expressando a ausência de um ser humano referencial concreto. Company y Pozas (a sair) afirmam que o processo pelo qual *homo* adquiriu seu sentido indefinido foi desencadeado pelo uso genérico do substantivo (Brown 1931; Schrijnen 1936). Para outros autores, o processo teve início no emprego de *homo* como reforço de nome em construções negativas (Ernout y Thomas 1951/1953:145), posteriormente tal forma passou também a ser empregada em orações afirmativas, conservando seu novo significado (Foulet, 1927).

(5) “Per este emxemplo o doutor nos amoestra e diz que o homem de vill comdiçom nom há audácia de falar comtra o poderoso. E esto procede de vileza do coração, ca o coração uill he aquell que faz **homem** sser pera pouco.” Fábula “O azemel, a mosca e a mula” - Arcaico

#### Estratégias de base nominal:

Em todas as estratégias a seguir, levamos em consideração as ocorrências preenchidas e não-preenchidas das mesmas. Quanto às estratégias de base nominal, há de se considerar que por sua significação intrínseca alguns nomes podem apresentar uma designação genérica para seres humanos, explicitando a sua totalidade, o conjunto de todos eles com valor amplo e indefinido.

5) *homem substantivo*: o valor genérico do substantivo pode se referir à espécie humana, ao gênero masculino em sua totalidade, ao indivíduo ou a

um subgrupo delimitado cujos membros satisfazem à descrição expressa no sintagma nominal em que o item aparece. Por seu próprio valor semântico intrínseco, a interpretação pode ser ambígua em alguns casos (nome ou pronome indefinido):

(6) “Em esta estoria o douctor dá ensinamento aos **grandes homees** que nom ssejam em todo crueuees, ca **os pequenos homees de pequena condiçom** podem muytas vezes enpeeçer aos gramdes e sse lhe nom **poderem empeeçer**, lhe **podem fazer** proueyto.” Fábula “A águia que arrebatou o filho da raposa” – Arcaico

6) *a(s) pessoa(s)*: assim como ocorre com o substantivo *homem*, *pessoa* é uma designação genérica para um indivíduo qualquer.

(7) “Da mesma forma, por causa da sua ganância, **as pessoas desonestas** fornecem, contra si mesmas, argumentos aos seus acusadores.” Fábula A Anciã e o Médico – Contemporâneo

1) *o(s) indivíduo(s)*: o sentido original do termo é, segundo (Houaiss, 2004:1607), “indivisível, uno, o que não foi separado”), mas também é um termo amplo que inclui os seres humanos em geral<sup>18</sup>.

(8) “Poder-se-ia aplicar esta fábula a **certos indivíduos** que administram a sua própria vida, e que se **intrometem** em assuntos que não lhes dizem respeito.” Fábula O Adivinho - Contemporâneo

8) *aquela(s) que*: construção fixa (relativo “que” forma um constituinte com o termo “aquele”). Para se compreender melhor, observemos o seguinte exemplo retirado dos *corpora* desse estudo:

(9) “Esta fábula mostra que **aqueles que traem** a amizade **poderão** talvez **escapar** à vingança das pessoas traídas (...)” Fábula A Águia e a Raposa - Contemporâneo

De acordo com uma análise estrutural, na oração relativa “**que** traem a amizade”, o sujeito de “traem” é o pronome relativo **que**. Se o sujeito desta

---

<sup>18</sup> Interessante observar que no espanhol, o termo que substituirá *omne* como indefinido a partir do século XVI é justamente o pronome *uno*.

oração é **que**, então o sujeito da oração “poderão talvez escapar à vingança das pessoas traídas” se refere a **toda a oração “aqueles que traem a amizade”**.

Contudo, intuitivamente a interpretação que se faz poderia ser outra. Em princípio, diríamos realmente que “**que**” é o sujeito “semântico” de “**traem a amizade**”? Aparentemente, somente “os que **traem** a amizade” – “**poderão talvez escapar à vingança das pessoas traídas**”. Será que a expressão *aquele(s) que* já não estaria se cristalizando na língua? O relativo **que** não parece formar um constituinte contínuo com o termo **aquele**? Os dados foram codificados levando-se em conta os seguintes critérios: **aqueles que** foi considerado como um constituinte único, funcionando como sujeito do verbo da oração da qual ele faz parte (“[**aqueles que**]suj [**traem** a amizade]”). Na seqüência, toda a oração introduzida por **aqueles que** funcionaria como sujeito da oração seguinte: “[**aqueles que traem a amizade**]suj [**poderão** talvez **escapar** à vingança das pessoas traídas]”. A análise dos dados, nas seções seguintes, dará outros argumentos favoráveis a tal hipótese.

#### - Hipóteses gerais do trabalho e distribuição dos resultados:

A princípio, foram realizadas rodadas diferentes para cada período de tempo: uma em relação ao português arcaico e outra, ao português contemporâneo. Buscando relacionar evolução lingüística à tradição textual, nos termos de Kabatek (2001: 97), nosso objetivo com essa proposta comparativa é verificar de que forma uma tradição discursiva ou um determinado suporte textual pode condicionar certos usos e até mesmo a mudança da língua. Company (2006) afirma que a mudança não se produz homogeneamente através dos diferentes tipos de texto, além de poder estar condicionada pela temática predominante em um determinado gênero textual. Para a autora, o gênero pode determinar “tanto a criação de inovações sintáticas quanto a sua difusão” em termos da frequência de uso e não em relação à presença ou ausência da inovação. A idéia norteadora é a de que as inovações lingüísticas se iniciam nos contextos favoráveis ao seu emprego e avançam paulatinamente nos contextos menos favoráveis podendo se estender ou não a todo tipo de contextos (Company y Pozo, a sair).

Partimos da hipótese de Company (2006) quando defende que o texto didático-moral, como é o caso das fábulas de Esopo, pode propiciar o desenvolvimento de nominais indefinidos e impessoais, ou seja, estratégias de indeterminação como as estudadas aqui. Como as fábulas apresentam, basicamente na parte referente à moral, normas de conduta universais, que lhes são típicas de texto didático-moral, há o favorecimento de sujeitos indeterminados quase impessoais. Nesse sentido, pretendemos analisar se, independentemente da sincronia em que foram escritas, as fábulas analisadas apresentariam, ou não, as mesmas estratégias de indeterminação do sujeito. Até que ponto os autores que fazem versões contemporâneas de fábulas antigas utilizam-se dos recursos lingüísticos característicos do momento histórico em que estão inseridos ou da norma lingüística de uma dada sincronia? As novas formas de indeterminação do sujeito (como *você* e *a gente*) serão produtivas numa versão atualizada de um texto antigo? O que influenciará nas escolhas lingüísticas do autor: as propriedades históricas do gênero em si ou as características históricas da língua? Vejamos, a seguir, os percentuais gerais e algumas considerações lingüísticas acerca dos resultados encontrados.

Estratégias de indeterminação do sujeito	Português	
	Português Arcaico	Contemporâneo
Nós	68/ 256 - 27%	9/ 119 - 8%
Se	25/ 256 - 10%	15/ 119 - 13%
P6	7/ 256 - 3%	2/ 119 - 2%
<i>homem</i> indefinido	4/ 256 - 2%	0
expressões nominais <sup>19</sup>	97/ 256 - 38%	35/ 119 - 28%
aquele(s) que	55/ 256 - 21%	58/ 119 - 49%
TOTAL	256	119

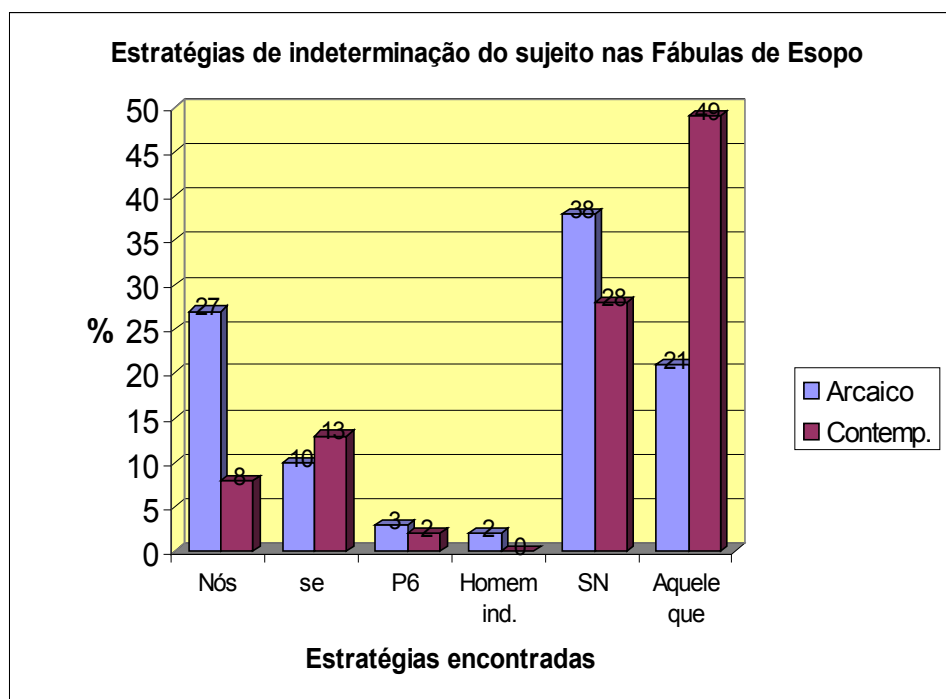
**Tabela 3.1: Distribuição geral das estratégias de indeterminação do sujeito no português**

Como podemos perceber na tabela, há uma diversidade de recursos de indeterminação do sujeito bem maior do que os autores das gramáticas tradicionais consideraram.

<sup>19</sup> Vale ressaltar que enquanto as expressões nominais do português contemporâneo são *o(s) homem(ns), pessoas e indivíduos*; a do português arcaico é **apenas** *o(s) homem(ns)*.

Por um lado, confirma-se parcialmente a hipótese postulada de que no gênero fábula, a despeito da sincronia em que foi escrito, os recursos de indeterminação do sujeito empregados são de certa forma diferentes. Isso se deve à natureza da fábula, uma vez que “a expressão de verdades gerais e atemporais, características do gênero, favorece a presença de sujeitos indeterminados” (Company, 2006, p. 30). Aqui a atuação da história do texto influencia nos processos de evolução lingüística. Por outro lado, essas estratégias identificadas apresentam distribuição nos percentuais de freqüência diferente nos dois períodos de tempo. No português arcaico, as mais freqüentes são: *nós*, *expressões nominais* e *aquele(s) que*. No português contemporâneo, as mais freqüentes são: *expressões nominais*, *aquele(s) que* e *se*.

Além dos recursos de indeterminação nas fábulas das duas sincronias serem praticamente os mesmos, com exceção de *homem indefinido* que só ocorre no português arcaico e do acréscimo de *peças* e *indivíduos* no português contemporâneo, há uma significativa variação de freqüência entre os percentuais identificados nas duas versões. O gráfico a seguir ilustra tal oscilação:



Numa análise comparativa, em relação às estratégias pronominais, verifica-se, no gráfico, um grande declínio no percentual de *nós* (de 27% a 8%), um relativo aumento da estratégia de indeterminação do sujeito *se* (de 10% a 13%) e um equilíbrio na estratégia *P6* (de 3% a 2%) de uma sincronia à outra.

Em relação às expressões nominais, podemos acrescentar que elas apresentaram queda (de 38% a 28%) no português contemporâneo, mesmo sabendo que nesta sincronia ampliou-se a gama de expressões. A expressão nominal no arcaico se limitava apenas à estratégia *o(s) homem(ns)* e, no contemporâneo, além dessa estratégia, foram identificados os nomes *peças* e *indivíduos*. Ainda que as possibilidades quanto às formas tenham aumentado, o percentual de incidência delas caiu 10% (de 38% para 28%).

A estrutura complexa [*aquele(s) que*] apresenta significativo aumento (de 21% para 49%) no português contemporâneo. O item *homem* empregado como pronome, assim como o esperado, não apresentou nenhuma ocorrência na última sincronia (de 2% a 0).

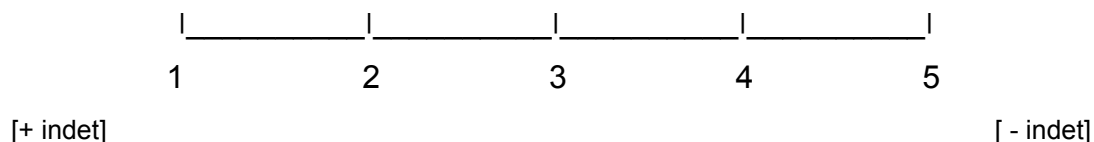
Talvez seja essa a diferença mais significativa entre as duas sincronias: o desaparecimento de *homem* como indefinido. Trata-se de uma questão que não é particular do português, mas das línguas românicas em geral. No espanhol medieval ocorreu o mesmo fenômeno. Pozas Loyo (2007, p. 121), ao discutir o fenômeno, aponta as seguintes causas para o seu desaparecimento: 1) a sua frequência de uso nunca foi muito elevada; 2) a presença de outras formas para expressar a idéia de sujeito indefinido ou indeterminado no castelhano (a voz passiva, a passiva reflexa e a terceira pessoa do plural) e 3) o fato da variante indefinida de *homem* não se diferenciar fonologicamente do substantivo, como aconteceu no francês entre *on* e *homme*. Ainda segundo a autora, o fato da forma indefinida não ter sofrido um desgaste fonológico em relação ao substantivo original teve como consequência uma fronteira difusa entre uma e outra categoria. Assim, o uso do indefinido *homem* constituiu um exemplo de gramaticalização inacabada, o que contribuiu para que o pronome não sobrevivesse no espanhol moderno e também no português e em outras línguas românicas.

### 3.2 – Graus de indeterminação do sujeito

Foram identificadas nos *corpora* desse estudo estratégias de indeterminação do sujeito tanto pronominais quanto nominais. Essas últimas podem ser antecedidas ou seguidas por determinantes ou qualificadores, o que as difere das primeiras que costumam aparecer isoladas no SN.

A identificação dos diferentes graus de indeterminação do sujeito está diretamente relacionada à referência clara e recuperável no contexto discursivo da fábula. Isto quer dizer que se em algum momento do texto podemos recuperar o referente da estratégia utilizada, o grau de indeterminação do sujeito se torna menor, ou seja, quanto mais clara e recuperável no contexto, menos indeterminada é a estratégia utilizada.

Com base nos estudos de Almeida (1992), Cunha (1993), etc, propusemos uma escala para o controle dos graus de indeterminação do sujeito. No grau 1 da escala, o referente seria mais indeterminado e, quanto mais nos aproximarmos do grau 5 da escala, menos indeterminado é o referente. Vejamos a seguir a escala:



Os diferentes níveis graduais foram postulados em função da possibilidade de recuperar a referência no próprio contexto da fábula. No trecho analisado da fábula (a moral), o autor apresenta um aconselhamento e quase uma sentença e nesse sentido, ele pode se incluir ou não no conselho e estabelecer com maior ou menor clareza a quem esse conselho se destina. A intenção do autor da fábula no momento do aconselhamento atua diretamente no estabelecimento dos diferentes graus de indeterminação do sujeito. Para Muniz Chacón (1998, p. 61, *apud* Pozas Loyo, 2007), as construções impessoais, embora tenham um sujeito gramatical, não atualizam referencialmente um indivíduo particular. O valor generalizante dos



recursos de indeterminação, em maior ou menor grau, implicam que “tanto o falante como o ouvinte são parte do conjunto de entidades sobre as quais se predica”.

Postulamos como grau 1 da escala os casos em que não se pode determinar o referente do agente verbal (indeterminação considerada completa): pode ser qualquer indivíduo, todo mundo, um grupo ilimitado e indefinido de pessoas. Vejamos um exemplo a seguir a fim de ilustrar o grau máximo de indeterminação do sujeito:

- Grau 1

(10) “**Poder-se-ia aplicar** esta fábula a certos indivíduos que administram a sua própria vida, e que se intrometem em assuntos que não lhes dizem respeito.” Fábula “O Adivinho” – Contemporâneo

(11) “Esta fábula dirige-se ao devedor, que está sempre pronto a tomar os bens alheios; quando lhe **pedem** a sua devolução, ele se aflige tanto como se tivesse que restituir do seu próprio patrimônio. Fábula “A criança que comeu fressura” - Contemporâneo

Quando se diz “poder-se-ia aplicar esta fábula a certos indivíduos”, não se explicita quem é o sujeito da ação verbal. O agente verbal nesse exemplo permanece indeterminado, não podemos recuperá-lo pelo contexto da fábula. No exemplo (11), também não se explicita quem é o sujeito da forma verbal “pedem”, pode ser qualquer um, excluindo o falante e o ouvinte da fábula. Por isso, atribuímos a eles o grau 1 da escala.

O grau 2 abrangeria tanto o autor como o leitor da fábula, mas sem identificar exatamente o grupo do qual os leitores fazem parte. Vejamos uns exemplos:

- Grau 2

(12) “Em aquesta estoria este douctor nos demostra que **nos** nom deuemos d’alegrar da bem auenturança dos maaos homees, os quaaes ssempre fazem mall (...)” Fábula “O casamento do ladrão e o do sol” – Arcaico

(13) “Esta fábula mostra que, muitas vezes, as afrontas tornam-se mais difíceis de suportar quando nos vêm daqueles de quem menos as **esperávamos**.” Fábula “A Andorinha e o Dragão” - Contemporâneo

Supomos nesses exemplos que o autor, ao optar pelo uso da estratégia *nós*, esteja de alguma forma abrangendo ele e o leitor como parte do grupo ao qual se faz referência. Não se sabe aqui a que grupo exatamente o autor indica e por isso, atribuímos o grau 2 da escala de indeterminação do sujeito.

No grau 3, o autor começa a especificar de forma ainda vaga a classe à qual ele se refere:

- Grau 3

(14) “Em aquesta hestoria este doutor rreprehende **os homees**, os quaes com boas palauras e doces, de querer fazer prol e homrra a sseu próximo, <e> emganosamente lhe<s> fazem maas obras porque all **dizem** com as limgoas e all teem nos seus coraçãoes.” Fábula “O rato, a rã e o minhoto” – Arcaico

Percebe-se a partir do exemplo que a classe a que o autor se refere é a dos *homens* que querem fazer prol e honra ao seu próximo com boas e doces palavras. O autor começa a especificar de forma ainda vaga na moral da fábula a classe dos homens.

No grau 4, o autor determina ainda mais o grupo a que ele se refere. O número de possibilidades interpretativas começa a se tornar mais preciso.

- Grau 4

(15) “Em aquesta hestoria rreprehemde este autor **os ssoberbosos e os arrogantes homees do mumdo**, os quaaes comtra os homildosos jgnoçemtes sse esforçam de buscar cajom comtra rrazom, por que ssem rrazom [os] possam offemder e fazer-lhe maas obras.” Fábula “O lobo e o cordeiro” – Arcaico

(16) “Da mesma forma, por causa da sua ganância, **as pessoas desonestas** fornecem, contra si mesmas, argumentos aos seus acusadores.” Fábula “A Anciã e o Médico” - Contemporâneo

Percebemos através dos exemplos que o autor faz referência aos soberbos e arrogantes homens do mundo e às pessoas desonestas: não se trata mais de qualquer um, mas sim de um grupo um pouco mais específico (os soberbos e os arrogantes em [15] e às pessoas desonestas em [16]). A possibilidade de referência é mais limitada que nos outros graus de indeterminação do sujeito.

O grau 5 é o menos indeterminado, o autor especifica ainda mais o grupo ao qual se refere e ainda fornece mais informações, tornando-o praticamente determinado. É importante ressaltar que não consideramos este último grau como **determinado** por ele ainda apontar para um grupo de pessoas e não para seres específicos.

- Grau 5

(17) “Em aquesta hestoria ho douctor rreprehemde ha aquelles que deixam as cousas certas pellas jmçertas, e **querem deixar** as ssuas cousas por cobijça de cobrar as alheas.” Fábula “O cão e a posta de carne” – Arcaico

(18) “Esta fábula mostra que aqueles que traem a amizade poderão talvez escapar à vingança das pessoas traídas, se estas forem fracas, porém com certeza não se **livrarão** da punição divina.” Fábula “A Águia e a Raposa” - Contemporâneo

A referencialidade das estratégias utilizadas nos exemplos acima é quase determinada, uma vez que sabemos pelo contexto da moral diversas informações a respeito do sujeito das orações com os verbos em negrito.

Conforme já se apresentou acima, foi estabelecida uma escala na qual o grau 1 seria o mais indeterminado e o grau 5, o menos indeterminado. À medida que os graus aumentam, ou seja, se aproximam de 5, a referencialidade aumenta e, portanto, a indeterminação diminui.

Vejamos a seguir os percentuais encontrados em relação a cada grau de indeterminação do sujeito e suas respectivas estratégias nos dois períodos de tempo analisados.

Tabela 3.2: Graus de indeterminação do sujeito

Graus de indet.	Grau 1 [+ind]		Grau 2		Grau 3		Grau 4		Grau 5 [-ind]	
	Arc.	Cont.	Arc.	Cont.	Arc.	Cont.	Arc.	Cont.	Arc.	Cont.
<b>nós</b>	02/68 3%	0/9	65/68 96%	9/9 100%	0/68	0/9	0/68	0/9	1/68 2%	0/9
<b>se</b>	22/25 88%	15/15 100%	2/25 8%	0/15	0/25	0/15	1/25 4%	0/15	0/25	0/15
<b>P6</b>	07/07 100%	2/2 100%	0/7	0/2	0/7	0/2	0/7	0/2	0/7	0/2
<b>homem</b>	03/04 75%	---	0/4	---	1/4 25%	---	0/4	---	0/4	---
<b>SNs</b>	0/97	0/35	37/97 38%	0/35	24/97 25%	25/35 71%	20/97 20,5%	8/35 23%	16/97 16,5%	2/35 6%
<b>aquele(s) que</b>	0/55	0/58	0/55	0/58	31/55 56%	27/58 47%	0/55	3/58 5%	24/55 44%	28/58 49%
<b>TOTAL</b>	34	17	104	9	56	52	21	11	41	30

Em termos dos resultados gerais, observa-se que as estratégias de base pronominal e/ou verbal (*se* – 88% e 100%; *nós* – 96% e 100%; *P6* – 100%) ocorrem mais freqüentemente com maior grau de indeterminação (graus 1 ou 2) nos dois períodos analisados. As outras estratégias de base nominal (as *peçoas, os indivíduos, os homens*) e “*aqueles que*” ocorrem mais à direita da tabela (do grau 3 ao 5). A estratégia *homem indefinido* apresenta ocorrências mais freqüentes com o maior grau de indeterminação (grau 1 – 75%), mas há também uma ocorrência da mesma no grau 3, como veremos mais adiante.

Com tais resultados, verifica-se, em síntese, que não houve diferenças significativas em relação aos graus de indeterminação nas fábulas seja na versão arcaica, seja na moderna: o uso das estratégias parece ser condicionado pelo gênero textual.

Há de se considerar, entretanto, o comportamento diferenciado, em termos de freqüência, no que se refere aos sintagmas nominais. No português contemporâneo, principalmente no grau 3, os índices de SN são relevantes (71% X 25%). O que se observou na análise foi uma grande variedade de SNs no português contemporâneo.

## - Estratégias [+ indeterminadas] nas duas fases: *se*, *P6* e *nós*

Os maiores índices para o grau 1 [+indeterminado] aparecem nas formas pronominais *se* e *P6* nos dados das duas sincronias. Vejamos alguns exemplos:

(19) “Per aquesta hestoria rreprehemde este auctor os ssamdeus e homees de pouco emtender, os quaaes nom curam nem querem curar por a sçiençia quamdo podem; e quamdo acham alguma cousa que lhe sseria proueytosa, há despreçam e nom curam d’ella, e ao depois sse rrepemdem: assy que pello gualo [**sse emtende**] o ssandeu e pella pedra preciosa [**sse entende**] a graça da ssapiemçia, aqual nom he conhecida dos samdeos, mais he conhecida dos sabedores.” Fábula “O gallo e a pedra preciosa” – Arcaico

(20) Esta fábula pode ser aplicada àqueles que cultivam as suas amizades somente até lhes **prometerem** algum banquete, e nada mais, porquanto em nada ajudam os seus amigos. Fábula “Os Dois Escaravelhos” - Contemporâneo

No enunciado com “verbo + se”, percebe-se que há um grau máximo de indefinidade e abstração, uma vez que não foram identificados elementos nos contextos que explicitassem o referente do agente verbal. O enunciado então é interpretado como abstrato e genérico.

De acordo com os exemplos, “qualquer eventual” leitor da fábula pode entender a graça da sabedoria pela pedra preciosa (19) e qualquer pessoa excluindo o autor e o leitor da fábula pode prometer algum banquete àqueles que cultivam as suas amizades (20).

O exemplo (21) ilustra o único caso da estratégia “verbo + se” analisado como de grau 4 de indeterminação do sujeito, ou seja, um dos graus menos indeterminados:

(21) “Diz este poeta per este emxemplo, querendo-nos amaestrar, que o homem proue que viue em ssua liberdade [he] mays rrico que o rrico quando viue e he seruo alheo. E o homem que seruo he nom he ssenhor de ssy meesmo, nem he senhor do que tem; ho homem que he em ssua liberdade, e em ella viue, nom póde cobrar ssemelhamte tesouro; e quem seruo sse faz, esperando de sseer rrico, tal como este se pode chamar proue. Há liberdade nom [**sse póde comprar**] por todo o auer do mundo; ha liberdade he hua graça celestriall, a quall passa totalas rriquezas do mundo.” Fábula “O lobo e o cão nedio” - Arcaico

Em (21), podemos perceber que o autor da fábula faz referência ao homem rico quando afirma que “Há liberdade nom sse póde comprar por todo o auer do mundo (...)”. Este exemplo não mostra mais um grau máximo de indefinidade e abstração, à medida que o leitor consegue inferir pelo contexto que o autor se refere ao homem rico e não ao pobre que também é citado na moral da fábula. O referente aparece no contexto discursivo anterior, o que nos levou a interpretar tal dado como [-indeterminado].

Assim, como observado com *se*, o verbo na 3ª pessoa do plural (P6) ocorreu prioritariamente no grau máximo de indefinidade (grau 1). Nas fábulas arcaicas e contemporâneas, o uso foi categórico no grau 1 (100%). Em (22) e (23) não se sabe pelo contexto discursivo quem pode contradizer o homem de pequena condição (22), tampouco quem pede a devolução dos bens alheios ao devedor (23). “Qualquer um” pode se inserir nesses contextos e, por isso, o enunciado foi interpretado como genérico:

(22) “Em aquesta hestoria este douctor rreprehemde os homees pequenos e de pequena comdiçom que tomam companhia com os gramdes e poderosos e porque o homem poderoso póde fazer força ao homem de pequena comdiçom e nom lhe **[podem contradizer]**:como fez o leom a sseus companheyros.” Fábula “O leão que vai com outros animaes á caça” – Arcaico

(23) “Esta fábula dirige-se ao devedor, que está sempre pronto a tomar os bens alheios; quando lhe **[pedem]** a sua devolução, ele se aflige tanto como se tivesse que restituir do seu próprio patrimônio.” Fábula “A Criança que comeu fressura” – Contemporâneo

Das formas verbo-pronominais, o pronome *nós* foi a estratégia que apresentou maiores índices de freqüência no segundo ponto da escala de indeterminação tanto no português arcaico quanto no contemporâneo (grau 2). Como o pronome *nós*, em princípio, pode incluir o falante, por conta do valor plural do “eu ampliado” (Benveniste, 1979), o grau de indeterminação é menor em relação ao *se* e P6. Ao optar pelo emprego de *nós*, o falante, e no caso em questão, o autor da fábula pode querer evidenciar que se inclui naquele grupo de pessoas que devem ou precisam seguir determinado conselho expresso na moral da história. Como se sabe, na parte da fábula destinada à moralidade, diferentemente do que ocorre na narrativa propriamente dita, opera-se com conceitos mais abstratos e noções gerais que devem ser seguidas pelos

homens. O autor pretende apresentar uma verdade aos homens. Ao usar *se*, mais indeterminado, ele pode se excluir daquele grupo que precisa ter consciência dessa verdade, ao empregar *nós*, o autor se inclui entre aqueles que devem seguir a sentença final que aparece na parte da moralidade.

(24) “Em aquesta estoria este doutor nos demostra que **[nos]** nom deuemos d’alegrar da bem aventura dos maos homees, os quaaes ssempre fazem mall e nunca os **[deuemos]** de ajudar porque quanto mais ajuda e bem lhe **[fazemos]** mais poderio lhe **[damos]** de mall obrar: como fez este ladrom, que sse fazia poderoso de filhos pera poder muyto mais furtar.” Fábula “O casamento do ladrão e do sol” – Arcaico

(25) “Esta fábula mostra que, muitas vezes, as afrontas tornam-se mais difíceis de suportar quando nos vêm daqueles de quem menos as **[esperávamos]**.” Fábula “A Andorinha e o Dragão” – Contemporâneo

Nos enunciados (24) e (25) acima, nota-se que o autor da fábula ao empregar o pronome *nós* se inclui na sentença moralizante, talvez para, dessa forma, convencer melhor o leitor daquilo que ele almeja. Ao dizer “nós não devemos nos alegrar da bem aventura dos maus homens”, o autor tenta convencer o leitor a não fazer aquilo que ele não quer que façamos: “nós – nem eu nem vocês devemos, ou melhor, todos nós devemos cumprir o que eu digo, inclusive *eu*”.

O único exemplo de *nós* no grau 5 foi localizado numa fábula do português arcaico. Em (26), o autor, antes de utilizar o pronome *nós*, especifica “a quem o doutor ensina nesta história”. A referência da estratégia de indeterminação do sujeito *nós* está especificada logo no início da moral da fábula: *os homens que devem ser sábios*. O autor no fim da moral inclui os leitores e ele nesse grupo de homens sábios ao empregar a estratégia *nós*.

(26) “Em esta estoria o doutor emssina os homees que deuem sseer ssabedores quando filham algus emcarregos e seruiços, e ssempre deuem d’esguardar os que lhe dam estes doces, ca muytos doces sse dam pera emguanarem os officiaaes: e ssemelhantemente os homees quando oferecem e dam algua cousa a alguas pessoas deuem esgu[a]rdar a quem as dam. Ajmda nos este dout[or ensin]a que nos **[deuemos guardar]** do [uici]o de guargamtoiče.” Fábula “O ladrão e o cão” – Arcaico

**- Estratégias [- indeterminadas] nas duas fases: formas nominais e “aqueles que”**

Enquanto formas verbo-pronominais apareceram mais à esquerda da tabela (graus 1 e 2), indicando maior grau de indeterminação, as estratégias de base nominal (*as pessoas, os homens, os indivíduos*, etc) apresentaram maiores índices de frequência nos graus intermediários de indeterminação (graus 2, 3 e 4). No português arcaico, o maior percentual para expressões nominais está no grau 2 (38%) e no contemporâneo, no grau 3 (71%). Vejamos os exemplos, a seguir, em que o substantivo *homem* foi analisado diferentemente:

(27) “Em aquesta estoria o doctor louua a proveza, e diz que quando a probeza sse toma com alegria de coração Fábula XII nom [sse deue] chamar probeza, mas riqueza, porque a pobreza he a mays ssegura cousa que no mundo sseja; quo melhor he a proveza que a riqueza, a qual riqueza ssempre faz viuer **[o homem]** com gram temor.” Fábula “O rato da cidade e da aldeia” – Arcaico

(28) “Em aquesta hestoria este doutor rreprehende **[os homees]**, os quaes com boas palauras e doces, [de querer fazer] proll e homrra a sseu próximo, <e> emganosamente lhe<s> fazem maas obras porque all dizem com as limgoas e all teem nos seus coraçãoes.” Fábula “O rato, a rã e o minhoto” – Arcaico

(29) “Em aquesta hestoria este douctor rreprehemde **[os homees pequenos e de pequena comdiçom que tomam companhia com os grandes e poderosos]** e porque o homem poderoso póde fazer força ao homem de pequena comdiçom e nom lhe podem contradizer: como fez o leom a sseus companheyros.” Fábula “O leão que vai com outros animaes á caça” – Arcaico

Em (27), tem-se um caso de grau 2, porque não se especifica o referente. Em (28), por sua vez, o item nominal, além de ocorrer no plural, está implicitamente “determinado” no contexto discursivo. Não se trata, como em (29), de “qualquer homem”, mas daqueles que têm “boas palavras e doces”. Mais determinado que os dois primeiros, em (28), percebe-se que o referente está bem delimitado, embora ainda seja uma estratégia para indeterminar o sujeito: somente os “homens pequenos e de pequena condição” tomam companhia.

De todos os recursos para indeterminar o sujeito, a expressão *aquela que* foi a que apresentou maiores índices no grau 5 [-indeterminado]. No português arcaico, apresenta maior índice no grau 3 (56%) e no



contemporâneo, no grau 5 (48,5%). Vejamos, a partir dos exemplos (30) e (31), as possíveis explicações das classificações dos graus 3 e 5.

(30) “Per este emxemplo este doutor nos amostra que a emjuria e uergonça nom he [d’aquell que] a rreçebe mays he [d’aquelle que] a faz, e nhuu nom deue brincar com algúem ssem ssua voomtade (...)” Fábula “O calvo e a mosca” – Arcaico

(31) “Per este emxemplo este doutor nos amoestra que, por nhua gram tribulaçom que o homem aja, nom [deue perder] a esperança, porque a esperança he aquella que mantem o homem que está em tribulaçom: e **[aquell que]** perde a esperança, lygeiramente sse despera.” Fábula “As lebres e as rãs” – Arcaico

Percebe-se no exemplo (30) que o autor nos mostra que a injúria e a vergonha estão presentes naquele que as faz e não naquele que as recebe. Já no exemplo (31), o autor tenta nos convencer de que não devemos perder a esperança e diz que aqueles que perdem a esperança, se desesperam, ou melhor, só se desesperam aqueles que perdem a esperança. Em (31), o enunciado é menos indeterminado do que em (30), uma vez que o autor limita as possibilidades de referência da estratégia de indeterminação utilizada (se desespera quem perde a esperança). Dessa forma, atribuímos ao exemplo (30) o grau 3 da escala de indeterminação do sujeito e ao exemplo (31), o grau 5 da escala.

#### - O *homem* indefinido no português arcaico:

Nas fábulas do português arcaico, foram identificados apenas 4 (quatro) dados do *homem* indefinido. Desses 4 (quatro) exemplos, três foram tidos como de grau 1 e um, como grau 3. Vejamos então um exemplo de cada:

(32) “Per este emxemplo o doutor nos amoesta e diz que o homem de vill comdiçom nom há audácia de falar comtra o poderoso. E esto procede de vileza do coraçom, ca o coraçom uill he aquell que faz **[homem]** sseer pera pouco.” Fábula “O azemel, a mosca e a mula” – Arcaico

(33) “Per este emxemplo este poeta nos amostra que nós nom ajamos ffe nem esperança e **[homem]** que está em prosperidade em este mundo nom deue

escarnecer do minguado e o minguado em prosperidade, ssegundo veemos cada dia.” Fábula “O asno e o cavalo loução” – Arcaico

Observando o comportamento de *homem indefinido* nos exemplos acima, percebe-se que se pode, no primeiro caso, substituir o vocábulo por *alguém* e, no segundo caso, substituir por *ninguém*, o que nos levou a interpretá-los como pronomes indefinidos e não como nomes substantivos:

(32') “Per este emxemplo o doutor nos amoesta e diz que o homem de vill comdiçom nom há audácia de falar comtra o poderoso. E esto procede de vileza do coração, ca o coração uill he aquell que faz **[alguém]** sseer pera pouco.” Fábula “O azemel, a mosca e a mula” – Arcaico

(33') “Per este emxemplo este poeta nos amostra que nós nom ajamos ffe nem esperança e **[ninguém]** que está em prosperidade em este mundo nom deue escarnecer do minguado e o minguado em prosperidade, ssegundo veemos cada dia.” Fábula “O asno e o cavalo loução” – Arcaico

No exemplo (32), há um maior grau de indeterminação de *homem* indefinido (caráter genérico). O uso do substantivo *homem* como pronome indefinido no português arcaico aponta uma maior perda da referencialidade, atingindo um alto grau de indefinitude e abstração. Talvez se possa dizer que, quando esse patamar é atingido, o nome está se descategorizando como classe, uma vez que assume referência zero e perde sua principal propriedade semântica. É bom notar que, nesse caso, o item está isolado no sintagma nominal e não é antecedido ou seguido por determinantes ou modificadores que garantiriam sua referencialidade.

Diferente do exemplo (32), o vocábulo *homem* em (33) mostra-se mais determinado que no caso anterior devido ao fato de estar seguido por uma estrutura relativa, razão essa de ser classificado por grau 3 (menos indeterminado) e não 1. Esta estrutura restringe o pronome, ou seja, não é qualquer *homem*, mas somente o que está em prosperidade neste mundo.

Explica-se essa fase como transição do nome ao pronome. Embora seja um exemplo de pronome indefinido, seria considerado ambíguo, pois aparece seguido de oração adjetiva que determina sua referência.

### 3.3 – Posição no Sintagma Nominal

Nos estudos sobre indeterminação do sujeito, diversas pesquisas abordam o tema levando em conta somente estratégias pronominais tanto na fala quanto na escrita (cf. Cunha, 1993; Cavalcante, 1999; entre outros). Almeida (1992), por seu turno, analisa também as estratégias nominais de indeterminação do sujeito.

A autora encontra em seu *corpus* diversos indeterminadores “típicos”, dentre eles estratégias nominais como *a(s) pessoas*, *(um) (o) cara*, *o pessoal*, *todo mundo*, *o sujeito* e etc. Estabelece, com relação a essas estratégias, uma escala do domínio da indefinição referencial do sujeito em que a composição dos SNs se liga diretamente aos graus de indefinição determinados por ela.

Almeida (1992) então se propôs a identificar os fatores que atuam no processo de indeterminação do sujeito e a delimitar grupos com denominadores comuns. Dessa maneira, as formas foram analisadas, descritas e classificadas e o domínio de sujeito impreciso foi estabelecido com base na Teoria dos Protótipos.

Segundo ela, há vários recursos lingüísticos para se realizar o nominal específico imprecisamente. Eles foram reunidos em função da semelhança que têm para apresentar a propriedade característica da indeterminação e da presença do número de fatores que colaboram para que haja maior ou menor imprecisão referencial. Os fatores considerados para esse agrupamento foram:

- 1) o lexical – informações presentes no item lingüístico
- 2) o sintático – quais os elementos que compõem o SN, em que ordenação aparecem e como a formação dos sintagmas pode influir em maior ou menor imprecisão referencial.
- 3) O discursivo – elementos realizados na fala, ordenadores do discurso.
- 4) O pragmático – conhecimento compartilhado de condicionamentos situacionais e sócio-culturais (cf. Levinson, 1985)

Em função desses fatores, foram compostos e analisados os três grupos que realizam a indefinição referencial do sujeito:

- 1) específicos – A imprecisão referencial é restringida , principalmente, pelo fator lexical. Essa imprecisão inerente pode ser ampliada, restringida ou mesmo eliminada em função da atuação dos outros três fatores. Em outras palavras, o SN pode, ou não, ser precedido de determinantes definidos ou indefinidos e seguido, ou não, de elementos que restrinjam o nível de imprecisão referencial, como por exemplo SADJs ou SPREPs.

Ao analisar seus exemplos, a autora aponta que o fato de haver artigo no plural restringe a imprecisão referencial, que tenderia a ser maior se não houvesse determinador e nem flexão, como por exemplo:

(34) “Agora, se houver um problema como ela (a filha) (...). Que eu acho que “as mães” se atinge com os problemas dos filhos” (Almeida, 1992: 125)

- 2) Segundo grupo: Os itens lingüísticos pertencentes a ele estabelecem a sua referência no contexto discursivo-pragmático, podendo haver a inter-veniência do fator sintático, mas agora sem influência do fator lexical. A autora lista diversos exemplos dentro desse grupo. Mostraremos um deles a seguir:

(35) (parágrafo temático em que o falante está defendendo o ponto de vista de que em futebol há surpresas) “... “vocês” vai lá no campo e “você” é surpreendido... Aí, o Flamengo, mesmo com este time que ele está, ele, às vezes, é surpreendido por um clube pequeno...” (Almeida, 1992:129)

O pronome *vocês* estabelece sua referência no conjunto construído discursivo-pragmaticamente “torcedores, pessoas que acompanham futebol”.

- 3) 3) Terceiro grupo: verbos “dicendi” flexionados na terceira pessoa do plural ou do singular, seguidos ou não do clítico *se*, sem antecedente que, no parágrafo temático, possa lhe servir de sujeito. Nesses casos, não há sujeito e nem elementos lingüísticos presentes no discurso, para fazer o recorte referencial. O recorte então é proporcionado pelo fator pragmático. Os usos típicos desse grupo, segundo a autora, ocorrem

quando o falante quer externalizar um preconceito, um lugar-comum ou não quer se responsabilizar pela opinião emitida. Nesses casos, o sujeito estabelece a referência imprecisamente no conjunto todo “comunidade de fala”. Observemos um exemplo da autora em que o falante sai do curso da narrativa e introduz um preconceito relativo à “macumba” – assunto do diálogo com o entrevistador:

(36) - “... em casa a gente tem uma prateleira com alguns santos.

E: Sabe o nome deles?

F: Tem – tem São Jorge, tem Iemanjá, tem – tem um bocado de santo – tem três santinhos que são crianças, sabe? “Ø *Falam*” que as crianças, quando a gente come o doce delas, aí fica com dor de dente.”  
(Almeida, 1992:132)

Com base no estudo de Almeida (1992), postulamos a hipótese de que as **estratégias de base nominal**, quando aparecem isoladas no SN, tendem a ter uma leitura mais indeterminada (*Homem é tudo igual* [+ indeterminado]), ao passo que, a anteposição e/ou posposição de elementos ao núcleo nominal determinam sua referencialidade (*Aquele homem bonito é meu marido* [+ determinado]).

O controle da posição do item no SN para a análise das **estratégias de base pronominal** (*nós, se*, etc) e dos casos ambíguos (*homem* indefinido no português arcaico) objetiva testar outras hipóteses. Em primeiro lugar, a posição do item no SN é um fator relevante, como discutido em Lopes (2003, p. 93-97), para a distinção entre nomes e pronomes, principalmente, os pessoais. Ao contrário do que ocorre com os nomes, que podem a) funcionar como termo nuclear e b) ser determinados por qualquer termo adjacente (Alarcos Llorach, 1970, p. 144), as estratégias pronominais aparecem preferencialmente<sup>20</sup> isoladas no SN. Nesse sentido, pretende-se observar o comportamento híbrido de *homem-indefinido* no português arcaico, como nome e como pronome. Em

---

<sup>20</sup>Dissemos preferencialmente, porque “é possível a determinação com numerais (*nós três, vocês quatro*) e lexias do tipo (*três de nós*)” (Lopes, 2003, p. 26). Obviamente, nesses casos, o grau de indeterminação seria menor. A autora aponta inclusive que os indefinidos não-variáveis (*alguém, ninguém, nada, algo*) “podem ser seguidos por qualificadores (*Não vejo ninguém interessante nessa festa*)”.

segundo lugar, partimos da hipótese de que as estratégias pronominais tendem a ser mais indeterminadas que as nominais, uma vez que as últimas, ao contrário das primeiras, tornam-se menos indeterminadas à medida que suas possibilidades de referência podem ser restringidas devido à presença de determinantes e/ou qualificadores.

Tendo em vista essas considerações, postulamos o seguinte grupo de fatores:

1) **Núcleo isolado e/ou zero**: o item, seja pronominal ou nominal, aparece sozinho no sintagma nominal, ou seja, não vem acompanhado de determinantes nem de qualificadores. *Zero* se refere aos casos de formas verbais sem o sujeito preenchido (sujeito nulo), como em (38):

(37) “Per este emxemplo este doutor nos amostra e diz que **nós** nom deuemos dar ajuda nem comsselho aos nossos emijgos.” Fábula “O machado e o bosque” – Arcaico

(38) “Per este emxemplo o poeta nos amoesta que nom deuemos creer em quantas palauras nos Ø **dizem** (...)” Fábula “A porca prenhe e o lobo” – Arcaico

(39) “Há liberdade nom **sse póde** comprar por todo o auer do mundo.” Fábula “O lobo e o cão nédio” – Arcaico

2) **Núcleo não-isolado no SN**: engloba todas as estratégias de indeterminação do sujeito que aparecem acompanhadas de determinantes e/ou de qualificadores, vejamos os diferentes tipos controlados:

(a) **Determinante + Nome + Qualificador**

(40) “Per este emxemplo este poeta nos amostra e diz que **o homem forte** deue sseer misurado.” Fábula “A víbora e a lima” – Arcaico

(b) **Determinante (= artigo) + Nome**

(41) “Per este emxemplo este doutor nos amostra e diz que **o homem** que nom está sseguro de sseus jmijgos ssempre deue teer defensores que o defendam (...)” Fábula “Os lobos e as ovelhas” – Arcaico

(c) **Determinante (não artigo) + Nome**

(42) “Ajnda diz que **nhuu homem** sse deue rreputar d’atanto, por muy poderoso e rrico que sseia” Fábula “Os membros do corpo e o ventre” – Arcaico

(d) **Aquele que + [verbo]**

(43) “**Aquell que** faz omiçidio e furtos e outros pecados graues que nom há temor de Deus que nos criou (...)” Fábula “O judeu, o escudeiro e as perdizes” – Arcaico

A tabela a seguir apresenta os percentuais de freqüência das estratégias de indeterminação do sujeito em relação à posição das mesmas dentro do sintagma nominal:

Posição no SN	Núcleo Isolado / Zero		Núcleo não isolado	
	Arc.	Cont.	Arc.	Cont.
<i>nós</i>	68/68 100%	9/9 100%	0/68	0/9
<i>se</i>	25/25 100%	15/15 100%	0/25	0/15
<i>P6</i>	07/07 100%	2/2 100%	0/7	0/2
<i>homem</i>	03/04 75%	---	1/4 25%	---
<i>SNs</i>	30/97 30,9%	15/35 42,9%	67/97 69,1%	20/35 57,1%
<i>aquele (s) que</i>	07/55 13%	14/58 24%	48/55 87%	44/58 76%
<b>TOTAL</b>	140	55	116	64

**Tabela 3.3: Posição no SN**

Em linhas gerais, percebemos a partir da tabela que, conforme o esperado, as estratégias tipicamente pronominais apresentam percentual

categorico (100%) como núcleo isolado/ zero nos *corpora* analisados, uma vez que apareceram isoladas no SN, o que garante uma menor referencialidade em relação às estratégias nominais. Os resultados são praticamente idênticos nas duas amostras: arcaica e contemporânea.

Com relação ao item *homem* há alguns aspectos interessantes. Dos 04 dados de *homem-indefinido* localizados no português arcaico, 03 (75%) aparecem isolados no SN (comportamento típico de estratégia pronominal) e apenas 01 dado (25%) vem acompanhado de oração relativa, como se vê em (44):

(44) “(...) e **homem** [que está em prosperidade em este mundo] nom deue escarnecer do minguado (...)” Fábula “O asno e o cavallo loução” – Arcaico

O vocábulo *homem*, neste exemplo, mostra-se mais determinado do que as outras estratégias pronominais que aparecem isoladas (conforme exemplos 37, 38, e 39). A estrutura relativa [que está em prosperidade em este mundo] delimita, de certa forma, a amplitude semântica do item *homem*, já que não é qualquer homem que *não deve escarnecer do minguado*, mas somente *o que está em prosperidade neste mundo* (que não são poucos e constituem um grupo amplo). Mesmo acompanhado de uma oração que “restringe” o seu significado, tal item foi considerado como pronome-indefinido e não como nome-substantivo. Isso se deve, principalmente, ao fato de o vocábulo *homem* aparecer sem determinante artigo anteposto. Como afirma Perini (1995), os elementos da área esquerda (antepostos ao núcleo) são ocupados por itens especializados e ocupam “posições mais fixas por pertencerem a classes fechadas, como os artigos, os demonstrativos e os possessivos. A dita área direita, ou melhor, os modificadores pospostos ao núcleo constituem uma classe aberta de itens” (Lopes, 2003, p. 23). Nesse caso específico, *homem* seria um indefinido não-variável, como *ninguém*, *alguém*, etc. Tais itens podem vir acompanhados por qualificadores (vide nota anterior), mas a anteposição de determinantes é agramatical ou pouco aceitável:?\* *Este ninguém fez isso*.

Diferentemente das estratégias pronominais, os recursos nominais de interpretar o sujeito apresentaram índices de frequência significativos para núcleo não isolado. Conforme se pode ver na tabela, os SNs acompanhados



de determinante/qualificador apontam um percentual de 69,1% no português arcaico e 57,1%, no contemporâneo. A estratégia *aquela(s) que* apresenta um percentual de 87% como núcleo não isolado no arcaico e de 76% no contemporâneo. Tais resultados comprovam que os itens nominais tendem a aparecer ao lado de determinantes/qualificadores, os quais limitam sua referência, tornando-as mais determinadas que as estratégias pronominais. Vejamos, agora, um exemplo de um item nominal, já que aparece nos *corpora* acompanhado de determinante e qualificador:

(45) “Em aquesta hestoria este douctor rreprehende **os** homees pequenos e de pequena comdiçom que tomam companhia com os grandes e poderosos e porque **o homem poderoso** pôde fazer força ao homem de pequena comdiçom e nom lhe [podem contradizer como fez o leom a sseus companheyros.” Fábula “O leão que vai com outros animaes à caça” – Arcaico

Ao interpretar os exemplos, podemos ver a diferença entre os mesmos: enquanto no primeiro (exemplo 44) a amplitude semântica do termo tem relativa delimitação, uma vez que não podemos interpretá-lo como qualquer homem, mas somente *aquela que está em prosperidade neste mundo*, no último (exemplo 45), a amplitude semântica é ainda mais delimitada, uma vez que não é qualquer homem que pode fazer força ao homem de pequena condição, mas só o que é poderoso.

É importante ressaltar que a junção de núcleo isolado/zero em um item da tabela contribuiu no percentual da estratégia *aquela(s) que* ao lado de qualificadores no português contemporâneo. Ao interpretarmos os dados da tabela, percebe-se que os 24% aparentes no item núcleo isolado/ zero do português contemporâneo indica que essa estratégia também apareceu sob representação nula no *corpus* estudado. As estratégias que estavam sob representação plena apareceram ao lado de qualificadores, garantindo, assim, maior referencialidade. Ou seja, exemplos como o que vem a seguir (**exemplo 46**) foram **mais freqüentes** no *corpus* do que exemplos como o **exemplo 47**:

(46) “Per este emxemplo o doutor nos amostra que nos nom aleuantes nos mays alto que o que nos compre porque [aquelles que] em alto querem ssobir,

mays que o que lhes compre, muitas vezes caem em terra e nom sse  $\phi$  **podem leuantar.**” Fábula “O corvo enfeitado com as penas do pavão” – Arcaico

(47) “Em esta hestoria o doutor emssina **aaquelles que** nom ssom prompts a fazer as cousas (...)” Fábula “O branchete, o seu senhor e o asno” – Arcaico

A estrutura da expressão *aquele(s) que*, por exemplo, obviamente favorece maior determinação, visto que há uma estrutura relativa presente na oração que restringe o sujeito, tornando-o mais determinado. Vejamos o seguinte exemplo:

(48) “Eis que **aqueles que** se mostram ingratos para com os seus benfeitores, não **receberão** socorro se caírem em alguma situação embaraçosa.” Fábula “O Corvo e Hermes” – Contemporâneo

Sabe-se a partir do exemplo que não é qualquer pessoa que não receberá socorro se cair em alguma situação embaraçosa, mas somente as que se mostram ingratas para com os seus benfeitores. Desta forma, como consideramos como sujeito de “não **receberão** socorro” toda a oração “**aqueles que se mostram ingratos para com os seus benfeitores**”, há uma redução das possibilidades atribuídas ao sujeito, tornando-o menos indeterminado. Essa interpretação não seria um caso de reanálise?

O apagamento das fronteiras entre determinados constituintes sem alteração da estrutura superficial da unidade sintática, ocasionando uma nova estrutura constitui a reanálise.

Segundo Campbell (2002), a gramaticalização decorre de uma série de reanálises e não é um mecanismo particular com estatuto independente. Ela pode ser também um processo decorrente de extensões como é o caso do verbo pleno *will* do inglês que significava *querer* e era empregado apenas para sujeitos humanos [+ animados]: [*The King*] [*will*] [*eat*] = [*O rei*] [*deseja*] [*comer*]. O verbo pleno *will* torna-se freqüente e sofre extensão semântica, passando a ser empregado em contextos anteriormente impossíveis, como é o caso de sujeito inanimado [*The table*] [*will fall*] = *A mesa cairá*. Vê-se que a estrutura superficial é a mesma, mas as fronteiras sintáticas mudaram.

Se considerarmos que esta expressão sofre um processo de reanálise, o item *que* forma um complexo, um constituinte contínuo com o termo *aquele*, ou seja, [aquele] [que + verbo] (perspectiva estruturalista) → [aquele que + verbo] (estrutura reanalisada).

Voltando ao exemplo (48), o sujeito de **se mostram** na oração “**aqueles que se mostram ingratos para com os seus benfeitores**” seria **aqueles que** e o sujeito de “não **receberão** socorro”, conforme já dito, seria toda a oração “**aqueles que se mostram ingratos para com os seus benfeitores**”. Esse tipo de análise é paralela à destinada a orações introduzidas por relativos sem antecedentes do tipo: [Quem tem boca], [vai a Roma], ou seja, [Aquele que tem boca], [vai a Roma].<sup>21</sup>

O processo de reanálise é responsável pela alocação da estratégia na escala proposta nesse trabalho. Nesse caso, atribui-se o grau de indeterminação 5 ao termo *aquele que*, o menos indeterminado da escala, devido à limitação das possibilidades de referência.

Podemos dizer então que a posição no SN está diretamente ligada ao grau de indeterminação do sujeito. Quanto maior é a presença de determinantes/qualificadores no SN, mais determinada é a estratégia utilizada e, portanto, dentro da escala estabelecida nesse estudo, a estratégia de indeterminação se aproxima ou permanece no grau 5 (grau de indeterminação menos indeterminado). Dessa forma, núcleos isolados no SN favoreceriam uma interpretação indeterminada e núcleos não isolados favoreceriam uma leitura menos referencial. Isso evidencia um maior grau de indeterminação para as formas pronominais, uma vez que nelas não houve a presença de determinantes e nem qualificadores.

---

<sup>21</sup> Mateus *et alii* já considera que [o que] pode ou não sofrer um processo de reanálise: se sofrer, o [que] forma com o [o] um constituinte contínuo – [o] [que] → [o que]; se não sofrer reanálise uma preposição pode surgir entre eles, como no exemplo seguinte: *Já tenho o de que me falaste*. (Mateus *et alii*, 2003:683)

### 3.4 – Tempo Verbal

Em seu estudo, Cunha (1993) aponta em seus resultados que há uma grande incidência de uso do pronome *nós* ao lado de verbos no pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. O pronome *a gente* é mais utilizado com verbos no presente do indicativo, infinitivo e em tempos do modo subjuntivo. Os resultados obtidos para o pronome  *você* apontam os tempos de futuro, infinitivo e presentes do indicativo e subjuntivo como os mais empregados.

Ao observar seus resultados, a autora aponta que a distribuição dos tempos verbais no *corpus* utilizado evidencia um contraste interessante: há ocorrência do pronome “*nós*” preferencialmente quando se emprega o verbo no passado do indicativo (principalmente no pretérito perfeito), enquanto que a incidência dos outros pronomes junto a este tempo verbal não atinge nem 5%.

Segundo a autora, a escolha do tempo verbal depende, muitas vezes, do gênero em que a porção do discurso analisado se insere: as narrativas da sua amostra, por exemplo, versam sobre experiências vividas pelos informantes. Dessa forma, elas se situam no passado e como o locutor participou da ação, apresentam também um alto índice de ocorrência do pronome *nós*.

A hipótese a ser testada no nosso estudo refere-se ao fato de os tempos verbais que se caracterizam por uma conotação menos restrita e mais lata, como o presente do indicativo, favorecerem o emprego de formas mais indeterminadas. A falta de referência temporal do presente contribui para reforçar a aceção indeterminadora da construção. As estratégias menos indeterminadas então apareceriam ao lado dos tempos verbais com emprego bem específico em termos semânticos, como é o caso do pretérito perfeito.

A tabela a seguir apresenta os percentuais de frequência das estratégias de indeterminação do sujeito em relação aos tempos verbais utilizados nas orações em que as mesmas aparecem nos dois períodos de tempo analisados: o português arcaico e o contemporâneo. Chamaremos de outros tempos verbais aqueles diferentes do presente do indicativo e que foram encontrados nos *corpora* analisados. Observaram-se os seguintes tempos:

- Presente do indicativo
- Pretérito perfeito do indicativo
- Pretérito imperfeito do indicativo
- Pretérito mais-que-perfeito do indicativo
- Futuro do presente
- Futuro do pretérito
- Presente do subjuntivo
- Pretérito imperfeito do subjuntivo
- Futuro do subjuntivo
- Gerúndio
- Infinitivo

Tempo Verbal	Presente do Indicativo		Outros tempos verbais	
	Período	Arc.	Cont.	Arc.
<i>nós</i>	52/68	4/9	16/68	5/9 <sup>22</sup>
	76,5%	44,5%	23,5%	55,5%
<i>se</i>	25/25	12/15	0/25	3/15
	100%	80%		20%
<i>P6</i>	07/07	1/2	0/7	1/2
	100%	50%		50%
<i>homem</i>	03/04	---	1/4	---
	75%		25%	
<i>SNs</i>	78/97	29/35	19/97	6/35
	80,5%	83%	19,5%	17%
<i>aquele (s) que</i>	52/55	46/58	3/55	12/58 <sup>23</sup>
	94,5%	79,5%	5,5%	20,5%
<b>TOTAL</b>	217	92	39	27
	85%	77%	15%	23%

Tabela 3.4: Tempo Verbal

Observando a tabela, percebe-se que o presente do indicativo aparece com grande incidência ao lado de todos os recursos de indeterminação do sujeito encontrados nos *corpora* estudados. No português arcaico, esse tempo

<sup>22</sup> Em função da diferença percentual no português contemporâneo em relação ao uso de *nós*, há de se destacar que são apenas 5 exemplos (1 de futuro do presente, 1 de pretérito imperfeito, 1 de gerúndio e 2 de subjuntivo).

<sup>23</sup> Dos 12 exemplos encontrados no português contemporâneo quanto ao uso de *aquele(s) que*, vale ressaltar que 4 são de futuro do presente, 4 de infinitivo pessoal, 3 de subjuntivo e 1 de pretérito perfeito.

verbal acompanha o pronome *nós* com incidência de 76,5%, os pronomes *se* e *P6* com 100% e *homem* indefinido com 75%. As estratégias nominais têm incidência de 80,5% no presente do indicativo e *aquele(s) que* de 94,5%. O português arcaico se mostra, por esses resultados, bem polarizado, prevalecendo o tempo presente do indicativo com todas as formas de indeterminação do sujeito. Para ilustrar o que foi dito, vejamos alguns exemplos do português arcaico em que o presente do indicativo aparece ao lado das estratégias de indeterminação do sujeito presentes no *corpus*:

(49) “Em aquesta estoria o doutor nos emssina que nom **deuemos esperar** de fazer bem pera quando formos doentes ou velhos ca muytas vezes acomteçe que quando o homem sse **quer arrepeender** nom **pôde** (...)” Fábula “O minhoto doente” – Arcaico

(50) “Em esta estoria o doutor emssina aaqueles que bem **estam**, que sse nom **deuem de mudar**, (...) e o homem que he em ssua liberdade nom **sse deue** subjugar” Fábula “Os Athenienses que elegem um rei” – Arcaico

(51) “Em este emxemplo este poeta nos dá emssinamemto que per pequeno nem gram tempo nom nos **deuem d’esqueecer** os seruiços rreçebydos (...)” Fábula “O leão e o pastor que lhe tira do pé uma espinha” - Arcaico

Já no português contemporâneo, percebe-se que o presente do indicativo ainda prevalece como tempo verbal em relação aos outros, mas no caso da estratégia *nós* há um equilíbrio (presente do indicativo – 44,5%; outros tempos verbais – 55,5%). O recurso de indeterminação se aparece com 80% ao lado de verbos conjugados no presente do indicativo e os recursos *P6*, *SNs* e *aquele(s) que* apresentam respectivamente percentuais de 50%, 83% e 79,5% no tempo presente. Vejamos os exemplos do tempo presente do indicativo em todas as formas de indeterminação do sujeito aparentes no *corpus*, exceto a estratégia *nós* que será comentada mais adiante.

(52) “Poder-se-ia aplicar esta fábula a **certos indivíduos** [que] administram a sua própria vida, e que se intrometem em assuntos que não lhes dizem respeito.” Fábula “O Adivinho” – Contemporâneo

(53) “Esta fábula mostra que não **se deve** confiar naqueles que são demasiado generosos com os bens alheios.” Fábula “O Cão convidado ou O Homem e o Cão” – Contemporâneo

(54) “Esta fábula mostra que **aqueles que traem** a amizade poderão talvez escapar à vingança das pessoas traídas, se estas forem fracas, porém com certeza não se livrarão da punição divina.” Fábula “A Águia e a Raposa” – Contemporâneo

(55) “Esta fábula dirige-se ao devedor, que está sempre pronto a tomar os bens alheios; quando lhe **pedem** a sua devolução, ele se aflige tanto como se tivesse que restituir do seu próprio patrimônio.” Fábula “A Criança que comeu fressura” – Contemporâneo

Observando os resultados, percebemos que há uma grande incidência do tempo presente do indicativo em todos os casos de indeterminação do sujeito. As estratégias *se* e *P6* só ocorrem no presente no português arcaico (100%). Já no contemporâneo, estas estratégias aparecem também com o infinitivo, o futuro do pretérito, o gerúndio e o futuro do presente, porém com frequências mais baixas.

Cavalcante (1999), ao analisar o sujeito indeterminado numa amostra diacrônica de textos de jornais (séc. XIX e XX), observou que o primeiro contexto de implementação desse tipo de sujeito foi aquele em que ocorriam auxiliares modais e temporais. É importante ressaltar no nosso estudo que dos 15 dados de *se* no português contemporâneo, 11 aparecem ao lado de auxiliares modais. Esse contexto favorece a leitura arbitrária, ou seja, indeterminada do sujeito. Vejamos um exemplo:

(56) “Esta fábula mostra que não **se podem** associar naturezas diferentes.” Fábula “O Carvoeiro e o Cardador” – Contemporâneo

A generacidade do predicado é mais forte nas construções com modais no presente do indicativo. Isso explica o fato de *se*, estratégia de indeterminação que, como vimos no item graus de indeterminação, apresenta altos índices do grau de indeterminação mais indeterminado (grau 1) e carrega traços semânticos [+ humano, - definido], ser mais freqüente ao lado de auxiliares modais no presente do indicativo.

Esses resultados são elucidativos para a análise de indeterminação. O presente é um tempo atemporal que caracteriza enunciados habituais, constantes, regulares e até futuros, o que contribui para reforçar a acepção indeterminadora da construção.

Dos 9 dados da estratégia *nós*, nos nossos dados do português contemporâneo, 4 deles aparecem em sentenças no presente do indicativo e 5 em sentenças no pretérito imperfeito do indicativo, no subjuntivo e no futuro do presente.

Enquanto os enunciados genéricos que aparecem no pretérito imperfeito e os hipotéticos (no modo subjuntivo) favorecem uma leitura arbitrária do sujeito, os enunciados episódicos, representados pelo futuro, não favorecem essa leitura. Nota-se no caso de *nós* que esse favorecimento ou não da leitura arbitrária pelo tempo verbal ocorre a depender da intenção do autor da fábula.

À medida que o autor do gênero fábula se inclui no ensinamento, determinando, pois, com maior intensidade o sujeito da oração, ele se utiliza de elementos que remetem a uma leitura menos indeterminada. Por outro lado, quando o autor emprega a estratégia *nós*, com uma intenção mais genérica (todas as pessoas), ele se utiliza de elementos que o auxiliam a demonstrar ao leitor a generalidade da sua intenção. Vejamos exemplos dessa estratégia de indeterminação no *corpus* do português contemporâneo ao lado de tempos verbais distintos:

(57) “Assim também, é necessário que nos contentemos com os nossos próprios bens,convencendo-nos de que a ganância, além de não servir para nada, ainda muitas vezes nos faz perder aquilo que **possuímos**.” Fábula “O Gaio e os Pombos” – Contemporâneo



(58) “Esta fábula mostra que não devemos regozijar-nos pelas demonstrações de amizade daqueles que nos honram mais a nós, os amigos recentes, do que aos seus amigos antigos; deduzamos que, quando também **nós nos tornarmos antigos**, se eles arranjam outras amizades, estas serão as suas preferidas.” Fábula “O Cabreiro e as Cabras Selvagens” – Contemporâneo

(59) “Eis que ninguém se deve afligir com as contrariedades que lhe acontecem; realmente, aquilo que não se possui por natureza, desde o nascimento, não se pode conservar: nus nós viemos, nus **nós partiremos**.” Fábula “O Cavalheiro careca” – Contemporâneo

Parece-nos que, nos exemplos 57 e 58, ao utilizar as ferramentas do presente do indicativo e do subjuntivo, respectivamente, o autor da fábula torna o enunciado mais genérico, uma vez que nos parece mais sensato as interpretações do “*nós*” como “*aquilo que todas as pessoas possuem*” (57) e “*quando todas as pessoas se tornam antigas*” (58). Já no exemplo 58, com a presença do futuro do presente na sentença, ou seja, por ser um enunciado episódico, a interpretação que se acha mais provável é a de que *nós, eu e vocês (leitores) partiremos*.

Podemos supor então que a escolha do tempo verbal tem, de certa forma, uma influência na interpretação mais ou menos indeterminada do sujeito.

### 3.5 – Representação nula e plena das estratégias de indeterminação do sujeito

Baseamo-nos em Duarte (1995) que constatou, em seu estudo com base em amostras de fala dos anos 90, a preferência por formas plenas em detrimento das nulas no PB, tanto na expressão do sujeito pronominal de referência definida quanto arbitrária.

De acordo com os resultados da autora, houve índices percentuais de 58% para a forma *eles*, 94% para a forma *você*, 63% para a forma *nós* e 95% para a *gente*, todas formas pronominais de indeterminação plenas. Isso revela uma tendência ao preenchimento das formas de sujeitos pronominais no PB nos anos 90, no caso, de referência arbitrária.

Outro estudo no qual nos fundamentamos, agora com base em dados de escrita, foi o de Cavalcante (1999). Segundo a autora, no que se refere à representação nula e plena das estratégias de indeterminação do sujeito encontradas na escrita de jornais cariocas dos séculos XIX e XX, observa-se que os editoriais apresentaram curva de mudança descendente para sujeitos plenos, enquanto os artigos de opinião e crônica apresentaram curva de variação estável.

Cavalcante (1999) nota que para o preenchimento do sujeito pronominal de referência arbitrária, há a influência de fatores de ordem estritamente estrutural, como por exemplo, a forma de indeterminação, a estrutura do predicado e a referência indeterminada com relação ao contexto anterior.

A autora dá ênfase à distribuição dos sujeitos plenos nas crônicas que passa de 7% a 34% do Período IV ao V<sup>24</sup>, uma vez que esses textos eram os primeiros a permitir a entrada de novas estratégias, como a *gente* e *você*. A mudança na representação dos sujeitos de referência arbitrária na escrita padrão começa a se implementar nas crônicas e se propaga pelos artigos de opinião nos anos 90. Para ela, ainda parece operar na escrita padrão o mecanismo de compensação funcional, ou seja, há o preenchimento do sujeito

---

<sup>24</sup> A amostra de Cavalcante (1999) foi constituída de textos de editoriais, opinativos e crônicas publicados em jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro entre 1848 e 1998. Foram delimitados cinco períodos de tempo distintos. O Período IV compreende o intervalo dos anos de 1964 a 1968 e o Período V compreende os anos de 1996 a 1998.

em estratégias pronominais que se combinam com formas verbais sem marcas morfológicas explícitas, tais como *a gente* e *você*, ao contrário do que ocorre na língua oral. Notemos de acordo com os exemplos da autora que a alternância entre a forma *a gente* (pobre morfológicamente) com *nós* (rica morfológicamente) fez com que a primeira viesse preenchida e a segunda não.

(60) “Quando **a gente chegou** aqui, \_\_\_\_\_ **éramos** os alegres brasileiros.”  
(265-6,C,V)

Partindo das conclusões de Cavalcante (1999) tiradas com base em textos de jornal, interessa-nos saber o que ocorre em relação à representação nula e plena de referência arbitrária na escrita de outro gênero literário, as fábulas de Esopo. A nossa hipótese é a de que a versão arcaica das fábulas apresentaria mais freqüentemente o sujeito nulo, ao passo que na versão moderna das mesmas os índices percentuais de sujeito preenchido suplantariam os de sujeito nulo ou não-preenchido. Tal distinção ocorreria pelo fato de o português estar se tornando uma língua de sujeito pleno como defendido por Duarte (1995).

Nos *corpora* analisados, algumas estratégias nominais e pronominais apresentaram-se ora plenamente realizadas como sujeito ora nulas, sem o sujeito expreso, como pode ser exemplificado abaixo:

(61) “Em aquesta hestoria ho douctor rreprehemde ha **aqueles que** (*pleno*) deixam as cousas certas pellas jmçertas, e **querem deixar** <sup>25</sup>as ssuas cousas por cobijça de cobrar as alheas.” Fábula “O cão e a posta de carne” - Arcaico

(62) “Da mesma forma **certas pessoas** (*pleno*), por ignorância, não se **previnem** contra os seus inimigos, enquanto **repelem** (*nulo*) os seus amigos, considerando-os suspeitos. Fábula “O Apicultor” - Contemporâneo

A seguir, apresentaremos os percentuais de freqüência de representação nula e plena das estratégias de indeterminação do sujeito nos dois períodos de tempo analisados.

---

<sup>25</sup> Esse tipo de exemplo foi codificado da seguinte maneira: considerou-se o sujeito de “querem deixar” toda a oração anterior.

Representação nula e plena	Representação plena		Representação nula	
	Período	Arc.	Cont.	Arc.
<i>nós</i>	17/68 – 25%	3/9 – 33%	51/68 – 75%	6/9 – 67%
<i>se</i>	25/25 – 100%	15/15 – 100%	---	---
<i>P6</i>	---	---	7/7 – 100%	2/2 – 100%
<i>homem</i>	3/4 – 75%	---	1/4 – 25%	---
<i>SNs</i>	55/97 – 57%	19/35 – 54%	42/97 – 43%	16/35 – 46%
<i>aquele(s) que</i>	48/55 – 87%	44/58 – 76%	7/55 – 13%	14/58 – 24%
<b>TOTAL</b>	148 - 58%	81 - 68%	108 - 42%	38 - 32%

**Tabela 3.5: Representação nula e plena das estratégias**

Observando a tabela anterior, percebemos, em princípio, que não há diferenças significativas nos dois períodos analisados como pressupunhamos. Os índices de sujeito pleno e nulo são relativamente semelhantes no português arcaico e no contemporâneo. No que se refere às formas pronominais, os índices de sujeito nulo suplantam os de sujeito pleno: *nós* com 75% no arcaico e 67% no contemporâneo e *P6* com 100% nos dois períodos. Com relação às formas nominais, também houve certo equilíbrio nos percentuais de freqüência: 57% para “os homens” no português arcaico e 54% para sintagmas nominais no contemporâneo sob representação plena. Com “aqueles que”, os índices de representação plena foram altos (87% no português arcaico e 76% no contemporâneo).

Segundo Duarte (1999), na língua oral a presença da marca flexional distintiva já não é tão relevante quanto ainda é na língua escrita. É importante ressaltar que as estratégias que apresentam marcas morfológicas distintivas como *nós* e *P6* obtiveram índices de sujeitos nulos maiores que aquelas que não apresentam marcas morfológicas aparentes. Isso comprova a observação de Duarte (1999), uma vez que os *corpora* estudados no nosso trabalho são de língua escrita.

Destacam-se os exemplos (63) e (64) para ilustrar o mecanismo de compensação funcional. A forma *nós* que apresenta flexão número-pessoal distintiva apresenta, nos dois períodos de tempo, percentuais de representação nula maiores do que o de representação plena, ao passo que os *SNs* apresentam também nos dois períodos percentuais de representação plena maiores do que o de representação nula.

(63) “Em aquesta estoria o doctor nos emsina que nom **deuemos** ajudar os maaos homees quando os **veemos** em alguus priijos porque, sse alguu bem lhe **fazemos** ssempre d’elles **aueremos** maaos merecimentos como fez esta coobra, (...).” (*nulo*) Fábula “O villão que recolhe a serpente” - Arcaico

(64) “Esta fábula mostra que **as pessoas sensatas** (*pleno*), quando se **livram** (*nulo*) de algum perigo, **ficam** em guarda para o resto da vida.” Fábula “O Cão adormecido e o Lobo” – Contemporâneo

De acordo com os resultados aparentes na tabela acima, a nossa hipótese não se confirma, ou seja, a tendência ao maior preenchimento do sujeito no português contemporâneo em relação ao arcaico não é constatada nesses *corpora*.

Um dos nossos objetivos nesse estudo é comprovar se os resultados encontrados nas duas sincronias (português arcaico e contemporâneo) correspondem à norma lingüística da época ou reproduzem características do gênero. As mudanças que operam na língua são manifestadas no gênero analisado ou não? O que influencia a norma dos autores são as propriedades históricas do gênero em si?

Sabemos que os *corpora* analisados nesse estudo são da modalidade escrita e que o gênero textual de que se trata este trabalho é a fábula. Pelo fato de nesse grupo de fatores não conseguirmos comprovar a hipótese já testada, por vários estudiosos, de que há uma preferência no português contemporâneo quanto ao uso de formas plenas na posição de sujeito, parece-nos que o que está influenciando os nossos resultados é o gênero literário e não a evolução da língua portuguesa. Podemos dizer quanto aos resultados encontrados de representação nula e plena das estratégias de indeterminação do sujeito na fábula, que as características lingüísticas do gênero fábula se mantiveram e assim, a mudança da língua não pesou nas distintas sincronias analisadas dentro desse gênero literário.

Podemos ressaltar também, a partir dos percentuais e das ocorrências observadas, que uma vez que o SN aparece pleno logo na primeira oração da moral analisada (cf. exemplo 64), ele tende a aparecer na escrita sob

representação nula nas demais orações. No gênero fábula, as formas de indeterminação do sujeito aparecem, em geral, sob representação mais nula do que plena, ou seja, os resultados se afastam do que era esperado.

Vejamos, no próximo capítulo, como se deu a indeterminação do sujeito nas línguas românicas, considerando hipóteses da origem do *homo* latino, seus valores interpretativos, seu desaparecimento no espanhol medieval e no português arcaico e os fatores de sua permanência no francês sob a variante *on*.

## CAPÍTULO 4 – A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

### 4.1 - A indeterminação do sujeito no português arcaico e no espanhol medieval

#### - A origem latina de *homo* indefinido: duas hipóteses

Uma das estratégias de indeterminação do sujeito utilizadas no português arcaico encontrada nas fábulas do Livro de Esopo é o vocábulo *homem* indefinido, variante do substantivo *homo* latino.

Segundo Silva Dias (1959, *apud* Matos e Silva, 1984), é possível encontrar o uso de *homem* indefinido no português arcaico equivalente ao *on* do francês até o século XVI. Após este século, *homem* passa a ser empregado somente como substantivo em português. Em diversas outras línguas românicas, o *homo* latino tornou-se pronome indefinido e pronome pessoal em outras.

Em relação à origem vulgar do uso desse substantivo, há algumas opiniões divergentes quanto à existência ou não de um pronome indefinido derivado do substantivo *homo* latino.

Para Maurer (1959), em sua *Gramática do Latim Vulgar*, o substantivo *homo* não deve ser incluído nos pronomes indefinidos:

*"Omitimos homo (francês on, etc.) desta lista de indefinidos, pois que não existe evidência românica antiga suficiente para demonstrar a sua origem no latim vulgar. O seu emprêgo na Peregrinatio e em outros textos mais ou menos populares é prova do seu caráter vulgar comum."*  
(MAURER, 1959)

Adotando tal perspectiva, Kärde (1943, p. 7, *apud* Pozas Loyo, 2007) apresenta os exemplos 1a e 1b, referentes aos séculos V e VII, em que o substantivo *homo* é utilizado com valor referencial "desbotado" semanticamente, o que poderia levar a uma interpretação muito próxima de um pronome indefinido, embora ainda seja para ele substantivo:

(1) a. Semper debet **homo** paratus humilitati ad alciora conscindere [Vita Wandregiseli,141]

b. Ad hos aditus Presbyter caput reclinat, advertitque **hominem** viam praetereuntem. Hunc, licet você tenui, vocat [Recueil des historiens Gaules, II.208]

Kärde (1943, p. 7) defende que não há provas de que os exemplos de *homo* (1) tenham características gramaticais de pronome, ou seja, o *homo* latino não funcionava como pronome indefinido. Tratava-se apenas de um uso genérico do substantivo.

Uma outra hipótese, contrária à posição anterior, é a de que o substantivo já era empregado como uma das formas de se indeterminar o sujeito no Baixo Latim. Para Ribeiro (1884) as línguas românicas então herdaram esse uso indeterminado do substantivo:

*"O primeiro meio de indicar em Baixo Latim e nas línguas românicas a indeterminação do agente de um verbo, é dar por sujeito a esse verbo o substantivo homo, em Latim; uomo, em Italiano; hombre ou ome, em Hespanhol; homem, em Portuguez; on, em francez; omul, em Valaquo. (...)*

*O Francez é a unica lingua que no periodo actual ainda conserva vigente este modo de expressão: applica-o elle a ambos os generos, a ambos os numeros - On doit être bon. On doit être bonne. On se battit en désespérés. Em Portuguez a palavra gente presta-se a uso identico: Quando a gente tem tuttôr ou padrinho." (RIBEIRO, 1884:332)*

Pode-se perceber que Ribeiro (1884) estabelece um paralelismo entre as duas estratégias de indeterminação do sujeito *on* (francês) e *a gente* (português).

Na mesma linha argumentativa, Ernout e Thomas (1951/1953, p. 145) propõem que o valor de indefinido dos pronomes, nas línguas românicas, originou-se do uso de *homo* latino como reforço do pronome *nemo*.

(2) Tune id dicere audes quod **nemo** unquam **homo** antehac vidit nec potest fieri? [P1, Am, 566, apud Ernout e Thomas 1951/1953:145]

De acordo com Ernout e Thomas (1951/53), *homo* era, inicialmente, empregado em contextos negativos em que o substantivo enfatizava a idéia



expressada por *nemo*. Mais tarde, o emprego de *homo* estendeu-se a contextos distintos (de orações afirmativas), passando a transmitir a idéia de indefinidade. Assim, essa interpretação indefinida de *homo* em latim teria originado nas línguas românicas os pronomes com valor indefinido.

Embora não se tenha absoluta certeza quanto a sua origem (se de orações negativas ou não), o grau de gramaticalização de *homo* no latim não foi definitivo a ponto de constituir um pronome a partir do substantivo. É possível que certos empregos “deram lugar a uma interpretação indefinida dos derivados de *homo* nas línguas românicas” (Pozas Loyo e Company, a sair). Ainda se faz necessário destacar que, como menciona Ribeiro (1884) e outros estudos sobre o tema (Lopes, 2003), os pronomes indefinidos originam-se, em diversas línguas, do uso genérico de substantivos, tais como: *a gente* (em português); *man* (no alemão); o numeral *uno* (no espanhol), etc<sup>26</sup>.

#### **- A gramaticalização interrompida de *homem* no português arcaico**

Quanto ao português arcaico, Lopes (2003) afirma que o substantivo *homem* inicia um processo de perda de suas características lexicais de nome ao ser empregado até o século XVI também como pronome indefinido.

Discutindo essa distinção pelo viés da gramaticalização, a autora defende que há uma diferença fundamental em termos de comportamento sintático dos pronomes e dos substantivos apesar de essas duas categorias exercerem as mesmas funções sintáticas (núcleo do sujeito, de complementos e de sintagmas preposicionados): os pronomes, ao contrário dos nomes, não podem ser antecidos por alguns determinantes<sup>27</sup>. Pode-se dizer "o menino é bonito", mas "o ele é bonito" é agramatical. Ao analisar o Fabulário Português (Livro de Esopo), Vasconcellos (1906, p. 111), por exemplo, aponta que a ausência do artigo definido leva à interpretação do substantivo como pronome indefinido, como se vê em (3) e (4):

---

<sup>26</sup> Além desses casos que constituem casos já gramaticalizados, há outros exemplos em português, como *nequinho, geral, etc: Nequinho adora funk. Geral foi no Shopping,*

<sup>27</sup> Como será discutido no capítulo 4, os tipos de determinação que podem ocorrer com os pronomes são restritos aos adjetivos (*mesmo, próprio*), a numerais, aos advérbios (*somente, apenas*) e a *todos/todas*.

(3) "Pe[r] este emxemplo o poeta nos amostra que nom façamos humeçidio, nem furto, nem outro graue pecado por cobijça de dinheiros, nem escondidamente, nem manifestamente, ca do mal que **homem** faz, sse em este mundo nom ha peemdença" (Livro de Esopo "O judeu, o escudeiro e as perdizes") (= **pronome**)

(4) "Per este exemplo este poeta nos amostra que nós nom ajamos ffe nem esperança nas uãas glorias d'este mundo, porque nom som estauées; e **homem** que está em prosperidade em este mundo nom deue escarnecer do minguido" (Livro de Esopo "O asno e o cavallo loução") (= **pronome**)

(5) "Per este emxemplo este doutor nos amoestra que, por nh | a gram tribulaçom que **o homem** haja, nom deue perder a esperança" (Livro de Esopo "As lebres e as rãs") (= **substantivo**)

(6) "... porque quando comfiam vencer alguma batalha, comfiando mays no sseu poder que no poder de Deus, perde, porque ssoo Deus he juiz derejto e defemedor da rrazom, e poucas vezes póde **o homem** empeecer na razom" (Livro de Esopo "O vaqueiro que combate por seu senhor") (= **substantivo**)

O uso de *homem* como pronome indefinido apresentou uma mobilidade mais restrita (fixa) de sua posição com relação ao verbo na sentença e também dentro do sintagma nominal (rigidificação da ordem da palavra) Martelotta et alii (1996, p. 46). Quanto ao primeiro aspecto, Lopes (2003, p. 61) mostra que o pronome indefinido era mais freqüente entre o verbo auxiliar e o principal, basicamente em estruturas negativas do tipo *nom/não/nõ + auxiliar homem + verbo*, como se vê em (7a). Com relação ao segundo ponto, a autora mostra o emprego majoritário de *homem* indefinido isolado no SN ou, no máximo, seguido por uma oração relativa como em 7b e c:

- (7) a. **Nõ** pode **home** partir-se de sy meesmo (Século XV – Veiga 1959)  
b. com´ **ome** [que aduz] (século XIII, Mettmann 1972)  
c. **nom** havia **homem** [que esto visse] (Século XV, Peres 1979)

No entanto, é válido ressaltar que a "pronominalização" do substantivo *homem* não se efetivou em português nem em espanhol. Este uso de *homem* como pronome indefinido é uma característica do português arcaico e do espanhol medieval que coexistiu com o uso como substantivo nas duas línguas durante quase 400 anos, embora não tenha se mantido como ocorreu no francês. Nesta língua românica, o modo de expressão se conserva até hoje

(conforme afirma Ribeiro, 1884). Este fenômeno de variação não se efetivou como uma mudança lingüística em algumas línguas românicas, pelo menos para tal item.

### - *Omne* indefinido no espanhol e seus valores interpretativos

Segundo Pozas Loyo (2007), a interpretação da forma indefinida de *omne* no espanhol medieval se condiciona pelo contexto em que ela aparece. Em contextos genéricos, *omne* recebe interpretação de pronome generalizador e em contextos episódicos, recebe interpretação existencial. A autora retoma propostas de Condoravdi (1989) e Chierchia (1995) sobre a importância das inferências pragmáticas na interpretação das construções impessoais no grego e no italiano. Em seu *corpus*, conclui que a variante existencial de *omne* era menos freqüente que a generalizadora.

*Omne* com valor de *alguém* recebe uma interpretação existencial positiva e se emprega sobretudo em orações condicionais conforme mostra o exemplo de Pozas Loyo (2007):

(8) Sy **omne** el su tiempo em valde quiere pas[s]ar, non quiere deste mundo otrra cosa levar, sy non estar viçioso e dormir e folgar, deste tal muer su fecho quando viena fyar [FG, 348A]

O valor generalizador de *omne* implica que tanto o falante quanto o ouvinte fazem parte do conjunto de entidades sobre as quais se predica. Os resultados de Pozas Loyo (2007) confirmam os de Brown (1931), Kärde (1943) e Eberenz (2000) e apontam que a ferramenta lingüística *omne* generalizador parece ter estado condicionada a gêneros textuais de caráter moral, no qual se empregava a formulação de sentenças e provérbios.

O fato de não existir dados de *omne* generalizador em certos tipos de textos como a novela sentimental, por exemplo, reforça a hipótese do condicionamento textual deste item a gêneros moralizantes. Vejamos um exemplo da autora de *omne* generalizador para ilustrar essa interpretação:

(9) Et non há pro el dezir sinon com el fazer, nin la castidat sinon com el temor de Dios, ni em ser **omne** verdadero sinon com lealtad [Calila, 169]

Quando *omne* aparece em contextos não genéricos e sob o alcance de uma negação, há outra interpretação menos comum: a de existencial negativo, equivalente a *ninguém*.

(10) Et començose el falso a mesar et a ferir a sus pechos, et dezir: - **Non** se fie **omne** em ninguno [Calila,172] (Pozas Loyo, 2007)

Interessante observar que quando ocorrem em contextos negativos, no espanhol ou no português, *omne/homem* sempre funcionam como indefinidos, o que reforça a hipótese de Ernout e Thomas (1951/1953).

### - Analisando os dados de *homem* no português arcaico

A partir das considerações de Pozas Loyo (2007) e suas interpretações acerca de *omne* no espanhol medieval, tentaremos classificar os dados dos nossos *corpora*. Também daremos enfoque à estrutura verbal nas orações que contêm a estratégia de indeterminação do sujeito *homem* indefinido. Os exemplos de *homem* indefinido encontrados no *corpus* do português arcaico são os seguintes:

(11) “Per este emxemplo o doutor nos amoestra e diz que o homem de vill comdiçom nom há audácia de falar comtra o poderoso. E esto procede de vileza do coração, ca o coração uill he aquell que faz **homem** sser pera pouco.” Fábula “O azemel, a mosca e a mula” - Arcaico

(12) “Per este emxemplo este poeta nos amostra que nós nom ajamos ffe nem esperança e **homem** que está em prosperidade em este mundo *nom deue* escarnecer do minguado e o minguado em prosperidade, ssegundo veemos cada dia.” Fábula “O asno e o cavalo loução” – Arcaico

(13) “Pe[r] este emxemplo o poeta nos amostra que nom façamos humeçidio, nem furto, nem outro graue pecado por cobijça de dinheiros, nem escondidamente, nem manifestamente, ca do mal que **homem** faz, sse em este mundo nom há peemdença, ha-a no houtro de Deus, que he suprema justiça;(…)” Fábula “O judeu, o escudeiro e as perdizes” – Arcaico

No exemplo (11), temos a estratégia *homem* indefinido com valor existencial positivo, uma vez que podemos substituí-la por *alguém*. Apesar da

oração condicional, proposta por Pozas Loyo (2007) na interpretação do existencial positivo, não estar presente explicitamente, há uma idéia de condição na oração em que *homem* indefinido ocorre.

(11') Per este emxemplo o doutor nos amoestra e diz que o homem de vill comdiçom nom há audácia de falar comtra o poderoso. E esto procede de vileza do coraçom, [*ca o coraçom uill he aquell que faz **alguém** sser pera pouco*]. Fábula "O azemel, a mosca e a mula" – Arcaico

No exemplo (12), podemos interpretar a estratégia *homem* indefinido como existencial negativo, uma vez que a presença de *nom* nos permite substituir a estratégia por *ninguém*.

(12') Per este emxemplo este poeta nos amostra que nós nom ajamos ffe nem esperança e **ninguém** que está em prosperidade em este mundo *nom deue* escarnecer do minguado e o minguado em prosperidade, ssegundo veemos cada dia. Fábula "O asno e o cavalo loução" – Arcaico

No exemplo (13), a interpretação dada à estratégia *homem* indefinido é de outra natureza. *Homem* parece se referir a um número ilimitado de pessoas, o que nos faz classificá-lo como generalizador.

(13') Pe[r] este emxemplo o poeta nos amostra que nom façamos humeçidio, nem furto, nem outro graue pecado por cobijça de dinheiros, nem escondidamente, nem manjfestamente, ca do mal que **qualquer pessoa** faz, sse em este mundo nom há peemdença, ha-a no houtro de Deus, que he suprema justiça;(...) Fábula "O judeu, o escudeiro e as perdizes" – Arcaico

O fato de estudarmos apenas contextos moralizantes e *homem* aparecer nesse tipo de contexto nos permite, por um lado, confirmar que essa estratégia aparece realmente nesse gênero. Por outro lado, não é possível reforçarmos ainda mais a hipótese de Pozas Loyo (2007) do condicionamento dessa estratégia a esse tipo de gênero, uma vez que não analisamos outros tipos de contexto ou de texto.

Quanto aos verbos presentes nas orações de *omne* no *corpus* do espanhol medieval, Pozas Loyo (2007) encontrou que o modo verbal mais

aparente nessas orações foi o indicativo com 81% dos exemplos, enquanto o subjuntivo teve 19% dos casos.

No português arcaico, confirmamos os resultados da autora para o espanhol medieval, uma vez que nos quatro exemplos encontrados de *homem* pronome em nosso *corpus*, todos estão acompanhados de verbos no modo indicativo. Visto que *homem* é uma ferramenta lingüística empregada especialmente na formulação de sentenças universais, é de se esperar que um modo não marcado, que se emprega na formulação de sentenças de aplicabilidade geral como o indicativo, seja o mais utilizado ao lado dessa estratégia de indeterminação do sujeito.

Com relação ao tempo verbal, Pozas Loyo (2007) identificou uma tendência pelo presente habitual (81% dos casos), já que é o tempo prototípico das predicções em que se expressam verdades universais e normas de conduta.

No português arcaico, confirmamos também os resultados da autora. Três dos quatro exemplos localizados no *corpus* estão no presente do indicativo (12 e 13). O outro exemplo (11) constitui o infinitivo.

Quanto à transitividade verbal, os dados de Pozas Loyo (2007) apontam 68% de orações com verbos transitivos e 32% de orações com verbos intransitivos<sup>28</sup>.

Embora tenhamos localizado poucos dados (apenas 4), *homem* indefinido aparece 50% em orações com verbos transitivos e 50% em orações com verbos intransitivos, como mostra o que está em negrito:

(11”) “Per este emxemplo o doutor nos amoestra e diz que o homem de vill comdiçom nom há audácia de falar comtra o poderoso. E esto procede de vileza do coração, ca o coração uill he aquell que faz **homem sser** pera pouco.” Fábula “O azemel, a mosca e a mula” – Arcaico

(12”) “Per este emxemplo este poeta nos amostra que nós nom ajamos ffe nem esperança e **homem** que **está** em prosperidade em este mundo nom **deue escarnecer** do minguado e o minguado em prosperidade, ssegundo veemos cada dia.” Fábula “O asno e o cavalo loução” – Arcaico

(13”) Per este emxemplo o poeta nos amostra que nom façamos humeçidio, nem furto, nem outro graue pecado por cobijça de dinheiros, nem

---

<sup>28</sup> Nesse caso, não se confirmou a hipótese de Keniston (1937) e Kärde (1943) sobre a forma pronominal *omne* ser empregada majoritariamente com verbos intransitivos.

escondidamente, nem manifestamente, ca do mal que **homem faz**, sse em este mundo nom há peemdença, (...) Fábula “O judeu, o escudeiro e as perdizes” – Arcaico

A autora ainda destaca o emprego de *omne* pronominal com perífrases modais e ressalta a afirmação de Ricós (2002:951): formas perifrásticas com valor de obrigatoriedade contribuem para que *omne* se interprete como sujeito indeterminado generalizador.

Como podemos visualizar em nossos exemplos do português arcaico, dos 4 casos encontrados de *homem* pronominal, 1 deles contém perífrase modal com valor de obrigatoriedade, o que contribuiria para a interpretação desse dado de *homem* como generalizador, senão fosse o contexto negativo presente nesta moral.

Com relação aos nossos dados agora de *homem* substantivo, confirmamos também alguns resultados de Pozas Loyo (2007). Dos 97 dados encontrados da estratégia de indeterminação *homem* substantivo, 80,5% dos exemplos contêm verbos no presente do indicativo (exemplo 14), 7% dos exemplos no infinitivo (exemplo 15), 3% no pretérito perfeito (exemplo 16) e 9,5% dos exemplos no modo subjuntivo (exemplo 17).

(14) “(...) Ca muytas vezes acometeçe que **muytos homees no mundo ssom** emguanados com enguanos de palauras doces. (...)” Fábula “A cadella que pediu a casa a outra” – Arcaico

(15) “(...) que melhor he a proveza que a rriqueza, a qual rriqueza ssempre faz **viuer o homem** com gram temor: (...)” Fábula “O rato da cidade e o da aldeia” – Arcaico

(16) “(...) Ajmda diz que **muytos homees forom** no mundo em priguio de morte, e **ouuerom** esperança d’escapar, e **escaparom**.” Fábula “As lebres e as rãs” - Arcaico

(17) “Em esta estoria o douctor dá emsinamemto **aos grandes homees que nom ssejam** em todo crueues, ca os pequenos homees de pequena condiçom podem muytas vezes enpeeçer aos gramdes, (...)” Fábula “A águia que arrebatou o filho da raposa” – Arcaico

Vimos que o tempo verbal mais marcante ao lado da estratégia *homem* tanto pronome quanto substantivo é o presente do indicativo. Como a moral da fábula é a parte em que o autor aponta o que ele entende como verdade e as normas de conduta que devem ser seguidas por aqueles que a lêem, o tempo verbal mais utilizado foi o presente do indicativo.

Com relação às perífrases modais, das 97 ocorrências de *homem* substantivo, 30 delas aparecem com perífrases modais, 19 compostas pelo verbo *dever* e 11 formadas pelo verbo *poder*. As demais aparecem ao lado de outros verbos (*querer, fazer, ser, ter, etc.*), os mais variados possíveis. Vejamos os exemplos de algumas delas:

(18) “(...) Ajmda diz que **o homem** nom **deue fazer** a outrem aquello que nom queria que fosse facta a elle.” Fábula “O leão velho, o asno, o touro e o porco” – Arcaico

(19) “Em esta estoria o douctor dá emsinamemto aos grandes homees que nom ssejam em todo crueuees, ca **os pequenos homees de pequena condiçom podem** muytas vezes **enpeeçer** aos grandes e sse lhe nom **poderem empeeçer**, lhe **podem fazer** proueyto.” Fábula “A águia que arrebatou o filho da raposa” - Arcaico

(20) “Em aquesta hestoria este douctor rreprehemde **os homees pequenos e de pequena comdiçom que tomam** companhia com os grandes e poderosos (...)” Fábula “O leão que vai com outros animaes à caça” - Arcaico

Com base nas hipóteses postuladas para o espanhol, verificamos, em suma, um comportamento equivalente nas duas línguas ibéricas para o emprego de *homem* como indefinido e como substantivo no período medieval. Embora tenhamos identificado poucos dados no *corpus* do Fabulário Português, foi possível perceber que os contextos de uso e os valores interpretativos de *homem/omne* são praticamente os mesmos, tanto no que se refere ao modo e tempo verbais, quanto ao tipo de verbo e à estrutura do predicado. É possível que o valor indefinido de *homem/omne* no período medieval tenha se originado do *homo* latino em contextos negativos, comuns em textos sapienciais. Neles há os aconselhamentos e as normas de conduta, em que se reforça a idéia do que “não se deve fazer” (*homem não deve fazer = ninguém deve fazer*). O item *homem/omne*, nesse tipo de construção, pode ter absorvido a idéia de negação, tornando-a abstrata/impessoal. Nesse caso,



passa a funcionar, mesmo em construções afirmativas, como um indefinido no período em que esses gêneros circulavam demasiadamente. Trata-se ainda de uma hipótese a ser melhor discutida em outra oportunidade.

### - A indeterminação no francês

Como discutido anteriormente, Ribeiro (1884) defende que o vocábulo *on* do francês, assim como *homem* em português, é uma variante do substantivo *homo* já presente no Baixo Latim. Estes substantivos, no período medieval, assumiram um caráter pronominal, equivalendo exatamente ao *man* do alemão.

No entanto, ao contrário de *homem* em português, a forma *on* se efetivou em francês como pronome. O francês é, em particular, a única língua românica que conserva até hoje este modo de expressão (o *homo* latino torna-se pronome indefinido, podendo ser classificado depois como pronome pessoal no francês).

Analisaremos a seguir os contextos sintáticos e as estruturas verbais das orações que possuem como sujeito as estratégias *on*<sup>29</sup> e *l'homme* (equivalente a *homem substantivo* no português), a fim de relacionar nossos resultados aos de Pozas Loyo (2007), já apresentados nos itens anteriores.

(21) “Ne te fie pas à vu chacun, et regarde attentiu ment au conseil que te donnera autruy. Car plusieurs à qui **on demande** conseil, ne fonget pas pour le profit d'autruy: mais pour leur propre commodité.” Fábula “De l'aigle et de la Corneille” – Francês Medieval

*(Não te fie a cada um, e olhe atentamente ao conselho que outro te dará. Pois muitos a quem se pede conselho, não (...) para o perfil do outro: mas para a própria comodidade deles.)*

(22) “Par la Pierre tu entenderas la science et prudence, par le coq, l'homme fol, et celuy qui est plein de ses plaisirs. Or les folz haissent les ars liberaux d'autant qu'ils ne sauent l'usage d'iceux. Et **l'homme de plaisir** aussi, qui n'ayme rien que toutes voluptez.” Fábula “Du coq et de la pierre précieuse” – Francês Medieval

---

<sup>29</sup> Esse pronome indefinido no francês medieval equivalia ao *homem pronome* do português arcaico e a *omne pronome* do espanhol medieval. No francês contemporâneo, *on*, já pronome pessoal, pode substituir os seguintes pronomes pessoais em francês: *tu, vous, nous, il* ou *elle, ils* ou *elles*.

*(Pela pedra, você entenderá a ciência e prudência, pelo galo, o homem louco, e aquele que é pleno de seus prazeres. (...) E o **homem de prazer** também, que não gosta de nada além de todas as volúpias.)*

(23) “Gardons nous quand **on** nous *dit* quelque chose deshonneste, que nous ne disions ou façions rien indigne de notre état. Car les méchants et mauuais (...), quand **quelque homme de bien** leur *resiste*. Ils sont bien aises d’être estimez dignes de punition. Ensuyuons les chevaux et les autres grandes bestes, qui ne laissent point de passer outre pour l’abboy des petits chiens.” Fábula “Du sanglier et de l’asne” – Francês Medieval

*(Guardemo-nos quando nos dizem alguma coisa desonesta, que nós não digamos ou façamos nada indigno de nosso estado. (...) quando algum homem de bem lhes resiste. Eles estão bem à vontade de serem dignos de punição. (...))*

(24) “Il vaut beaucoup mieux estre maitre en sa petite maisonnette, et y manger du pain noir, que estre traité delicieusement es palais magnifiques et sumptueux, et y viure en doute et crainte. Car liberté est bagnie de la court, ou il la falloit recourir: et là **on doit aussi dissimuler** toutes iniures.” Fábula “Du loup et du chien” – Francês Medieval

*(Vale muito mais ser mestre em sua pequena casa e comer do pão preto, que ser tratado deliciosamente em palácios magníficos e suntuosos, e viver neles na dúvida e temor. (...) e lá **se deve também dissimular** todas (...))*

(25) « Garde bien d’adiouter foy aux parolles. Si tu ne te donnes gardes, tu seras souuent trompé. **On doit prendre** coniecture tant par les parolles, que par le fait. Mais sur le fait seulement **on doit asseoir** iugement. » Fábula « Du lyon et du renard » - Francês Medieval

*((...), você será sempre enganado. **Deve-se** tomar consciência tanto pelas palavras quanto pelo fato. Mas sobre o fato somente **se deve** (...))*

A partir dos exemplos do francês medieval, identificamos 5 dados de *on* e 2 de *l’homme*. Todos os dados, tanto de *on* quanto de *l’homme*, aparecem ao lado de estruturas verbais no presente do indicativo que é o tempo verbal próprio para expressar normas de conduta no discurso moralizante típico das fábulas.

Dos 5 dados de *on*, 3 estão presentes em orações que apresentam formas perifrásticas compostas pelo verbo *dever*. As estruturas verbais dos

outros 2 dados de *on* e das ocorrências de *l'homme* são simples. Esses resultados do francês corroboram os de Pozas Loyo (2007).

Apesar de identificarmos essas poucas semelhanças, é preciso comentar os aspectos divergentes.

A diferença de *omne* indefinido no espanhol medieval e *homem* indefinido no português arcaico para sua variante *on* do francês é que *omne/homem* nunca se empregou para referir-se a um número **limitado** de pessoas às quais se atribui uma ação real, assim como se emprega no francês. Em contextos, como os do exemplo a seguir, não seria possível empregar a forma indefinida de *homem* no português arcaico, mas no francês isso é possível.

(26) **Francês:** Et **on** li mostra un lieu que estoit establis pour mangier (Pozas Loyo, 2007)

**Português atual:** E **mostraram**-lhe um lugar que foi feito para comer.

**Português arcaico:** \* E **homem** mostra-lhe um lugar que foi feito para comer (é **agramatical**).

Como já dito anteriormente, Ricós (2002:951) sugere que o emprego de formas perifrásticas com valor de obrigatoriedade contribui para uma interpretação mais generalizadora do sujeito indeterminado.

Ao analisarmos os dados do francês, vimos que os exemplos (21) e (23) de *on* apresentam estruturas verbais simples (*on demande*; *on dit*) e não perifrásticas com valor de obrigatoriedade, o que pode levar à interpretação de *on*, além da generalizadora (“pede-se”; “diz-se”), como um número limitado de pessoas (“pedem”; “dizem”).

Em suma, esses exemplos no francês podem ter as duas interpretações, enquanto o português e espanhol só admitem a interpretação generalizadora.

Nos primeiros textos escritos em francês, é possível localizar a variação entre *on* e *l'on* e depois de concluída a gramaticalização, a variante *on* se generaliza. Em outras línguas românicas, como o português e o espanhol, exemplos de ambas variantes (com e sem o artigo) são localizados durante todo o período em que a forma indefinida de *omne/homem* foi produtiva (até o século XVI). Tal comportamento nessas línguas românicas sugere uma gramaticalização em curso, diferente do francês.

Durante o período em que *omne/ homem* foi empregado como nome e pronome, nunca houve uma distinção formal marcante entre o pronome e o substantivo nos seus usos genéricos, o que torna a delimitação das duas categorias problemática. Dessa forma, o processo de gramaticalização do uso indefinido de *omne/ homem* no espanhol e no português é considerado como não concluído. No francês, havia formas completamente distintas das duas categorias: *on* e *l'homme*, a primeira sempre com interpretação de pronome e a segunda sempre com interpretação de substantivo.

A partir dos exemplos do francês medieval, podemos perceber que, conforme Pozas Loyo (2007) afirma, a variante *on* se generalizou depois de concluída a gramaticalização. Observemos que a variante *l'on* que, segundo a autora, foi localizada nos primeiros textos escritos em francês, já não aparece em nosso *corpus*, demonstrando assim que *on*, nesse momento, já havia se generalizado. Dessa forma, *l'homme* (equivalente a *omne/homem* substantivo) toma o lugar então no francês medieval de *l'on* dos primeiros textos escritos.

Outra característica que distingue *omne/homem* de *on*, é que as variantes indefinidas do espanhol medieval e do português arcaico podiam desempenhar outras funções que não apenas a de sujeito (de objeto direto, indireto e funções oblíquas) assim como demonstram os exemplos de Pozas Loyo (2007):

(27) a. Et dizen que la cosa que **omne** com mayor derecho deve sufrir es aquella que por ninguna guisanon puede mudar [Calila, 217] (= **sujeito**)

b. Qualquier mala nueua basta para poner a **omne** em trabajo [Provérbios, § 17] (= **objeto direto**)

c. E non pueden aguardar a muchos synon contratando com muchos, & que todos han notiçias & conoçimiento de muchos, lo qual faze perder todo rreposito & abreuia a **omne** los dias & lê pone em todo trabajo [Provérbios, § 325] (= **objeto indireto**)

d. Ca em tiempo de adversidad non quedan com el **omne** los amigos que lê siegue por el prouecho nine l deleyte de plazer que com el auian, mas solamente los que eran sus amigos por lo onesto & por la virtud [Provérbios, § 48] (= **função oblíqua**)

No francês, *on* só ocorria nos textos medievais como sujeito e podemos comprovar essa característica com os nossos exemplos (21, 23, 24 e 25), uma

vez que todos os dados de *on* encontrados possuem somente a função de sujeito.

Segundo Company (2006:33), é muito provável que o processo de gramaticalização do substantivo *omne* como pronome no espanhol tenha sido iniciado e motivado pelo gênero discursivo didático-moral, uma vez que este pode propiciar o desenvolvimento de nominais indefinidos e impessoais.

*Omne/homem* pronome nunca foi uma estratégia de indeterminação muito produtiva no espanhol medieval nem no português arcaico (somente identificaram-se 4 dados no nosso *corpus* do português e poucos dados de Company [2006] para o espanhol medieval) ao contrário do francês. Esta forma mais gramaticalizada já estava praticamente desaparecida no espanhol e no português em fins do século XVI e por isso, Company (2006) define esse processo como uma gramaticalização truncada. Com o desaparecimento dessa estratégia nessas duas línguas, outras se gramaticalizaram: *a gente*<sup>30</sup> no português e *uno* no espanhol.

---

<sup>30</sup> Lopes (2003, p.157) afirma que o processo de gramaticalização de *homine>homem* em português foi interrompido no século XVI e a “lacuna no sistema ficou à espera de uma nova forma. Coincidência ou ao, é por essa época que certas propriedades tipicamente nominais, como o traço de número, começam gradativamente a não ocorrer com o substantivo (*a*) *gente*, o que pode ter interferido no processo de gramaticalização desta forma, que se tornou forte candidata a ocupar a vaga deixada pelo *homem* indefinido.”

#### 4.2 – Outras estratégias de indeterminação no francês e no português: análise comparativa complementar

A princípio, neste item, apontaremos um breve quadro geral das estratégias de indeterminação do sujeito encontradas tanto no *corpus* do francês medieval quanto no *corpus* do francês contemporâneo. Objetivamos verificar se as estratégias presentes no português são similares às encontradas no francês nas duas sincronias. A nossa hipótese básica, com base em Kabatek (2006), é a de que usos lingüísticos particulares do gênero, no caso a fábula, independem da língua em que são escritas. Dessa forma, verificaremos se há influência da tradição textual mesmo em idiomas distintos.

Observemos a partir da tabela abaixo as estratégias de indeterminação do sujeito encontradas nos dois períodos do francês e seus respectivos percentuais.

Estratégias de indeterminação do sujeito	Francês Medieval	Francês Contemporâneo
<i>Tu</i> (tu/você)	15/44 – 34%	----
<i>On</i>	5/44 – 11,5%	7/20 – 35%
<i>Nous</i> (nós)	17/44 – 38,5%	2/20 – 10%
<i>Les expressions nominales</i> (expressões nominais – <i>l'homme</i> - o homem/ <i>les gens</i> - as pessoas)	2/44 – 4,5%	7/20 – 35%
<i>Celui qui/Ceux qui</i> (aquele que /aqueles que)	5/44 – 11,5%	4/20 – 20%

Tabela 4.2: Distribuição geral das estratégias de indeterminação do sujeito no francês

Percebemos que as estratégias de indeterminação do sujeito quantificadas no *corpus* do francês medieval e do francês contemporâneo são praticamente as mesmas. Com exceção de *tu*, todas as estratégias da tabela que aparecem no francês medieval também aparecem no francês contemporâneo.

Um aspecto relevante diz respeito ao fato de a frequência das formas variar significativamente nas duas sincronias. A forma *tu*, como já foi dito, apresenta 34% no francês medieval e no contemporâneo sequer aparece nas fábulas analisadas. A forma *on* varia de 11,5% a 35% no francês contemporâneo, *nous* de 38,5% a 10%, *as expressões nominais* passam de 4,5 a 35% e *celui qui/ceux qui* de 11,5% a 20%. Observemos os exemplos seguintes:

(28) « Si **tu** es beau par dehors, c'est quelque chose mais s'il te falloit choisir des deux beutez ou interieure ou exterieure, il vaudroit beaucoup mieux choisir l'interieure, Car l'interieure sans l'autre encourt indignation, en forte que le fol d'autant que plus il est beau, autant plus il est digne de haine. » Fábula « Du loup & de la teste peinte » - Francês Medieval

*(Se **você** é belo por fora, é alguma coisa, mas se te fosse necessário escolher duas belezas, ou interior ou exterior, valeria mais escolher a interior, (...)).*

(29) « **Nous** mettons volontiers en oubli um plaisir passé, et ne **nous** soucions pas beaucoup de l'advenir. Quant au present **nous** le reconnoissons tresbien. C'est une chose honteuse à dire: mais si **nous** voulons dire la verité, communément nous n'estimons l'amitié que pour le proufit » Fábula « Du viel Chien & son maitre » - Francês Medieval

*(**Nós** colocamos à vontade em esquecimento um prazer passado, e não nos inquietamos muito com o futuro. Quanto ao presente, **nós** o reconhecemos muito bem. É uma coisa vergonhosa a dizer: mas se **nós** queremos dizer a verdade, (...))*

(30) Ainsi des hommes: la fable montre qu'agissent sottement **tous ceux qui** cherchent secours auprès de qui incline d'instinct à faire le mal. Fábula « Le renard et la ronce » - Francês Contemporâneo

*(Assim os homens : a fábula mostra que agem tolamente **todos aqueles que** procuram socorro junto de quem inclina o instinto de praticar o mal)*

Vimos então a partir dos resultados que as estratégias mais frequentes no francês medieval são *nous* com 38,5% seguida de *tu* com 34% e *on* com frequência de 11,5% (pouco produtiva). Já no francês contemporâneo, as estratégias de indeterminação mais frequentes são *on* e *expressões nominais*, ambas com 35% seguidas de *celui qui/ceux qui* (*aqueles que*) com 20%.

A partir desse breve levantamento quantitativo, podemos afirmar que há influência nos resultados tanto do gênero analisado quanto da norma lingüística de cada período (francês medieval e contemporâneo). No que tange aos tipos de estratégias utilizadas, parece que a tradição textual influencia na escolha do autor das fábulas, uma vez que as estratégias utilizadas para a indeterminação do sujeito são praticamente as mesmas nos dois períodos. Já no que se refere à frequência das mesmas, nota-se certa tendência a seguir a norma lingüística do período. Com a mudança de sincronia, os percentuais de frequência também sofreram ligeiras alterações.



### - Estratégias do português contemporâneo: análise complementar

Vejam agora quais estratégias de indeterminação do sujeito aparecem na amostra complementar analisada<sup>31</sup> do português contemporâneo e seus respectivos percentuais de frequência. O principal objetivo desse levantamento adicional era verificar se em outras versões contemporâneas das fábulas de Esopo seriam identificadas as novas estratégias de indeterminação do sujeito (*a gente, você, etc*) localizadas nos estudos sobre o português brasileiro falado e escrito (cf. Almeida, 1992, Cunha, 1993, Cavalcante, 1999, entre outros).

Estratégias de indeterminação do sujeito	Português Contemporâneo
nós	6/115 – 5,2%
se	7/115 – 6%
P6	3/115 – 2,6%
tu	6/115 – 5,2%
alguém	3/115 – 2,6%
os que	34/115 – 29,5%
aquele(s) que	17/115 – 34%
SNs	39/115 – 34%
TOTAL	115

**Tabela 4.3 – Estratégias de indeterminação do sujeito na amostra complementar**

Como se percebe na tabela, não houve diferenças significativas em relação ao que foi observado no capítulo anterior. As estratégias mais frequentes nessa amostra complementar do português contemporâneo são praticamente as mesmas: as formas nominais e *aquele(s) que*, ambas com 34% seguidas de *os que* com 29,5%. As estratégias menos produtivas nesse *corpus* foram *alguém* e *P6* com apenas 2,6% de frequência. Seguem alguns exemplos dessas estratégias retirados do *corpus* complementar analisado:

<sup>31</sup> As amostras complementares tanto do francês quanto do português estão descritas no item 2.3 desse estudo.

(31) “A fábula mostra que **os homens** facilmente fazem promessas que não têm, de fato, intenção de cumprir.” Fábula “O homem que promete coisas impossíveis”, pág. 32

(32) “Apesar de todos terem sido favorecidos com o raciocínio por um deus, **algumas pessoas** são insensíveis a determinado favor e preferem invejar os animais privados de sentimento e de raciocínio.” Fábula “Os homens e Zeus”, pág. 38

(33) “Assim também **nós** precisamos invocar os deuses mas fazer algo por nós mesmos. Devem ser considerados felizes **aqueles que**, fazendo esforços por si mesmos, ainda obtêm a proteção dos deuses, pois se forem negligentes, vão poder ser salvos apenas pelas divindades.” Fábula “O naufrago”, pág. 36)

(34) “Assim, **os que** se lançam a empreendimentos sem preparo, não só fracassam mas são condenados ao riso.” Fábula “A raposa e o macaco (eleito rei)”, pág. 28

(35) “A fábula mostra que nada **tu** aproveitas honrando um homem mau e tiras vantagens se nele bateres.” Fábula “O homem que quebrou uma estátua”, pág. 40

(36) “A fábula mostra que não **devemos** aceitar, sem refletir, tudo o que nos **dizem**.” Fábula “As rãs (no lago)”, pág. 44

(37) “A fábula mostra que não **se** deve passar o tempo praticando más ações, pois há um momento em que, mesmo que **o homem** não queira, o hábito se impõe.” Fábula “A mulher e o homem bêbado”, pág. 57

Como visto no capítulo anterior, não encontramos na amostra base algumas das estratégias de indeterminação recorrentes no português do Brasil (como *tu*, *a gente* e *você*). Por isso, decidimos analisar também uma amostra complementar para nos certificarmos de que essas estratégias não são freqüentes em outros *corpora*. Com base nessa amostra complementar verificamos que essas estratégias não são realmente produtivas na tradição discursiva da fábula.

Em suma, observamos que dos recursos utilizados atualmente para indeterminar o sujeito que esperávamos encontrar, só nos deparamos com a forma *tu* (5,2%). Tais resultados reiteram ainda mais a nossa hipótese de que no que diz respeito às possibilidades de estratégias encontradas nas fábulas, a tradição do texto mantém uma significativa influência.

Mostramos no capítulo 2, segundo Kabatek (2006), que há uma história dos textos independente da história das línguas. A partir dessa idéia podemos afirmar que os tipos de estratégias de indeterminação do sujeito encontradas em sincronias distintas, como são praticamente os mesmos, seguem a tradição discursiva da fábula de forma independente da história da língua portuguesa.

Por outro lado, em relação à frequência dessas estratégias de indeterminação nos períodos analisados, vimos que a história da língua portuguesa, ou seja, a norma lingüística de cada período, manteve influência nos resultados, à medida que os percentuais das estratégias são diferentes em cada sincronia.

A atividade do falar, nesse caso, para Koch & Oesterreicher (1997 *apud* Kabatek, 2006), atravessou dois filtros concomitantes para atingir o produto da comunicação no gênero fábula: a própria língua independente do idioma (como vimos nesse capítulo) e a tradição discursiva da fábula. Os dois filtros influenciaram os resultados do estudo, cada um a sua maneira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados foram bastante elucidativos e curiosamente evidenciaram uma atuação diferenciada, nos fatores lingüísticos, da influência ora da Tradição Discursiva, ora da “história da língua” para a explicação do fenômeno da indeterminação.

As hipóteses preliminares foram confirmadas parcialmente. Em princípio, partiu-se do pressuposto de que seriam identificadas diferentes estratégias nominais e pronominais de indeterminação do sujeito por se tratar de um estudo também de sincronias distintas (português arcaico e contemporâneo) ainda que de um mesmo gênero textual. Verificou-se, entretanto, que os recursos para indeterminar o agente da ação verbal foram praticamente os mesmos nos dois períodos (português arcaico e contemporâneo). A estratégia *homem* indefinido desapareceu na língua portuguesa e os nomes *pessoas* e *indivíduos* que não apareceram no português arcaico, tomaram o seu espaço no português contemporâneo. Por serem praticamente as mesmas estratégias, a história do texto (fábula) prevaleceu sobre a história da língua.

Se forem levadas em conta, entretanto, as freqüências de uso, percebeu-se a atuação preponderante da “história da língua” sobre a “história do texto”. As distribuições dos percentuais de freqüência se mostram diferentes nas duas sincronias. As formas mais freqüentes nas fábulas do português arcaico foram *nós* (27%), *expressões nominais* (38%) e *aquele(s) que* (21%). As mais freqüentes do português contemporâneo foram *expressões nominais* (28%), *aquele(s) que* (49%) e *se* (13%).

Quanto ao grupo de fatores grau de indeterminação do sujeito, verificou-se que as estratégias de base pronominal e/ou verbal ocorrem mais freqüentemente com os maiores graus de indeterminação (graus 1 ou 2) tanto no português arcaico quanto no contemporâneo. Já as estratégias de base nominal e *aquele(s) que* prevalecem em contextos menos indeterminados (do grau 3 ao 5) também nos dois períodos analisados. Não houve então significativas diferenças entre os dois períodos em relação aos graus de indeterminação do sujeito, parecendo assim que o uso das estratégias, nesse caso, é condicionado pelo gênero textual.

Com relação ao tempo verbal, postulou-se a hipótese de que tempos verbais que se caracterizam por uma conotação menos restrita e mais lata, como o presente do indicativo, favorecem o emprego de estratégias mais indeterminadas. O presente do indicativo possui uma grande incidência em todas as estratégias de indeterminação do sujeito nas duas sincronias. Os enunciados genéricos (pretérito imperfeito) e hipotéticos (modo subjuntivo) funcionaram como contextos favoráveis a uma leitura arbitrária do sujeito e enunciados episódicos, como os representados pelo futuro, não favorecem essa leitura. De certa forma, há uma influência do tempo verbal na interpretação mais ou menos arbitrária do sujeito.

No que se refere à representação nula e plena das estratégias de indeterminação, baseamo-nos em Duarte (1995), que constatou a preferência por formas plenas em detrimento das nulas no português contemporâneo. Nossa hipótese era a de que, nas versões arcaicas das fábulas de Esopo, as formas nulas suplantariam as plenas, enquanto nas versões modernas as plenas suplantariam as nulas. A nossa hipótese, porém, não se confirmou, evidenciando que as características lingüísticas do texto fábula foram preponderantes.

Quanto à breve análise da estratégia de indeterminação *homo* no Baixo Latim e as variantes românicas medievais *omne* (esp.), *homem* (port.), *on* (fran.), observou-se o seguinte: (i) *omne* (esp.) / *homem* (port.) nunca se empregou para referir-se a um número **limitado** de pessoas às quais se atribui uma ação real, assim como se emprega no francês; (ii) nos primeiros textos escritos em francês, é possível localizar a variação entre *on* e *l'on* e depois de concluída a gramaticalização, a variante *on* se generaliza, ao passo que, no português e no espanhol, exemplos das variantes com e sem o artigo são localizados durante todo o período em que a forma indefinida de *omne/homem* foi produtiva até o século XVI (ao contrário do francês, tal comportamento sugere nessas duas línguas uma gramaticalização em curso); (iii) nunca houve uma distinção formal marcante entre o pronome e o substantivo *omne/homem* nos seus usos genéricos, no francês, por sua vez, havia formas completamente distintas para a categoria de pronome (*on*) e para a categoria de substantivo (*l'homme*); (iv) as variantes indefinidas do espanhol medieval e do português

arcaico podiam desempenhar outras funções que não apenas a de sujeito e, no francês, *on* só ocorria nos textos medievais como sujeito.

A análise feita com base em uma amostra complementar do português contemporâneo e do francês confirmou que os usos lingüísticos particulares do gênero, no caso a fábula, independem da língua em que são escritos (Kabatek, 2006). Além disso, permitiu reiterar os resultados anteriores a partir de duas constatações:

A primeira se refere ao fato de as novas formas de indeterminação do sujeito (*a gente* e *você*), produtivas nos estudos recentes a partir de dados de fala, não ocorrerem em nenhuma das amostras analisadas (geral e complementar).

A segunda, ao fato de não se ter identificado diferenças significativas em relação à amostra base, ratificando a hipótese da atuação da tradição textual quando se leva em conta os tipos de estratégias de indeterminação presentes nos *corpora*. Já quanto às freqüências, nota-se que a norma lingüística de cada período manteve sua influência nos resultados.

Acreditamos que se inaugura uma nova perspectiva de análise para o fenômeno da indeterminação do sujeito, visto que um modelo que conjuga análise lingüística e tradição textual auxilia na reflexão fundamental do cuidado que se deve ter na composição de uma amostra, principalmente quando esta é diacrônica – ressaltando que a história dos textos não necessariamente reflete a história da língua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCOS LLORACH, Emilio. La estructura del verbo español. In: ALARCOS LLORACH, Emilio. *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid: Gredos, 1970. p. 50-89.
- ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. *Sujeito Indeterminado na fala*. Tese de Doutorado em Lingüística. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ. 1992 [mimeo].
- BAKHTIN, M. *A Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes. 1992.
- BARSA. *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britannica do Brasil, 1975. V.7. 496p.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Lucerna. 2003.
- \_\_\_\_\_, Evanildo. *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Lucerna. 2006.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP. 1979.
- BROWN, Charles Barret. *The disappearance of the indefinite hombre from Spanish*. *Language*, 7, 4, págs. 265 – 277. 1931.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Grande Dicionário etimológico – prosódico da língua portuguesa*. v. 1, 1996.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- CAMPBELL, Lyle. “The History of Linguistics”. In Aronoff, Mark & Janie Rees-Miller (Eds). *The Handbook of Linguistics*. Blackwell Publishing, 2002. Blackwell Reference Online. 2002.
- CAVALCANTE, Sílvia Regina de O. *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras: UFRJ. 1999.
- \_\_\_\_\_, Sílvia Regina de O. *Formas de indeterminação na imprensa carioca dos séculos XIX e XX*. In ALKIMIM, T.(org) In: *Para a história do português brasileiro*. vol.III: Novos estudos. São Paulo: Humanitas, p.197-219. 2002.

- CHIERCHIA, Gennaro. *The variability of impersonal subjects*, en Quantification in natural languages, em E. Bach, E. Jelinek, A. Kratzer & B. Hall Partee (eds.), Dordrecht, Klumer, págs. 107-143. 1995.
- COMPANY COMPANY, Concepción. “El objeto indirecto”, en *Sintaxis histórica de la lengua española. Primera parte: La frase verbal*, C. Company (dir.), México: Fondo de Cultura Económica y Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 479-574. 2006.
- \_\_\_\_\_. COMPANY, Concepción. “Gramaticalización, gênero discursivo y otras variables en la difusión del cambio sintáctico’ In: KABATEK, Johannes (ed.) *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert (=Lingüística Iberoamericana 31), 2008, pp.17-52.
- \_\_\_\_\_. COMPANY, Concepción & Pozas Loyo, Julia. LOS INDEFINIDOS COMPUESTOS Y LOS PRONOMBRES GENÉRICOS-IMPERSONALES OMNE Y UNO. In: *Sintaxis Histórica de la Lengua Española*. México, FCE/UNAM, a sair (mimeo).
- CONDORAVDI, Cleo. “Indefinite and generic pronouns”, en *Proceedings of the Eight West Coast Conference on Formal Linguistics*, E. Jane Fee and K. Hunt (eds.), Stanford, CSLI Publications, págs. 71-85. 1989.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 2001.
- CUNHA, Claudia de S. *Indeterminação Pronominal do Sujeito*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/UFRJ. 1993 [mimeo].
- DIK, Simon. «Some Principles of Functional Grammar». In: *Functionalism in linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp.81-100 (Linguistics & Literary Studies in Eastern Europe, 20).1987.
- DIRVEN, R. e FRIED, V. (ed.ª). *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. viii-xvii. 1987.
- DUARTE, M. Eugênia L.. *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil*. In: Roberts & M. A. Kato (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Da UNICAMP. 107-128. 1993.
- \_\_\_\_\_, M. Eugênia L. *A perda do princípio Evite Pronome no português brasileiro*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas. 1995.
- \_\_\_\_\_, M. Eugênia L. Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. In ALKIMIM, T.(org) *Para a história do português brasileiro* vol.III: Novos estudos.São Paulo:Humanitas ,p. 155-195, 2002.



\_\_\_\_\_, M. Eugênia L. A posição do sujeito expletivo no português do Brasil: estratégias para seu preenchimento. Relatório final ao CNPq. 2003b.

\_\_\_\_\_, M. Eugênia L. *Sujeitos referenciais e não referenciais: mudança e conservação na escrita padrão*. Relatório final ao CNPq. 2006.

\_\_\_\_\_, KATO, M.A., BARBOSA, P. *Sujeitos indeterminados em PE e PB*. In: Congresso Internacional da ABRALIN, 2. Fortaleza. Boletim da Abralín, Número especial. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2001, v.26, p. 405-409. 2003.

EBERENZ, Rolf. *El español em el otoño de la Edad Media*, Madrid, Gredos. 2000.

ERNOUT, ALFRED Y FRANÇOIS THOMAS. *Syntaxe latine*, Paris: Klincksieck. 1953/1972.

ESOPE. *Esopo Fables*. Traduction de Daniel Loayza. 1995.

ESOPO. *Fábulas de Esopo/ Esopo*; tradução de Antônio Carlos Vianna. Porto Alegre: L&PM. 1997.

FÁVERO, L. L. & KOCH, I. V. “*Contribuição a uma tipologia textual*”. In *Letras & Letras*. Vol. 03, nº 01. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 3-10. 1987.

FOULET, Lucien. *La Chanson de Roland*. Commentaires, Paris s/e. 1927.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional typological introduction*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Company. 1983.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John (org.). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix / EDUSP. 1976.

\_\_\_\_\_, M. A. K. *Learning how to mean: explorations in the development of language*. London, Edward Arnold. 1975.

\_\_\_\_\_, M. A. K. Os Usuários e os Usos da Língua. In: *As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis, Editora Vozes. 1974.

\_\_\_\_\_, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. New York, Edward Arnold. 1985.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1 vol. Rio de Janeiro: Objetiva. 2004.

KABATEK, Johannes. “*¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos*”. In:

Jacob, Daniel & Johannes Kabatek (eds.): *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical - pragmática histórica - metodología*, Frankfurt/Main-Madrid: Vervuert/Iberoamericana (Lingüística Iberoamericana), 97-132. 2001.

\_\_\_\_\_, Johannes. "Tradições discursivas e mudança lingüística", In: LOBO, Tânia, Ilza Ribeiro, Zenaide Carneiro & Norma Almeida (eds.): *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*, Salvador: EDUFBA. 2006.

\_\_\_\_\_, Johannes (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert (=Lingüística Iberoamericana 31), 2008.

KÄRDE, SVEN. *Quelques manières d'exprimer l'idée d'un sujet indéterminé ou général en espagnol*, Uppsala, Appelberg. 1943.

KENISTON, Hayward. *Syntax of Castilian prose. Tehe sixteenth century*, Chicago, Chicago University Press. 1937.

KOCH, I.G.V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_, & ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto. 2006.

KOCH, P. Diskurstraditionen: zuihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: Barbara Frank/ Thomas Hays Tohinke (Hrsg.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997.

KOCH & OESTERREICHER, W. *Lengua hablada em la Romania: español, francés, italiano*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

KURY, Adriano da Gama. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Editora Lisa. 1972.

LABOV, W. *The overestimation of functionalism* In. Dirven, R & Vilém, F. (eds.) *Functionalism in linguistics* Amesterdan/ Philadelphia: John Benjamins, p. 311- 32. 1987.

LEVINSON. *Pragmatics*. Cambridge, University Press. 1985.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, José Olympio. 2002.

LOPES, Célia R. dos Santos. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/ UFRJ. 1993.

- \_\_\_\_\_, Célia R. dos Santos. *De gente para a gente: o século XIX como fase de transição*. PHPB. Novos estudos, p.25-46, 2002.
- \_\_\_\_\_, Célia R. dos Santos. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. 01. ed. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003. v. 18. 174 p.
- \_\_\_\_\_; MACHADO, Ana Carolina & VIANNA, Juliana Barbosa. *Análise de Variedades do Português: a introdução de novas formas pronominais na imprensa - séculos XIX e XX*. Trabalho apresentado no III Congresso Internacional da ABRALIN. 2003.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO Anna Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna. 19-36. 2002.
- MARTELOTTA et alii. O Paradigma da Gramaticalização. In: *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MATEUS, Maria Helena M. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 2003.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAURER Jr., Theodore. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MELO, G. C. de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1980.
- MUÑIZ CACHÓN, CARMEN. *Impersonalidad y despersonalización. Estudio contrastivo*. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo. 1998.
- NARO, Anthony J. *The genesis of the reflexive impersonal in Brazilian portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon*. In: *Language*, 52:4, 779-810. 1976.
- NEVES, Maria Helena de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NUNES, Jairo Morais. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp.1990 [mimeo]
- OMENA, Nelize P. de. *A referência variável da 1ª. Pessoa do discurso no plural*. In Relatório apresentado à FINEP. 1986.

- PAGOTTO, E.G.. *Norma e condescendência: ciência e pureza*. In: Línguas e Instrumentos Lingüísticos 2. São Paulo: Pontes: 49 - 68. 1998.
- PAREDES SILVA, Vera Lúcia. *Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal: uma análise em tempo real*. In: PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Orgs). *Mudança Lingüística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2003.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do Português*. SP: Ed. Ática. 1995. 380p.
- POZAS LOYO, Julia. *Uso y Desaparición de Omne em Español Medieval*. Queen Mary, University of London. 2007.
- RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. S. Paulo. 1884.
- RICÓS VIDAL, Amparo. *Construcciones impersonales en el español medieval y clásico : estructuras con omne, se y uno, en Actas del V congreso internacional de historia de la lengua española*, M. T. Echenique y J. Méndez (eds.), Madrid, Gredos, págs. 945-958. 2002.
- ROLLEMBERG, V. *et alii. Os pronomes pessoais sujeito e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador*. Estudos lingüísticos e literários. Salvador: UFBA, 11:53-74. 1991.
- SOUSA, Manuel Aveleza de. *As Fábulas de Esopo*. Em Texto bilíngüe grego-português. THEX Editora. Rio de Janeiro, 2002.
- SMOLKA, Neide. *Fábulas Completas*. Editora Moderna. 2004.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. Campinas, Tese de Doutorado / IEL / UNICAMP, 1991.
- \_\_\_\_\_, Luiz Carlos. *Da distinção entre tipos, gêneros e subtipos de textos*. Estudos Lingüísticos, São Paulo, v.30, p.1-6, 2001. 1 CD-ROM.
- \_\_\_\_\_, Luiz Carlos. Gêneros de texto definidos por atos de fala. In: ZANDWAIS, Ana (org.). *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002. p.129- 153 (Coleção Ensaio - nº17)
- VASCONCELLOS, J. L. de. *O livro de Esopo: fabulário português medieval, publicado conforme manuscrito do século XIV*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1906.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)